

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Marco Antônio Marcon Pinheiro Machado

Intelectuais, história e disputa: o lugar do historiador e os debates públicos sobre a Ditadura
Militar nas primeiras duas décadas do século XXI no Brasil

Florianópolis

2021

Marco Antônio Marcon Pinheiro Machado

Intelectuais, história e disputa: o lugar do historiador e os debates públicos sobre a Ditadura Militar nas primeiras duas décadas do século XXI no Brasil

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Busko Valim

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Marcon P.M., Marco Antônio
Intelectuais, história e disputa : o lugar do
historiador e os debates públicos sobre a Ditadura Militar
nas primeiras duas décadas do século XXI no Brasil / Marco
Antônio Marcon P.M. ; orientador, Alexandre Busko Valim,
2021.
121 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. História. 2. História da intelectualidade. 3. História
contemporânea. 4. História política. 5. História do Brasil. I.
Busko Valim, Alexandre. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em História. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos 26 dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às 14 horas, na sala por meio do ambiente virtual Google Meet, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. Alexandre Busko Valim (Orientador e Presidente); Prof. Adriano Luiz Duarte (Titular); Prof. Ricardo Duwe (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 5HST/CFH/2021, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico Marco Antônio Marcon Pinheiro Machado, intitulado: "Intelectuais, história e disputa: o lugar do historiador e os debates públicos sobre a Ditadura Militar nas primeiras duas décadas do século XXI no Brasil". Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas: Prof. Alexandre Busko Valim, nota 10 ____, Prof. Adriano Luiz Duarte, nota 10 ____, Prof. Ricardo Duwe, nota 10 ____, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 10 ____. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 03 de maio de 2021. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 26 de abril de 2021



Documento assinado digitalmente
Alexandre Busko Valim
Data: 26/04/2021 17:11:37-0300
CPF: 024.022.689-56
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. (Orientador):



Documento assinado digitalmente
Adriano Luiz Duarte
Data: 26/04/2021 17:43:28-0300
CPF: 050.451.088-67
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. (Titular):



Documento assinado digitalmente
Ricardo Duwe
Data: 26/04/2021 18:38:27-0300
CPF: 077.934.579-78
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. (Suplente):

(Candidato):



Documento assinado digitalmente
Marco Antonio Marcon Pinheiro Machado
Data: 27/04/2021 21:59:23-0300
CPF: 061.718.899-89
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico Marco Antônio Marcon Pinheiro Machado, matrícula n.º16101526, entregou a versão final de seu TCC cujo título é "Intelectuais, história e disputa: o lugar do historiador e os debates sobre a Ditadura Militar nas primeiras duas décadas do século XXI no Brasil", com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 2 de Maio de 2021.



Documento assinado digitalmente

Alexandre Busko Valim

Data: 27/04/2021 14:27:17-0300

CPF: 024.022.689-56

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Carla Marcon, pela paciência, exigência e a profunda responsabilidade pedagógica e amorosa que nutriu por mim ao longo de todos os anos de minha vida; além de preciosos apoios práticos com a pesquisa. Pela têmpera da crítica, o calor do humor e a agilidade de respostas que me foram ensinadas por meu irmão Bolívar. O respeito, a calma e a indignação com as injustiças de toda sorte que me ensina minha irmã Cecília. Pela leveza e o exemplo de meu pai, Paulo. Como filho menor de uma família de quatro formidabilíssimos trabalhadores das artes, das ciências, da educação e do serviço público - além de outras dezenas de tios, primos, avós, e parentes em geral -, e de todo o povo brasileiro, devo a todos as condições para o meu desenvolvimento e para a contribuição que posso arriscar oferecer à interpretação de nossa história recente.

Agradeço a todos os professores, trabalhadores da educação, colegas estudantes que propiciaram que minha trajetória acadêmica fosse rica em conteúdos humanizantes, totalizantes, voltada a prioridades integrais e gerais para além da vida escolar reduzida às salas de aulas, como processo de formação humana ligado aos problemas do mundo contemporâneo e da humanidade. Agradeço ao movimento estudantil e à luta de todos os estudantes, jovens e trabalhadores em geral que desempenharam papel decisivo na formação do meu pensamento e do meu país.

Agradeço também ao conjunto dos povos do mundo e do povo brasileiro em especial, que através de seu braço generoso defende, garante e financia o ensino superior público e estatal, e luta por seu patrimônio e pela construção de verdadeira independência, liberdade e paz.

Agradeço a todos os trabalhadores da imprensa, jornalistas, operadores de maquinaria, cientistas da computação e demais envolvidos no processo de produção, distribuição e zeladoria do material analisado neste trabalho.

Por fim agradeço meu orientador, Alexandre Busko Valim, pela paciência com meus atrasos e certa falta de disciplina, pela gigantesca autonomia e respeito que possibilitou aos meus posicionamentos, além do contundente e contínuo apoio para o debate. Agradeço também à professora Renata Palandri Sigolo, que na única oportunidade que tivemos na disciplina de TCC, me indicou o estreitamento da pesquisa aos três autores, como fiz.

RESUMO

O presente trabalho busca contribuir para o entendimento da intervenção de historiadores no debate público em jornais brasileiros de grande circulação sobre a Ditadura Militar nas duas primeiras décadas do século XXI, tendo por premissas o advento de uma *crise do pacto político-social de 1988* e a construção de um período de fechamento democrático a partir do ano de 2013. O trabalho também avalia a inserção da discussão pública dos autores em relação a tendências historiográficas revisionistas internacionais e à qualidade e função social do historiador no debate público. Para a execução da fase de pesquisa foram analisadas mais de 400 matérias dos jornais O Estado de São Paulo, O Globo e Folha de São Paulo, que congregam parte significativa das intervenções dos três autores de maior espaço midiático de então, sendo eles: Daniel Aarão Reis Filho, Carlos Fico e Marcelo Ridenti. A partir da pesquisa desenvolvida, concluímos que a intervenção dos autores no debate histórico público foi substantiva e orientada por uma perspectiva revisionista que se soma ao esforço mundial pela liquidação do que Domenico Losurdo chama de *tradição revolucionária*, além de contribuir para o fechamento do regime e o processo de *crise do pacto político-social de 1988* no Brasil, lançando mão do uso da autoridade de historiadores para tanto.

Palavras-chave: História da intelectualidade. História contemporânea. História política.

História do Brasil.

ABSTRACT

This work offers a contribution to the understanding on the intervention of historians in public debate on Brazilian monopolistic media groups about the Military Dictatorship in the two first decades of the 21th century, having as premises the *crisis of the socialpolitical pact of 1988* and the construction of a democratic closure period since 2013. Our research also evaluates the public debate made by the authors in relation to the historiographical trends and international trends on revisionism, and the question about the social function of the historians in society public debate. The researching process involved analyzing more than 400 newspaper articles by O Globo, O Estado de São Paulo and Folha de São Paulo, which congregate a significant part of the intervention of the three authors that had most space to act in massmedia. Those authors are Daniel Aarão Reis, Carlos Fico and Marcelo Ridenti. From the developed research, we conclude that the authors' intervention in public historical debate adds itself to the international effort to raze what Domenico Losurdo calls *revolutionay tradition*, among the strenghtening of the public discourse that supports the demolition of the 1988 socialpolitical pact in Brazil, utilizing the use of historians' authority for such deed.

Keywords: Intellectuals' History. Contemporary history. Political History. Brazil's History.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Representação visual da divisão de aparições nos anos em questão.....	48
Gráfico 2 - Representação da concentração das aparições ao redor de Daniel Aarão Reis, Carlos Fico e Marcelo Ridente em relação aos demais autores	48
Gráfico 3 - Incidência de temas no debate 2000-2008	51
Gráfico 4 - Incidência de temas no debate 2009-2012	52
Gráfico 5 - Incidência de temas no debate 2013-2020	53
Gráfico 6 - Total de aparições por tema de 2000 a 2012.....	111
Gráfico 7 - Total de aparições por tema de 2013 a 2020.....	112
Gráfico 8 - Somatória do conjunto de temáticas em todo o período analisado	113

Grita-se ao poeta:

“Querida te ver numa fábrica! O quê? Versos? Pura bobagem! Para trabalhar não tens coragem”.

Talvez ninguém como nós ponha tanto coração no trabalho.

Eu sou numa fábrica. E se chaminés me faltam, talvez sem chaminés seja preciso ainda mais coragem.

Sei.

Frases vazias não agradam, quando serrais madeira é para fazer lenha.

E nós que somos senão entalhadores a esculpir a tora da cabeça humana?

Certamente que a pesca é coisa respeitável.

Atira-se a rede e quem sabe?

Pega-se um esturjão!

Mas o trabalho do poeta é muito mais difícil.

Pescamos gente viva e não peixes.

Penoso é trabalhar nos altos-fornos onde se tempera o ferro em brasa.

Mas pode alguém acusar-nos de ociosos?

Nós polimos as almas com a lixa do verso.

Quem vale mais:

o poeta ou o técnico que produz comodidades?

Ambos!

Os corações também são motores.

A alma é poderosa força motriz.

Somos iguais.

Camaradas dentro da massa operária. Proletários do corpo e do espírito.

Somente unidos, somente juntos recomeçaremos o mundo, fá-lo-emos marchar num ritmo célere.

Diante da vaga de palavras levantemos um dique!

Mãos à obra!

O trabalho é vivo e novo!

Com os oradores vazios, fora!

Moinho com eles!

Com a água de seus discursos que façam mover-se a mó!

(MAIAKÓVSKI, O poeta-operário, 1987, p.131-132)

SUMÁRIO

Introdução _____	12
Historiadores, intelectuais e luta de classes _____	29
Memória em trânsito _____	47
Filiação política, mediação e revisionismo _____	96
Conclusão _____	108
Anexos _____	111
Fontes _____	114
Referências _____	119

Introdução

A peculiaridade e a beleza da história do presente é estar no limite do que é e do que foi a sociedade humana, assim como toda e qualquer história. A natureza da reflexão sobre o passado e as formas do desenvolvimento científico já sofreram alterações dramáticas entre fragmentações e dissoluções no interior de outras áreas do pensamento humano; ofensivas e contraofensivas obscurantistas, a chegar no atual estado da disciplina histórica, legado do século XIX. Esse desenvolvimento entre diferentes formas, entendimentos e métodos para interpretação e conhecimento do passado construíram o lugar da ciência da história como importante sustentadora do entendimento da sociedade sobre si.

Durante o século XIX, a chamada escola metódica de Leopold von Ranke, responsável grandemente pela instituição da disciplina histórica como ciência e área de conhecimento de destaque, advogava contra a possibilidade de escrita de uma história do presente. Para os autores de então, preocupados com o distanciamento crítico do cientista, envolvidos na separação imediata entre sujeito e objeto proposto pela filosofia moderna, entendiam que era preciso conquistar isenção e possibilidade de compreender a história para além de paixões pessoais. O tempo presente estaria na alçada de outras disciplinas, tais como o jornalismo e as ciências políticas. A angústia em se perguntar da relação entre a origem, o desenvolvimento e os estados sequenciais da existência humana, no entanto, não conseguiu impedir que, em especial após a Segunda Guerra Mundial, os historiadores avançassem cada vez mais neste terreno da historiografia e da experiência humana (FICO, 2012, p. 46-49)¹.

O tempo e a história – muitas vezes identificados como a mesma coisa -, experienciados como sequência de presentes mais ou menos mortificados, poderia parecer uma muralha alta, selando entidades pretéritas, descontinuadas na vida social. No entanto, há uma linha viva e não morta que conecta a primeira colheita de trigo no Rio Tigre ao lançamento do satélite Sputnik; uma mesma totalidade viva ligando a execução de Túpac Amaru à austeridade econômica aplicada pelo governo Zapatero e o surgimento do partido Podemos na Espanha na última década².

¹ Para um debate incipiente sobre a história da história do tempo presente contemporânea, ler (FICO, 2012), onde, ademais, o autor levanta a peculiaridade de que, na Antiguidade Clássica, o testemunho pessoal ter tido a maior estima, e se ver drasticamente desautorizado em meio ao século XIX, justamente ao início do que Lukács chama de decadência ideológica burguesa (LARA, 2013).

² Marc Bloch, explicaria da continuidade e da mútua inteligibilidade dos tempos históricos, demonstrando como não se encerram fenômenos descontinuados ao combater a história puramente factual: “O historiador não apenas pensa ‘humano’. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. De certo, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo. Entretanto para muitas dentre

A realidade concreta não reconhece os constructos ideais descolado de suas dinâmicas vivas intrínsecas, assim como a inibição do historiador por não as estudar não impede que se desenvolvam concretamente sobre seus olhos³.

Por óbvio que o presente não determina os acontecimentos do passado, nem tem condição de transformá-lo na concretude de seus fatos, mas a apreensão em progresso das incontáveis determinações que influíram em sua sequência pode ser ampliada, e, com certeza, revista; e, ainda mais importante para este trabalho, rediscutida em seu sentido político contemporâneo. Superar⁴ o conhecimento sobre o passado e o presente, a perspectiva sobre a qual se assenta o entendimento das motivações que fundam e condicionam o presente, é o exercício - em termos ontológicos - da ciência da história. Por esta mesma razão, os fatos vistos e revistos, cantados, contados ou caluniados podem ser recuperados, revistos e/ou reanalisados à luz de novas evidências, ou mesmo reinterpretados a luz de dinâmicas que apenas no presente se encontram plenamente – ou aparentemente mais – desenvolvidas⁵. A humildade imposta ao trabalho do cientista da história é a de ter sua consciência tutelada por uma sociedade em que não escolheu viver; compreender, analisar e explicar um passado em disputa no presente sob uma ótica diversa à dos sujeitos daquele passado, numa situação concreta somente possível pelo desenvolvimento deste mesmo passado que é alvo de sua análise.

Se “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; (MARX, 2003, p.15), os historiadores em particular, por sua vez, estudam e tentam explicar transitoriamente uma realidade que: 1) esteve em movimento caótico, atravessada por determinações físicas, naturais e sociais talvez impossíveis de serem apreendidas em sua totalidade; 2) que já foi superada em termos mais ou menos substantivos; e 3) em meio à guerra que continua sobre os elementos relacionados aos graus de superação do passado onde está circunscrita. Quando Benjamin diz que “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é

elas, que, por convenção, o desintegram em fragmentos artificialmente homogêneos, ele representa apenas uma medida. *Realidade concreta e viva*, submetida à irreversibilidade de seu impulso, o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como lugar de sua inteligibilidade.” (BLOCH, 2001, p. 55, grifo nosso). Em termos gerais e a respeito da historicidade do próprio processo de conhecimento, também seria dito por Lenin “O conhecimento é o processo pelo qual o pensamento se aproxima infinita e eternamente do objeto. O reflexo da natureza no pensamento humano deve ser compreendido não de modo “morto”, não “abstratamente”, não sem movimento, não sem contradição, mas no processo eterno do movimento, do surgimento das contradições e sua resolução.” (LÊNIN, 2011, p. 166)

³ Ou melhor – “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas inversamente, o ser social que determina a sua consciência.” (MARX, 2008, p. 47)

⁴ Utilizando o termo na acepção dada por Hegel (HEGEL, 2008) (HEGEL, 1983) no sentido de guardar, negar e elevar, do próprio processo de transformação da realidade.

⁵ Ou, “o mais complexo é a chave para o entendimento do mais simples.” (MARX, 1978, p.120)

privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer” (BENJAMIN, 1987, p.224-225) é porque a existência social da humanidade, enquanto uma totalidade unitária, permanece viva entre determinações mais ou menos diferentes da realidade, com dinâmicas ainda a estabelecer e desenvolver na realidade. Da nossa perspectiva, à medida que buscamos o entendimento do presente no passado, e do passado no presente, a história do presente é possível e uma necessidade humana, mediada por problemas metodológicos diversos.

Para o historiador britânico Eric Hobsbawm, a história do presente é atravessada por três dificuldades metodológicas centrais, sendo elas: 1) a relação direta entre a experiência de vida do autor em relação ao objeto, ou a questão das gerações; 2) a transitoriedade da memória face o desenvolvimento da próprio conflito social; e 3) o do “anacronismo”⁶ (HOBSBAWM, 1998, p. 243-245). Neste sentido, Hobsbawm alerta ao cientista que tenha em mente a qualidade de alteridade que possui frente ao passado recente, por maiores que sejam as continuidades e as identidades aparentes sobre a realidade que se estuda e aquela na qual está imerso o pesquisador. Importantes reflexões marcam que, apesar de haver uma linha viva entre o passado e o presente, não há identidade entre os momentos, nem em termos objetivos, muito menos subjetivos. O historiador também alerta para a condição mesma dos marcos gerais da historiografia, dos consensos estabelecidos, como produtos históricos, imbricados na situação individual e coletiva do pesquisador na medida em que produz seu trabalho.

Com este TCC pretendemos contribuir com a história do nosso presente, bem como com o fundamental interesse dos historiadores pelos dilemas mais vivos e atuais do desenvolvimento histórico de nossa sociedade. Sabendo da vantagem que têm os cientistas da história em poder ter conhecimento, em alguma medida, do desdobramento dos processos que analisam, mas compreendendo que a história não desenha uma teleologia, um sentido estrito de inevitabilidade, entre o passado e o presente.

⁶ No texto em questão, para ser cometer o mínimo de injustiça com o autor, Hobsbawm faz uma discussão mais complexa do que está exprimida meramente no termo “anacronismo”. Para Hobsbawm é fundamentalmente o problema do traslado sem mediação das polêmicas e disputas ideológicas do presente para um presente um pouco mais distante. No texto o autor exemplifica a questão a partir do debate a se fazer sobre as disputas políticas, ideológicas, econômicas e militares entre sociedades capitalistas e socialistas nos anos 1980, e a análise que se pode fazer após o desenvolvimento de suas contradições depois de 1990. Seria muito diferente, segundo Hobsbawm, analisar as disputas políticas concretamente depois de passada a pressão Guerra Fria sobre os cientistas, atestando a própria possibilidade de reviravoltas ou determinações de maior peso alterarem significativamente a maneira de construir a interpretação sobre o passado em cada momento histórico.

Estudar a Ditadura Militar brasileira no Brasil hoje é estar embrenhado a tensões sociais com ligações muito vívidas em relação àquelas de então. No entanto, isso se dá não apenas pela proximidade temporal entre a experiência de se estudar e explicar e o objeto, mas pelo conjunto da situação histórica desta mesma experiência pela sociedade que se debruça sobre ela. Isto é, é pela continuidade em níveis muito grandes da realidade a partir de onde se analisa para a realidade do objeto que há dificuldade maior da ação do historiador, que o faz “confundir de maneira mais clara” seu estatuto entre “cientista” e “intelectual” de posição política na sociedade. Na verdade, estudar o presente como história esclarece este problema teórico-metodológico de nosso ofício, além de forçar o historiador a tomar posição exposta às dinâmicas política presentes, com seus riscos e imprevisibilidades, e ônus políticos imediatos; o que, às vezes, muito desconforta os cientistas sociais. São justamente estes temas que trata Carlos Fico, ao discutir os desafios da história do tempo presente. Para o autor, dois fatores determinantes para a escrita desta história são: o fato de estarem imersos na mesma temporalidade que não terminou sujeito e objeto históricos, dadas as devidas mediações, e a pressão e coação pela verdade dos contemporâneos (FICO, 2012. p. 243-255). As fronteiras difusas entre o historiador e a intelectualidade política “comum” também são alvo deste trabalho. Entendemos que o debate de concepções a respeito da própria conduta dos trabalhadores da história influenciou direta ou indiretamente a forma como intervieram na mídia; ademais trata-se de um estudo reduzido sobre a história de historiadores e cientistas sociais que fizeram e fazem uma história do presente.

Este estudo, limitado pela sua própria natureza, a de seu autor, dos interlocutores, e pelas possibilidades concretas de pesquisa⁷, buscará analisar e explicar uma pequena dimensão lateral de tensões atuais que se remetem ao episódio da Ditadura Militar, mas em especial a atualidade da disputa sobre a memória do ocorrido e o lugar desta tensão no atual desmantelamento do pacto social que gerou a Constituição de 1988, baseando-se na produção e intervenção em jornais de grande circulação nacional de três importantes historiadores brasileiros. Em diferentes momentos das primeiras duas décadas do século XXI no Brasil, a história da Ditadura Militar tomou o proscênio do debate público ou foi aí colocada por forças sociais particulares, e teve lugar na disputa política presente também através do posicionamento de historiadores nas páginas de jornais de grande circulação. De uma forma ou de outra, o estudo e a comparação das intervenções destes autores na mídia pode contribuir para o entendimento da produção e da disputa de consciência histórica a respeito da realidade social brasileira a partir da imprensa.

⁷ Que vão além da simples disponibilidade de fontes.

Neste sentido, é um trabalho que não poderá dar conta de explicar intensa e extensivamente premissas básicas das tendências gerais do desenvolvimento das tensões entre as classes e estratos sociais, suas peculiaridades culturais, econômicas, seus momentos de inflexão política, nem muito menos o desenvolvimento destas mesmas tensões que se segue atualmente. Por este motivo é preciso explicitar estas tendências gerais, linhas de força e entendimentos presumidos pelo autor do trabalho, que busca se apropriar da literatura escrita pela intelectualidade ligada aos interesses dos trabalhadores do mundo e do povo brasileiro em particular, para compreender os processos que foram dos mais marcantes e definidores de nossa história mais recente. Advertir sobre os consensos pelos quais o autor se lança à pesquisa é parte da tarefa desta introdução.

Por certo, há muita disputa entre historiadores e intelectuais desde o dia 1 de abril de 1964 sobre o que ocorreu então, e sobre os seus desdobramentos. Neste trabalho, o processo desencadeado pela FFAA do Brasil com forte participação civil, empresarial, de setores da Igreja Católica, articulado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, é entendido como um golpe de Estado no interior de uma contrarrevolução preventiva, como aponta Florestan Fernandes (FERNANDES, 1984, p. 7-16). Tal situação se insere na aceleração de tensões entre países socialistas e aqueles controlados pela hegemonia política burguesa internacional, aos auspícios de uma grave e terminal crise estrutural do capital que viria a se iniciar na década de 1970 (MÉSZÁROS, 2000, p.7-15)⁸. O processo golpista inaugurou um momento de luta de classes aberta no país, que estabeleceu em seu movimento a subordinação associada e dependente do imperialismo. As classes dominantes brasileiras, para prevenir e garantir o poder político burguês dependente e associado ao imperialismo, sequestraram o já limitado regime político nacional para liquidar qualquer possibilidade de confronto direto ao interesse dos latifúndios, dos monopólios e o do imperialismo. Processo em correspondência ao tipo de transformação capitalista erigida no país desde a desagregação da ordem social escravista.

A sociedade brasileira que não avançara ao redor de uma modernização democratizante de sua estrutura política, econômica e social, gestou uma dualidade no desenvolvimento de suas relações internas. Entre a fragilidade do poder burguês autóctone e a brutalidade de seus aparatos de repressão, oriunda da necessidade de contenção das pulsões democratizantes intrínsecas

⁸ Para mais elementos sobre a crise estrutural do Capital, ver: (MÉSZÁROS, 2002, p. 37-52 e p.605-633)

ao seu desenvolvimento, a sociedade brasileira viveu sua transformação capitalista coroada também pelo episódio da Ditadura Militar. (FERNANDES, 2020, p.431-447).

A consolidação de uma revolução burguesa de tipo compósito e articulado entre diferentes classes e estratos sociais foi oriunda de uma desagregação mediada do regime escravista e da consolidação de uma sociedade competitiva moderna de economia capitalista dependente (FERNANDES, 2020, p. 355-366). A Ditadura Militar assenta e garante pela força o bloco de poder dominante burguês na sociedade brasileira – a aliança fundada entre a burguesia nativa, o latifúndio, associados e subordinados ao imperialismo (FERNANDES, 2015, p. 46-58), em um momento de crise de comando e suspeitas políticas elevadas sobre as consequências das medidas nacionalistas e de proteção econômica do governo João Goulart. Os pilares deste bloco de poder hegemônico que dirige a sociedade brasileira até hoje, organizados e garantidos pela repressão e tutela militar, foram os responsáveis pela ruptura parcial de 1961, a usurpação do governo em 1964, assim como da crescente fascistização do Estado e da sociedade que se seguiu.

A exposição dos entendimentos mínimos sobre o processo do golpe de Estado que abriu caminho para um regime militar fascista⁹ serve para a identificação do lugar que parte a compreensão do recorte analisado pelo presente trabalho, mas talvez mais importante que isso, a

⁹ Tanto *fascismo* como *fascistização* têm sido categorias abusadas pelo uso indiscriminado em um sentido geral de violência política organizada, golpismo, expressão aberta de dominação ligada a complexos de dominação-exploração como o racismo, a violência de gênero dentre outros de maneira generalista. Neste trabalho partimos do entendimento de Georgi Dimitrov, segundo o qual “O fascismo é a ditadura aberta e terrorista dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro” (DIMITROV, 1938, p. 2-8). Ora, importante qualificar que qualquer regime de classes, inclusive das sociedades em transição ao socialismo são ditaduras de classes, mediadas por aparelhos estatais – não convém descrever as peculiaridades históricas e conjunturais dos atuais ou recentes Estados socialistas. O que cabe alertar é ao espírito *aberto e terrorista*. Em especial à luz das elaborações de Florestan Fernandes sobre a peculiaridade do fenômeno fascista em sociedades dependentes, ou melhor, em sociedades que possuem como fração dirigente do bloco de forças dominante o imperialismo. Florestan em suas *Notas sobre o fascismo na América Latina* (FERNANDES, 2015, p.33-58), desenha um quadro detalhado do regime autocrático aberto que busca liquidar – e não combater mais ou menos em um estatuto de igualdade formal, com meios mais brandos de convivência e controle - as tensões democratizantes ou oposicionistas internas e garantir mediações formais/institucionais do poder de uma classe sobre a outra. No texto citado, Florestan faz questão de sublinhar o entendimento de que um Estado moderno de dominação de classes, em luta de classes aberta, no interior do estágio imperialista ou monopolista de desenvolvimento do capitalismo só pode ser fascista, nenhum outro tipo de categorização (cezarista, bonapartista, autoritário, totalitarista *per se*) dá conta de exprimir a peculiaridade deste tipo de Estado concreta e historicamente. Um Estado, regime ou força política geral fascista não prescinde de uma grande figura carismática ou de um grande partido de massas organizado em bases mais ou menos estáveis; em miúdos, seu dirigente não precisa usar da estética ou “repetir” a experiência histórica nazi-fascista europeia para ser entendida enquanto tal. Isto porque o estágio atual de desenvolvimento do capitalismo não é determinantemente diferente daquele vivido então, nem muito menos há pluralidade de tempos históricos com agentes históricos diversos concorrendo em partes do mundo. Pelo fato de o Brasil viver imbricado na fase monopolista do desenvolvimento do capitalismo mundial (imperialismo), e estar sob tutela de regime autocrático aberto, pode-se entender como regime fascista. Em seu texto, *Três regimes autoritários na história do Brasil republicano: o Estado Novo (1937-1945), a Ditadura Militar (1964-1985) e o regime atual (a partir do*

interpretação da chamada “abertura democrática” ou “transição para a democracia” joga papel fundamental no entendimento da sociedade sobre o processo histórico atual. Neste sentido, as produções de Florestan Fernandes (FERNANDES, 2020, p.441-443), Luiz Carlos Prestes (PRESTES, 1980, p. 197-223), Anita Leocádia Prestes (PRESTES, 2010), iluminam o entendimento sobre o processo pelo qual o regime político fascista – e, principalmente, seus elementos proponentes, fundantes e garantidores - se deslocaram e dirigiram para dentro da Nova República. A autorreforma dos elementos políticos centrais e a tutela do processo de abertura construíram um regime mais democrático, mas fortemente tutelado pelas FFAA, garantidoras do padrão autocrático burguês de transformação capitalista da sociedade e de seu alinhamento geral.

O regime inaugurado pelo Golpe de 1964 passou por diferentes momentos de desenvolvimento, de abertura e fechamento democrático. Propondo a reorganização e a moralização da política nacional contra “os corruptos e os subversivos” em defesa dos interesses do imperialismo, dos latifundiários e monopolistas no Brasil. As perseguições, aposentadorias forçadas, cassações de mandatos, assassinatos, censuras, torturas, afastamentos compulsórios em todas as esferas da vida pública dos três poderes e esferas da república foram objetivos permanentes do regime, passando por momentos mais ou menos agudos. O sentido da Ditadura era o de desorganizar qualquer articulação que desenhasse ameaça aos interesses dominantes.

Momento decisivo do processo de liquidação da oposição que existia antes do golpe foi o do fechamento mais completo do regime, vivido no governo de Costa e Silva e Medici. O AI-5, mais violento dispositivo legal de repressão, engendrou o mais agressivo Estado de perseguição. As oposições, desorganizadas ou recuadas, perderam o momento político para o enfrentamento ao golpismo e amargaram anos de reorganização e frustradas tentativas de levante armado sem adesão popular; acompanhadas da fundação de novas oposições consentidas pelo conjunto militar ou adestradas pelo regime (FERNANDES, 2010, p.101-147). A adequação à política geral norte-americana rendeu ao Brasil a conformação de suas elites no interior de um governo militar que impediria qualquer alternativa de cariz nacionalista, democrático e soberano e deu o tom de um período de fortalecimento de uma vulnerável industrialização acompanhada pelo fortalecimento do agronegócio e do combate à iniciativas de auto-organização dos trabalhadores. As crises econômicas mundiais da década de setenta, apesar de chegarem com

golpe de 2016), Anita Prestes (PRESTES, 2019, p. 115-122) qualifica o regime militar a partir da instituição do AI-5 em 1968 como fascista, avaliação que compartilhamos em nossa interpretação.

algum atraso, assolaram o povo com carestia e fome. O tensionamento das situações econômicas e diretas de reprodução da vida, acompanhados da intensa repressão e cerceamento às liberdades de organização política, faziam com que qualquer luta por salário ou emprego se confrontasse diretamente com o regime, formando um imenso barril de pólvora que as classes dominantes tiveram de distensionar gradualmente.

Cabe alertar que a inflexão pela semi-abertura, e o distensionamento, apesar de ser conduzido e executado de maneira tutelada pelos poderes burgueses internacionais e nativos, operada pelos militares, não foi um processo unilateral. O desgaste interno do regime é elemento central para explicar a necessidade de abertura tutelada e do processo de distensionamento ordenado no sul da América à nível internacional. O momento foi marcado pela pressão dos movimentos populares – as grandes greves do ABC paulista, o movimento por anistia, a reorganização do movimento estudantil, o desgaste do regime oferecido pelo combate que os círculos culturais apresentavam. A oposição formal e permitida pela ditadura já vinha ganhando crescentemente eleições em 74, 78 e 82 em grande parte dos estados mais importantes do país; uma vez combinada com a política geral de distensão de Jimmy Carter para instituição de aparências mais democráticas em seu “pátio traseiro”¹⁰, o tempo da ditadura como tal estava contado (FERNANDES, 1986, p. 50-60). A pressão popular foi imprescindível para o desgaste do governo, mas foi frustrada como processo de democratização substantiva a medida que foi cooptada de diferentes formas pelo bloco dominante de poder ao longo do processo.

Em um nível mais aparente e concreto, o processo de autorreforma do regime militar fica evidente pela figura do Artigo 142º da nova Constituição Federal (1988), reafirmando a primazia das FFAA como garantidoras dos poderes constitucionais – tema que reiteradamente voltou ao debate público após a eleição de Bolsonaro e as recentes ameaças militares sobre os outros poderes. O processo de anistia irrestrita aos torturadores, junto da continuação imaculada das carreiras e das posições de poder da cúpula das FFAA, assim como da manutenção de toda sua ligação intensa com agências de formação norte-americanas ou vinculadas à Organização do Tratado do Atlântico Norte(OTAN), também são atestados do processo. O pacto político articulado a despeito do movimento massivo por democratização também explica o processo de “cooptação por partes”, citada por Fernandes como elemento central da distensão política

¹⁰ Termo utilizado por John Kerry, secretário de Estado dos Estados Unidos da América, em 2013 para se referir à América Latina.

aparente, em termos que configurassem uma migração para dentro da ditadura em um Estado supostamente democrático. Nas palavras de Fernandes em 1975:

Pode-se concluir, pois, que está em curso uma dupla "abertura". Ela não leva à democracia burguesa, mas à consolidação da autocracia burguesa: 1º) por pretender ampliar e consolidar a democracia de cooptação, abrindo-a "para baixo" e para a dissidência esterilizada ou esterilizável; 2º) por querer definir o alcance do poder legítimo excedente, que deve ser conferido constitucional e legalmente ao Estado autocrático. Não se trata de um "retorno à democracia", que nunca existiu, nem de uma tentativa de abrir o caminho para uma "experiência democrática" autêntica. O que as classes burguesas procuram é algo muito diverso. Elas pretendem criar as condições normais para o funcionamento e o crescimento pacíficos da ordem social competitiva, que se achava estabelecida antes de 1964 e foi convulsionada em seus fundamentos ideais, e revitalizada, em seus fundamentos econômicos, sociais e políticos, pelo desenvolvimento econômico acelerado e pela contrarrevolução preventiva. Nem elas podem ou poderiam ir mais longe. Para fazê-lo, teriam de abrir mão de muitas coisas, que são, afinal de contas, essenciais para a sua sobrevivência como burguesia de uma sociedade de classes dependente e subdesenvolvida duramente afetada por duas crises simultâneas - a que decorre do abalo do capitalismo e a que resulta da eclosão do socialismo na periferia. (FERNANDES, 2020, p. 443)

A aceitação e participação por parte do MDB da eleição indireta em colégio eleitoral da chapa Tancredo-Sarney para a presidência da república, a legalização de determinados partidos políticos – com a limitação ao PCB e o assédio intermitente das forças militares ou reacionárias no interior de suas fileiras para esterilizá-lo - são exemplos da cooptação por partes. É a cara da distensão mediada, da reciclagem dos elementos internos do regime num novo período com a ampliação limitada da intervenção da sociedade civil, junto da tutelada participação popular no processo político, depois de esterilizados ou tornados esterilizáveis os elementos de oposição¹¹. A Lei de Anistia, neste contexto, também foi momento de imposição de um determinado projeto de reabertura sobre o outro: aquele dirigido pelos militares venceu a disputa, garantindo total anonimato aos mandantes de vultosos crimes contra a dignidade humana. Todos estes elementos que configuram uma continuidade atroz na transição para um regime mais aberto da vida política e social são constituintes do debate ideológico, da luta pela interpretação sobre a história do país e da disputa pelo significado sobre o processo de aparente distensão. Tal contradição entre a profundidade da transição, o discurso e a propaganda efusiva de um novo regime também são elementos fundamentais para a disputa da memória atualmente.

Entre verdadeiros mortos, feridos e esquecimentos forçados, o processo político pelo qual se retiram do ringue os militares forçou uma última nova eleição indireta apesar do forte movimento de massas que clamava por diretas, tendo suas lideranças cooptadas pelo alto por

¹¹ Cabe lembrar do processo de conciliação da Ditadura Militar com o PCB que destruiu o partido (PRESTES, 1980, p. 197-223), as tensões internas no MDB e a posição por uma transição pacífica que preservasse os mandantes do regime.

uma posição de mediação, permitindo a posse de um emedebista recém saído da ARENA à presidência da república. Na constituinte, a ação de figuras proeminentes das FFAA, organizando e articulando o chamado Centrão para impedir o avanço da reforma agrária, da reforma sanitaria, do direito à greve, da formulação de um Estado provedor de direitos sociais, econômicos e políticos também apontam neste sentido. Todos estes episódios nos oferecem dimensões do mesmo fenômeno, entre tantas outras reivindicações frustradas pela tutela e a articulação militar contra verdadeiras reformas sociais que desagregassem não só o poder político dos militares, mas o poder real das forças sociais que se assentaram na direção do comando social durante o regime.

Para além da interiorização e da autorreforma das estruturas políticas formais de Estado, os fundamentos da vida social e da organização do poder se desenvolveram de tal forma a também garantir uma transição parcial e mediada para um regime político mais aberto, deixando intactos os pilares do poder econômico real dos monopólios e latifúndios, assim como da situação geral do Brasil no interior da economia mundial. A manutenção das brutais desigualdades sociais, raciais e as características gerais das relações de propriedade e produção, acesso ao poder e a generalização da miséria, todos foram elementos mantidos intactos por um regime que assentou e garantiu determinado modelo econômico e posição geopolítica associada dentro do bloco hegemônico imperialista mundial. O estabelecimento e a internalização de estruturas industriais modernas durante o regime militar, articulado ao padrão de distribuição fundiária legado do modo de produção escravista e aprofundado pelo empresariamento agrícola, são realidades que se assentaram através do regime e que seguiram intactas durante a transição até os dias de hoje. Tais características fundamentais da organização social brasileira (relações de produção e propriedade, estrutura fundiária e composição das forças sociais em posse do poder real) desenvolvidas e fortalecidas durante o regime militar não serão dissolvidas, desagregadas ou reconfiguradas durante o processo da chamada “abertura”, nem terão abalos significativos com a Constituição de 1988, ou muito menos transformações fundamentais nos períodos posteriores.

Tal é o quadro do parto da “Nova República”, que nasceu velha e embrutecida, reflexo da distensão parcial de um regime fascista dentro de um novo momento do regime autocrático-burguês de cooptação mais aberto, assinado pela blindagem hermética ao poder real de seus atores proponentes, seus subprodutos e do imperialismo.

No campo da luta ideológica, para a garantia política deste novo período de relativa abertura, ao mesmo passo que se mantinham substantivamente as relações sociais predominantes e a situação geral da sociedade, as classes dominantes e as FFAA em sua “revolução pelo alto” indicaram uma “transformação do regime”, de forma lenta, gradual e segura. Era preciso forjar o consenso na sociedade de que a distensão e a interiorização do regime fascista em uma nova constituição seria um processo de transformação profunda da vida social, de uma verdadeira nova experiência de república, que faria a sociedade arrefecer suas reivindicações por democracia substantiva, desorganizando possibilidades reformadoras mais profundas. O descompasso entre uma transformação incompleta, parcial, mediada e assegurada pelos militares e uma narrativa de “nova ordem social”, em conflito com o desenvolvimento de novas contradições, é o pano de fundo para tantas disputas sobre a memória do ocorrido. A ação de militares que trabalharam ativamente para disputar a memória sobre o ocorrido foi objeto da avaliação de Clarissa dos Santos Grahl (SANTOS, 2016), em trabalho onde avalia obras de agentes de repressão das Forças Armadas.

Não obstante, a história não esperou para que os atores envolvidos no centro do conflito social na década de 1980 se rerepresentassem com novos atritos beligerantes e possibilidades de rupturas democráticas, promovendo alterações significativas das condições da vida política no país. A memória do ocorrido não esteve a salvo de complexas revisitações e análises por historiadores e intelectuais em geral. Sobre a questão, é pertinente o alerta de Eric Hobsbawm acerca do movimento histórico dos consensos políticos e da própria memória (HOBSBAWM, 1998, p. 250). Se ao fim da década de 1970 até 1988 a situação de disputa entre as forças populares e as classes dominantes vertia no sentido de fazer recuar, mesmo que parcialmente, as Forças Armadas e abrir caminho para uma situação mais democrática na sociedade, assim como da garantia de direitos mínimos para o povo, o que vivemos a partir da metade da segunda década do século XXI tem apontado no sentido contrário. Seria um erro considerar que a crise da Nova República vivida neste período presente não seria, dentre tantas outras determinações mais gerais, também condicionada por este processo de “reabertura”. Erro de igual calibre seria transpor as tensões, movimentos políticos e os agentes do Golpe de Estado de 1964 ou de 1985 para 2016, como se não fossem processos diversos e que possuem diferenças significativas e substantivas de seus atores sociais, do desenvolvimento e do momento mundial, e das próprias experiências históricas concretas das classes e estratos sociais brasileiros neste interregno de intensa atividade social.

O processo resolvido com uma autorreforma do regime militar, pelo alto, cooptando os elementos de oposição, estabeleceu este frágil consenso político entre as forças sociais em conflito durante a Ditadura Militar que lega uma memória fraturada, movediça e extremamente viva na disputa pública; arena na qual este trabalho busca se inserir e sobre o qual contribuir para a compreensão. Apesar disso, o ambiente social onde se situam as disputas e intervenções dos autores nos jornais no período que este trabalho analisa possui outras determinações históricas. Inserimos a intervenção dos autores no interior do que escolhemos denominar como *a crise do pacto político-social 1988*, processo através do qual, ao longo da década de 2010, a sociedade brasileira passou por significativas transformações no cenário político e uma nova escalada das tensões de classe. Tal processo vem buscando repaginar e desmanchas as concepções e marcos políticos mais profundos da atual constituição federal.

Diz-se de uma transformação profunda da constituição e de seu desmanche, orientando-se fundamentalmente: 1) pela necessidade de restrição das garantias trabalhistas e previdenciárias, da rapinagem aos recursos naturais e do patrimônio nacional defendido pelo Estado brasileiro; 2) pelo conteúdo “retificador” da desobediência – ou da autonomia relativa - da política externa brasileira frente às orientações do imperialismo e a necessidade de recomposição ou remédio para as taxas de lucro historicamente decrescentes para os monopólios internacionais. O processo possuiu desdobramentos e determinações decisivos na política nacional e é também discutível o alcance de sua inicialização ainda no governo de Dilma Rousseff (PT), que construíram condição para o golpismo e a crise.

Momento primeiro desta escalada de reorientação nacional, as marchas de junho de 2013 abriram espaço público de contestação e desgaste político aguçado, envolvendo diferentes agentes e projetos societários, que teve como consequência uma inclinação da opinião pública dramática em direção à oposição ao governo da então presidente. A radicalização da oposição à direita no ano de 2014, culminando em eleições presidenciais significativamente mais polarizadas que nos anos precedentes, onde se apresentou até o não reconhecimento do pleito, pelo candidato vencido. Acompanhado da ampliação e intensificação das manifestações de oposição à direita ao governo Dilma em 2015, somaram-se medidas econômicas ortodoxas, em conformidade com os ditames do Banco Mundial e das principais potências estrangeiras, e ao fortalecimento da operação Lava-jato, que contribuiu para a perseguição política e desgaste público de lideranças centrais da cena política brasileira – representantes do pacto de 1988 - e das forças populares. A escalada de perseguição à agenda da Constituição e pelo amordaçamento das lideranças populares teve momento fundamental na condução coercitiva de Luís Inácio Lula da

Silva (PT) em março de 2016, no bojo da consumação de um processo golpista que impediu a presidente e reorientou o comando do governo executivo federal. A partir de então, aceleradamente, se aplicou uma agenda de contrarreformas que configuraram a paulatina desagregação do pacto constituinte de 1988. Por fim, a eleição de Jair Messias Bolsonaro (então PSL) à presidência da República, marcando um novo momento de proeminência da extrema-direita no comando do governo coroa o processo aberto de reconfiguração do regime político, com escaladas autoritárias e recrudescimento da repressão.

Este conjunto de contrarreformas que caracterizam a desagregação do pacto de 1988 comportam: a) a Emenda à Constituição 95 (BRASIL, 2016) que limita o investimento público em setores estratégicos do desenvolvimento social; b) a destruição da Consolidação das Leis do Trabalho com a contrarreforma trabalhista (BRASIL, 2017c) e a lei das terceirizações (BRASIL, 2017b); c) a contrarreforma do ensino médio (BRASIL, 2017a) e seu enxugamento dramático da oferta de educação científica em humanidades no ensino público básico; d) a reforma previdenciária (BRASIL, 2019) que já se esboçava em 2016 e tomou proporções mais definidas em 2017, passada em 2019 depois de grande desgaste. Todas estas medidas somadas à sistemática agressão às liberdades democráticas, à imprensa e à organização sindical representam momentos desta crise e do dismantelamento de elementos fundantes do pacto social de 1988. Como momento mais aparente deste processo ainda em desenvolvimento está a eleição de Jair Messias Bolsonaro para a presidência da república em outubro de 2018, após a prisão e impedimento da candidatura de Lula. O processo político que avança em termos do colapso do pacto político de 1988 se aprofunda com a eleição de Bolsonaro e sinaliza reiteradamente tomar rumos fascistas abertos. A historiadora Anita Prestes contribui para o entendimento a respeito da qualidade do regime político brasileiro contemporâneo em texto lançado em 2019, comparando as experiências históricas de regimes de maior controle e violência política organizada no país. No texto, propõe:

O regime atual (a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016) resultou de uma nova ofensiva do capital financeiro internacionalizado frente às consequências da crise que afetou a economia capitalista mundial a partir de 2008 e à incapacidade dos governos do PT de enfrentá-la seja atendendo aos interesses do capital seja na defesa dos anseios populares. Com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da República, o Alto Comando do Exército – expressão do *poder militar* consagrado na Constituição de 1988 - volta a assumir o protagonismo que tivera durante a ditadura militar. A evolução do atual regime de exceção que vem sendo implantado no país aponta para tendências que indicam a possibilidade de sua transformação em ditadura fascista. (PRESTES, 2019, p. 228-229, grifo da autora)

Demian Melo, em texto ainda em 2015, identifica o retorno das mobilizações de rua da direita como momento importante de inflexão na política nacional, onde esses setores buscam

apresentar alternativas aos governos petistas. Apesar disso, Demian não concorda com a ligação explicativa entre os episódios políticos de direita de 2013, 2014 e 2015 com o processo das marchas de junho de 2013 diretamente¹². Melo sublinha a participação das instituições *Think Tanks* estadunidenses ligadas ao pensamento pseudoliberal e neoconservador contemporâneo na agitação e preparação de uma nova ofensiva reacionária neste sentido (MELO, 2015, p. 2-6). Durante o período também foi lançando o compilado de posições, ensaios e comentários, na forma do livro *Historiadores Pela Democracia*, organizado por Beatriz Mamigonian, Tânia Bessone e Hebbe Mattos. O livro, apesar de compilar quantidade razoável de documentos, foi polêmico por apresentar análises pouco aprofundadas e muito voltadas à mobilização política imediata sem tanto rigor analítico. Apesar disso, o destacamos como documento que expressa as posições “à nu” de importantes integrantes de nossa categoria profissional em um dos momentos decisivos do processo político no intervalo em questão. Em especial os textos de Marcos Napolitano, Rodrigo Patto Sá Motta e Silvia Lara (MATTOS et alli, 2016).

Em texto onde discute as possibilidades de resolução da situação política conflituosa posta em março de 2016, Marcos Napolitano indica o esgotamento político do pacto governativo petista, identifica as manifestações de 2013 como momento definidor de uma virada política mais profunda na cena nacional, e vaticina:

Não é exagerado dizer que já há uma cultura política autoritária e fascista que está esperando por um líder aventureiro, mas que ainda não tem expressão partidária consistente. Iludem-se os liberais dos partidos de oposição e da imprensa conservadora ao pensar que esses grupos sociais serão controláveis no futuro. (NAPOLITANO in: MATTOS et ali, 2016, p. 64)

Na crescente tensão que vem rompendo com o pacto político-social de 1988 e que pode caminhar para fraturas mais profundas, o curso político dos debates sobre a Ditadura Militar também se intensificou: ameaças, versões e referências públicas choveram, reclamando posições no conflito inacabado, deixando expresso que um dos campos de batalha sobre o pacto de 1988 é, também, a revisão, negação, e o combate pela memória de 1964.

A premissa central do trabalho, da experiência de um desmantelamento do pacto social de 1988 nos últimos anos, não é um fato consumado, nem muito menos beco sem saída inevitável para as inúmeras determinações e possibilidades históricas em que estiveram à frente os pesquisadores em questão, ou que se desdobram na atualidade. Ao passo que, no momento

¹² Melo acredita, naquele momento, que há narrativas “governistas” ou ligadas ao petismo que não digeriram de maneira qualificada as manifestações de 2013, de maneira inclusive a afastar qualquer elemento progressista da movimentação da articulação política de esquerda. (MELO, 2015, p.15).

atual, pode um leitor desavisado se frustrar com posições vacilantes ou mediadas que tomaram os historiadores diante de processos que agora aparentam de maneira mais clara constituir a condições histórica para um desmantelamento da Constituição Federal, nem para aqueles interessados neste processo de desmantelamento este caminho estava claramente desenhado. As condições, os atores sociais e as formas através das quais tais inflexões históricas se deram não se desenvolveram de maneira retilínea e uniforme, nem muito menos eram passíveis de vaticínio de tal forma, dadas a própria natureza das possibilidades de intervenção e alteração dos cursos que marcaram todos os momentos deste processo. No entanto, sem incorrer em análises de desdobramentos predestinados, como se trata de um estudo que goza da possibilidade de rever este momento com o privilégio de seu próprio desenvolvimento, também é possível compreender as maneiras pelas quais as contribuições dos autores se relacionaram frente aos momentos mais ou menos determinantes do debate de memória e de sua relação com a história corrente da sociedade.

Longe de buscar esgotar um tema tão rico, que se comunica com problemas tão profundos da sociedade brasileira, este trabalho se resumirá a estudar uma parte da disputa científica, política e ideológica que fizeram alguns historiadores e pensadores da história do Brasil sobre o tema no período das últimas duas décadas, inseridos na luta geral pela memória e pelos rumos do presente na imprensa. No grande espectro do que é a luta de classes e o sentido do desenvolvimento da história e dos conflitos sociais no Brasil, este Trabalho de Conclusão de Curso buscará contribuir para o entendimento da dimensão teórica e ideológica travada sobre a memória, sua comunicação com o desenvolvimento hodierno das transformações políticas do país e o papel dos intelectuais – em especial historiadores e pensadores da história – neste processo.

Cabem, no entanto, alguns alertas. Por ser um trabalho que trata do lugar dos historiadores e da historiografia nas tensões sociais atuais, o primeiro capítulo do trabalho fará um breve debate sobre as concepções correntes e a atuação dos historiadores na produção, difusão e sistematização de conhecimento histórico, sua ligação direta com as disputas presentes na esfera pública e suas instrumentalizações a partir das contribuições teóricas de Norberto Bobbio e Antônio Gramsci. No segundo capítulo, propondo uma periodização para o entendimento destes vinte anos de intervenções públicas dos historiadores, buscaremos reconstruir a presença de três autores brasileiros que lidam com a história e a memória da Ditadura Militar em debate público nos jornais O Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo e O Globo, alguns dos principais meios de impressas circulantes no país. Pelos limites deste trabalho, serão analisadas as

contribuições de Daniel Aarão Reis, Carlos Fico e Marcelo Ridenti. Foram analisadas no conjunto do trabalho todos os momentos em que foram mencionados ou que tiveram possibilidade de interlocução mais ou menos direta nos jornais, dando especial atenção analítica aos temas que se relacionam com a memória da Ditadura Militar, e portanto, que se comunicam fundamentalmente com os desdobramentos políticos contemporâneos. O trabalho terá por foco a aparição¹³ destes três cientistas por serem os especialistas reconhecidos no meio acadêmico que atualmente produzem a respeito do tema de maneira mais frequente, intervindo na mídia no intervalo em questão. Tal escolha metodológica implica em questões decisivas para o alcance e a validade das reflexões deste trabalho.

A intervenção dos cientistas na imprensa circulante não é fruto da vontade e da condição pessoal de cada um, antes disso um espaço delimitado pelos meios privados de imprensa com posições políticas mais ou menos definidas – tanto na atualidade quanto durante o período militar – que permitem ou buscam seletivamente a opinião destes intelectuais. Cabe o alerta de que esta obra não tem condição nem busca traçar quadros complexos e mais completos da orientação geral, total, do pensamento destes historiadores, nem mesmo tem condição de reconstruir a totalidade das posições da imprensa, apesar de aqui podermos colher pistas de algum valor que, em um quadro mais geral, possam contribuir para o entendimento mais verdadeiro da intervenção destes meios sobre a política nacional no período em questão. À luz dos elementos trazidos anteriormente, a pesquisa possibilitada pelas 427 aparições é aquela sobre o que os jornais permitiram ou buscaram destes sujeitos, e também do que estes foram capazes, quiseram ou puderam fazer com o limitado espaço que tinham para relacionar as questões presentes com a Ditadura Militar, usando sua voz de autoridade construída ao redor deste tema. É também importante alertar que o conjunto das intervenções/aparições destes historiadores não configuram uma continuidade coesa, periódica determinada, ou constituem uma ordem mais ou menos clara, configurando desta forma mais uma limitação legada pelas fontes para uma pesquisa limitada.

Pelas menções anteriores à autora e suas interpretações gerais da história política recente, elucidamos que a pesquisa nos materiais periódicos não levou em consideração as intervenções de Anita Leocádia Prestes pela intervenção extremamente limitada que foi possibili-

¹³ O termo “aparição”, apesar de amplo, foi escolhido por englobar tanto as intervenções diretas sobre as quais os autores possuíam algum controle direto, como também as menções que colocavam os autores no debate a despeito de seu interesse, intervenção ou permissão diretos.

tada de fornecer na imprensa no período. A autora que é referência para as premissas e elaboração dos objetivos e problemáticas do trabalho não podem ser analisadas nos parâmetros aqui estabelecidos por não ter tido vazão e espaço para disputa política na imprensa, o que também já apresenta parcialmente a relação de suas posições com aquelas dos meios hegemônicos de comunicação.

Para fins de esclarecimento também, neste trabalho, tratamos Marcelo Ridenti como historiador, mesmo sabendo de sua trajetória na sociologia, por se tratar de intelectual que opera com a história contemporânea brasileira e ter reconhecimento nos meios acadêmicos e da imprensa como autoridade intelectual sobre o período.

Por fim, concluiremos o trabalho debatendo o lugar destes historiadores e da narrativa histórica posta em marcha por eles, no conjunto geral do movimento de revisionismo histórico identificado e explicado por Domenico Losurdo em *Guerra e revolução* (LOSURDO, 2017). Neste sentido, buscando avaliar a possibilidade do uso da categoria de *revisionismo* para compreender os fenômenos de disputa da memória e da história, tentaremos contribuir com a discussão sobre o papel do historiador e o lugar da ciência da história no conflito social brasileiro contemporâneo, em especial o que diz respeito ao debate sobre a Ditadura Militar.

A pesquisa de fontes foi produzida a partir dos mecanismos de busca virtuais dos acervos digitalizados da Folha de São Paulo, do jornal O Estado de São Paulo e do jornal O Globo. Foram compilados, fichados e levados em consideração todos os materiais que possuísem o nome dos autores em questão. Demais autores foram levantados, mas por razões explicitadas posteriormente não foram analisados para fins deste trabalho.

Historiadores, intelectuais e luta de classes

(...) Se escrever história significa fazer história do presente, é grande livro de história aquele que, no presente, ajuda as forças em desenvolvimento a se tornarem mais conscientes de si mesmas e, portanto, mais concretamente ativas e operosas. (GRAMSCI, 2002, p.37)

Uma pesquisa mesmo que limitada sobre a atividade de historiadores e suas funções sociais é mais bem municiada se leva em consideração a função social dos historiadores no interior da sociedade, e onde se encaixam nas dinâmicas sociais. Em disputas polêmicas na intelectualidade brasileira, a ação do historiador no debate público e seu posicionamento, sua condição frente à sociedade e seus instrumentos de ofício têm sido questionados e debatidos por uma miríade de posições políticas e forças sociais.

O fim do século XIX e todo o século XX estiveram imersos no debate o lugar do intelectual na sociedade, tanto na academia quanto no conjunto da sociedade civil. Desde o famoso *affaire* Dreyfus¹⁴ até as polêmicas ocidentais sobre a “crise do marxismo”¹⁵ no último quartel do século, marcam complexas dinâmicas e diferentes estudos sobre o lugar que ocupam e que deveriam ocupar os intelectuais na vida política das nações. Sobre este tema, Norberto Bobbio, filósofo italiano de grande influência no pensamento ocidental, se dedicou longamente. Bobbio reconhecia que o trabalho de pensar a sociedade e fazer a chamada “luta ideológica”, não está encerrado dentro dos limites do tempo presente ou mesmo da sociedade “pluralista”¹⁶ moderna. Bobbio entende que momentos diferentes das sociedades humanas conheceram diferentes formas de organização social do poder ideológico e de sua operação no seio da sociedade – justifica o argumento com a existência dos clérigos medievais e escribas egípcios (BOBBIO, 1997, p.11). No entanto, o debate que faz Bobbio não discute profundamente as características ontológicas do intelectual enquanto parte da sociedade humana, ou do trabalho intelectual em geral

¹⁴ Quando do envolvimento de Émile Zola e outros nomes influentes da cultura no julgamento considerado persecutório de Alfred Dreyfus na virada do século XIX para XX na Terceira República francesa, para um resgate breve ler: (SAYURI, 2016, p. 106-115)

¹⁵ Não caberá discutir sobre o tema neste trabalho, mas aqui me refiro desde as contribuições de, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Hayden White, Georgi Lukacs, Louis Althusser, Edward Palmer Thompson, Eric Hobsbawm, István Mészáros, dentre tantos outros intelectuais que se dedicaram sobre o marxismo. Com tendências e princípios distintos, estes autores fizeram a crítica de variadas vertentes dogmáticas ou antidualéticas do marxismo. O processo que resultou na diminuição do espaço, da influência e do alcance do marxismo na intelectualidade ocidental contemporânea, acompanhado de outros movimentos na luta ideológica. Realidade também, obviamente influenciada pela queda do socialismo no Leste europeu. Mais considerações sobre a crise em (MÉSZÁROS, 2002, p. 175-189).

¹⁶ Termo que o autor usa de maneira indiscriminada, pelo nosso entendimento, trata-se de alguma aproximação com a categoria de “sociedades democrático-burguesas liberais ocidentais”.

na dinâmica das transformações substantivas das formações sociais históricas da humanidade. Bobbio, fundamentalmente, trata das tarefas imediatas dos intelectuais no seu contexto, com as mediações e contradições contemporâneas a si como prioridade de elaboração¹⁷.

Na situação histórica de sua produção intelectual e de maior atividade pública, que não foi curta (da década de 1950 até os anos 2000), o filósofo de Turim que combatera o fascismo em sua juventude e havia se formado no interior deste ambiente acadêmico, se viu cercado por uma situação política muito diferente ao longo de sua vida, justamente pelo desenvolvimento da Guerra Fria, a ascensão e a diminuição drástica do espaço da teoria marxista no interior do espaço acadêmico, entre outras determinações. Os anos que se seguiram após 1945 foram de um mundo disputado palmo-a-palmo entre os blocos capitalista e socialista, o que também se expressou claramente nas discussões acadêmicas e no conflito entre as tendências do pensamento ocidental.

Não seria possível entender o pensamento de Norberto Bobbio desligado das condições fundamentais do debate público e acadêmico de seu tempo, em especial alguns marcos fundamentais que cindiram a intelectualidade no interior da polarização mundial, claro, com as devidas ressalvas¹⁸. As avalições e posições assumidas dos intelectuais frente aos regimes de transição ao socialismo, e, como maior ator mundial, a experiência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas¹⁹ foram, sem sombra de dúvidas, um tema inescapável e divisor entre a comunidade intelectual à nível mundial – porque, afinal de contas, dividia as sociedades em geral como expressão internacional da luta de classes, guardadas as devidas ressalvas e desdobramentos em cada totalidade particular. O clima político de polarização extremada do conjunto das sociedades, atravessado por dezenas de conflitos internacionais (Guerra das Coreias, Guerra de Independência do Vietnã, os processos de libertação nacional na África, na Índia e no sudeste asiático como um todo, as revoluções em África e América Latina, as Ditaduras de Segurança

¹⁷ Compreendendo o escopo deste trabalho, nossa pesquisa não se atém a uma avaliação do conjunto e do movimento do pensamento de Norberto Bobbio. Nossa crítica ao autor se baseia em sua obra *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Temos ciência da diversidade de textos e de sua aparente falta de coesão temporal, o que pode pugnar pela invalidade das críticas aqui expostas. No entanto, este livro não trata de obra póstuma do autor, alijada de sua ciência, organização e intencionalidade. As posições expressas nesta obra sintetizam elementos fundamentais do pensamento do autor, de uso extremamente conveniente no interior da luta política contemporânea, por estas razões foram aqui alvo de crítica.

¹⁸ Episódios como o da ocupação soviética da Hungria, a Crise dos Mísseis, o Relatório Krushev, foram todos momentos de tensão dentro da comunidade intelectual marxista mundial que causaram fissuras e rompimentos, como o caso de Thompson e de seu desligamento do PC inglês à época da ocupação da Hungria.

¹⁹ Cabe também alertar da dinamicidade de todos esses episódios. Não seria justo colocar em uma mesma avaliação seguindo os mesmos critérios as tomadas de posição em momentos diferentes ao longo dos 45 anos que compreende o período entre 1945 e 1990.

Nacional nestes países, dentre tantas outras dezenas de processos) forçava a tomada de posição em relação ao marxismo e às experiências socialistas concretas que se opunham ao processo mundial de revitalização e reconstrução da economia monopolista imperialista nos eixos Nova Iorque – Berlin Ocidental – Tóquio após a Segunda Guerra Mundial. É nestes marcos que Bobbio irá debater o lugar do intelectual²⁰ e a postura que acreditava que deveriam assumir enquanto categoria ou grupo social.

Para Bobbio, há na sociedade, grosso modo, duas categorias de intelectuais: os expertos e os ideólogos (BOBBIO, 1997, p.74-78). Os primeiros, aqueles trabalhadores intelectuais executores, responsáveis pela condução da sociedade em sentidos práticos e políticos diretos, técnicos, cientistas ligados à produção econômica fundamental e ao desenvolvimento das forças produtivas; operadores da ideologia em termos práticos, tradutores da ideologia em termos abstratos para a *realpolitik*, garantidores de meios para os fins últimos da sociedade. Já os segundos, estariam envolvidos justamente na produção destes fins últimos, de maneira a não se responsabilizarem pela disputa política direta e concreta, mas fazer a luta ideológica, ou o que chama de “política da cultura” (BOBBIO, 1997, p.91-113). A medida em que Bobbio desenvolve seu trabalho, não somente descreve o que acredita serem os intelectuais e suas categorias constituintes fundamentais, mas o que deveriam ser, e contra os casos a que se opõe, articula críticas contundentes.

Através do estudo de Antonio Gramsci, Benedetto Croce, Julien Benda e tantos outros autores do século XIX e XX, Bobbio articula seu entendimento do papel do intelectual (ideólogo) na categoria de um “intelectual mediador”. Bobbio carrega duras críticas à partidização da atuação do intelectual - inclusive em termos concretos, como a filiação partidária formal -, o que entende como um sinal de “embrutecimento advindo da massa”²¹ e submissão do livre

²⁰ Manter em mente que neste trabalho estamos trabalhando em específico com a atuação do historiador, e que a necessidade da generalização mais ampla “intelectual” é imposta pela qualidade geral da natureza do trabalho exercido pelo historiador.

²¹ Quando Bobbio reflete sobre a necessidade de ser *independente* no lugar de *indiferente*, e depois discute a dicotomia que estabelece entre *engajamento* e *responsabilidade*, o autor demarca sua posição de que é preciso ser independente e responsável à medida do quê e como for possível defender os valores últimos, que para ele deveriam ser o valor de todos os *homens de cultura* – que mencionarei adiante (BOBBIO, 1997, p.105-108). Mas Bobbio vai mais além ao delimitar a responsabilidade individual do trabalho do intelectual, e a impossibilidade de um intelectual ser “de massas”. Nas palavras do autor: “Intelectual e massa são dois termos incompatíveis: existe o homem-massa, a massa anônima das grandes cidades – amorfa, despersonalizada, sempre mais degradada moral e politicamente -, a construção civil de massa, que fez todas as cidades do mundo iguais (...). Não existe, não pode existir, porém, o homem de cultura de massa. Ou, se existe, e *infelizmente existe*, nenhum de nós estaria disposto a mencioná-lo como exemplo. Dizer que o intelectual-massa não existe, e não pode existir, significa que para nenhum outro vale tanto o princípio da responsabilidade, falo da responsabilidade individual, como para quem assume a tarefa ingrata, difícil e exposta continuamente ao risco da incompreensão ou do fracasso, de exercer a

pensamento às paixões políticas gerais de um tempo. Para Bobbio, um intelectual deveria ter comedimento absoluto em apresentar posições “quentes” para sociedade como um todo, ao risco de se diluir e misturar suas “funções próprias, típicas, de origem”, com as funções próprias de “políticos”²². O filósofo tem grandes restrições com a produção científica de autores como Gramsci, Ortega e Sartre²³ – mesmo que não em bloco –, como exemplos daqueles que reduziram, em suas contribuições, o trabalho intelectual (ou “cultural”, como diz Bobbio) à ação política direta, tanto em suas formulações, quanto na concretude de suas ações historicamente.

No conjunto de suas concepções e posições políticas, Bobbio busca construir uma “agenda programática” própria dos intelectuais, se separando das disputas políticas mais imediatas, em nome da defesa da “cultura, da civilização e da liberdade” (BOBBIO, 1997, p. 16, 23, 45, 53-56, 61-65.). Bobbio, apesar de todas as restrições, faz questão de se definir como “socialista democrático” ao fim de uma de suas obras mais recentes denunciando todas as experiências de transição ao socialismo do século XX e as contemporâneas como ditaduras, com este movimento cavando um fosso entre si e a tradição marxista ortodoxa, e também se descolando dos pensadores mais reacionários de seu tempo, buscando uma suposta “terceira via” em defesa destes ideais abstratos na sociedade (BOBBIO, 1997, p. 89).

A separação esquemática da luta política direta e da atuação intelectual faz do trabalho de Bobbio um feliz remédio para o intelectual vacilante e “desligado dos conflitos políticos de seu tempo” – não difícil de encontrar ao redor do mundo dentre as dezenas de milhares de intelectuais, e também no Brasil e sobre o interesse de análise deste trabalho. Tal separação é visível no pensamento do autor quando explica as duas matrizes gerais de ética e preocupações com as consequências políticas diretas e as arenas onde os dois tipos de intelectuais (expertos e ideólogos) deveriam se situar. O intelectual mediador, que faz a disputa “cultural” dentre a intelectualidade ideóloga, e espera que espraie sobre a sociedade seus pensamentos, precisa

própria inteligência para mover e demover a inteligência alheia. (...) O intelectual deve responder na primeira pessoa pelas próprias ideias, quando decide tomá-las conhecidas do público.” (BOBBIO, 1997, p.99, grifo nosso) Isto é, Bobbio individualiza a condição da produção intelectual de tal forma, e assume que o contato e a tradução de massa do pensamento é de tal forma diluidora e acrítica, que chega a afirmar que não pode estar exposto à crítica pelo que suas ideias movem na sociedade.

²² O autor não discrimina o que entende por “político”, supomos que sejam àqueles quadros destacados da sociedade que possuem condições sociais, econômicas e políticas para terem como sua ocupação laboral principal o trabalho político direto – convencimento político geral, organização de setores sociais, agitação, formação, articulação parlamentar, enfrentamento em mediações políticas gerais na sociedade, participação em pleitos e campanhas eleitorais, entre outros. Para Bobbio, talvez, aqueles identificados como “intelectuais expertos da política”.

²³ Sobre Sartre, Bobbio critica sua categorização de intelectuais entre *falsos* e *verdadeiros*, apontando que o filósofo existencialista francês resume os intelectuais à sua posição política para com o socialismo, entre aqueles que são pela revolução da sociedade (verdadeiros) e os contrários (falsos) (BOBBIO, 1997, p. 14).

possuir uma “Ética do dever”, que não deve estar relacionada com as consequências imediatas de seus atos; é preciso que este intelectual tenha este tipo de liberdade para agir e desenvolver os fins últimos da mediação cultural, em defesa da *cultura, da civilização e da liberdade*, sem que as paixões do tempo e da história, mediações reais e concretas, prejudiquem a luta por tais ideais. Por outro lado, o intelectual experto precisa possuir a “Ética da responsabilidade”, intrinsecamente relacionada com as consequências imediatas de seus atos, preocupado com a mediação real, e posto em movimento dentro da “arena da política”²⁴ (BOBBIO, 1997, p. 63-65 e 82-83).

Segundo Bobbio, desvios destas funções ideais degenerariam o intelectual e incorreriam na: 1) vulgarização ideológica e instrumental do trabalho intelectual, 2) diluição da contribuição verdadeiramente individual em benefício dos consensos coletivos preexistentes, 3) perda da liberdade de expressão, ou até à mera mecanização da sociedade sem qualquer reflexão organizada por ideólogos – a predominância exacerbada de “expertos” ou “mandarins”. Bobbio também assinala com veemência a preponderância da defesa daqueles valores fundamentais (Cultura, Civilização, Liberdade) como características fundantes do bom intelectual mediador. Toda essa crítica se baseia fundamentalmente na separação esquemática entre a disputa cultural e política da sociedade²⁵ feita pelo autor.

Pode-se entender que a crítica de Bobbio busca enquadrar e combater o pseudocientista social, ou o ideólogo panfletário como um todo, tratando de deslegitimar posições mecanicamente transpostas e enquadradas num esquema geral de teoria social sem lugar para a reflexão inovadora, o pensamento livre ou o próprio dinamismo intelectual. No entanto, apesar do autor inclusive prever “parâmetros ideais para a atuação política do intelectual”²⁶, Bobbio vai além de combater a pseudociência social ou a pseudoideologia da transmissão doutrinária: ele assume a posição contra a participação do intelectual tomando partido na política real, ou de sua ligação

²⁴ Categoria que o autor também não desenvolve, da qual podemos entender que seria o lugar de atuação dos “políticos” descritos em nota de rodapé anterior.

²⁵ Atestado inclusive quando Bobbio ataca com virulência a suposta “redução da cultura à política em Gramsci” (BOBBIO, 1997, p.29), coisa que está longe de ser verdade.

²⁶ Como consta no capítulo *Intelectuais e Classe Política*, os homens da cultura deveriam apenas agir coletivamente na política segundo uma série de parâmetros que garantiriam sua condição de categoria à parte de maneira: a) imparcial, b) apenas em temas realmente importantes, c) desinteressada, d) autônoma “da política” como está dada, e) que seja convicta de seu papel (BOBBIO, 1997, p. 64-66). Em termos gerais, uma série de condições que caracterizam a vacilação e a desobrigação com o coletivo social e a filiação política clara com conjuntos existentes da política real de cada momento histórico.

a ela de maneira orgânica, formal, institucional. Em sua avaliação, o intelectual nestas condições perde sua condição de ideólogo, degenera-se em funções instrumentalizadas e não pode proteger a *cultura, a civilização e a liberdade*. Importante apontar que o autor advogou por esta posição após escrever libelos e mais libelos de demonização do socialismo real sempre que teve a oportunidade.

Na cilada por uma terceira via – “contra o marxismo e o fascismo” – Bobbio faz um apelo à uma “força não-política” superior, supostamente residente e imanente no interior do pensamento e do espírito humano que possa orientar o pensamento geral da humanidade em defesa de seus valores supremos, descolada de paixões políticas²⁷. Paradoxalmente, apesar de tecer críticas a Julien Benda e seu entendimento da intelectualidade, acaba por assumir uma postura muito semelhante ao autor quando este diz: “os intelectuais tem a função de defender e promover os valores supremos da civilização, que são desinteressados e racionais; se vão à política, traem.” (BENDA apud BOBBIO, 1997, p.32).

A postura de Bobbio frente a tarefa dos intelectuais na sociedade está longe de ser “contra-hegemônica” ou “marginal”, trata-se de posição ideológica dominante, reflexo de uma realidade intelectual cooptada e pusilânime ou vacilante em tomar posições que tenham consequências políticas imediatas de enfrentamento, que obriguem a fazer a política real de maneira perceptivelmente ativa por sua natureza adversativa – mesmo que da maneira que a faça continue fazendo política de toda forma. Trata-se de posição própria dos intelectuais que estão à reboque do movimento da história e das suas classes em conflito, apoiando inconscientemente o esforço das classes dominantes, tratando de apagar os incêndios ideológicos “beligerantes”, “sujos”, “traidores”, em busca de supostas “civilização, cultura e liberdade”, que não são verdade substantiva na sociedade humana coeva. Ao apelar para o senso “moral”, descolando completamente o debate da intelectualidade frente a realidade de sociedades cindida em classes e povos dominantes e dominadas, Bobbio coloca em termos abstratos o trabalho do seu chamado

²⁷ “Força não-política, quer dizer, para Croce, força moral. Aqui está a missão do homem de cultura: aqui está, diria, a sua política. Na medida em que defende e alimenta valores morais, ninguém pode acusá-lo de ser escravo das paixões partidárias. (...) Faça-se, pois, o homem de cultura, conscientemente, sem reservas nem falsos temores, portador dessa força não-política: não será nem traidor nem inutilizador.” (BOBBIO, 1997, p. 42). Ou seja, identifica valores “humanos” em abstrato pelos quais é necessário o combate e a responsabilidade do intelectual, mas apela para a razoabilidade humana em abstrato, sem identificar agentes históricos concretos ou se identificar com tais. O autor, inclusive, incorre na despolitização da categoria de moralidade e liberdade, como se fosse possível as haver mesmo que idealmente para além do ambiente social típico e inevitavelmente político da sociedade tal como é.

“verdadeiro”²⁸ intelectual. A ojeriza à interpelação e à conexão com as massas, afirmações virulentas como “não pode haver um homem de cultura de massa” (BOBBIO, 1997, p.99-102), ou “quem diz que a política é tudo só pode ser um totalitário” (BOBBIO, 1997 p. 107), “o partidário é sempre cego” (BOBBIO, 1997, p.81) só podem atestar a posição de Bobbio como a de um agitador da despolitização em termos concretos do debate intelectual, agitando uma ação fragmentada, domesticada e individualista de concepção de intelectual. O autor move toda a violência de suas posições contra a ação do intelectual que pensa a orientação e a organização da sociedade contemporânea como uma tarefa de sua responsabilidade junto da sociedade, em suas partes e também daquele que opta pela partidarização formal. Desta forma contribui com a infeliz demonização da filiação partidária dos intelectuais, apesar de ter combatido o fascismo ao lado de milhares de sujeitos filiados a partidos políticos (nomeadamente com peso enorme de comunistas).

Tal postura é a aquela esperada pelas forças hegemônicas da sociedade, inclusive é a postura esperada pelos editoriais dos grandes jornais para a grande maioria de quadros intelectuais especializados que apresentam reflexões em seus magazines. Legitimação e naturalização da ordem social, inevitabilidade da realidade e da política das elites, combate à indignação politizada. Os marcos da ação dos intelectuais são justamente para que não apresentem virulência contra a ordem social e façam suas críticas sem orientar mais ou menos abertamente a ação política, ao mesmo passo que, quando ensaiem alguma crítica, a façam de maneira a esterilizar qualquer conteúdo verdadeiramente posicional e partidário (em todos os sentidos do termo), que gere responsabilidade de alguma forma, em termos amplos. Esta orientação é extraível da obra de Bobbio, pela qual é *responsável*, pois querendo ou não, está orientando a ação de um determinado grupo social, sob uma ótica, que, inconscientemente ou não, está no interior da tensão de classes geral, que existem para além da sua vontade.

Entendemos que o combate de Bobbio contra uma produção intelectual – que poderíamos entender sinonimicamente como “teórica”, “cultural”, “de orientação política geral”, “da contribuição reflexiva sobre a totalidade do movimento humano” – submetida à “política” está de cabeça para baixo. Pois afinal, o que seria “a submissão da cultura à política” senão, de fato, “a submissão de uma produção intelectual à outra” – também teórica, também cultural, também

²⁸ Afinal, Bobbio, apesar de criticar Sartre, parece redundar no mesmo abismo do existencialista em desqualificar aqueles intelectuais com os quais não guarda convergências ideológicas ou de conduta.

política, também intelectual – de maneira subsidiária, ou esquemática? Bobbio, em seu pensamento enrijecido, não consegue ver a fluidez da realidade que impede com que cultura e política possam ser separadas de tal forma, porque de fato vivem e atuam sobre o mesmo substrato real concomitantemente – que é a vida social e sua reprodução. Se pudermos tomar a crítica de Bobbio como uma simples crítica ao dogmatismo, ao esquematismo, à morte da dinâmica do pensamento humano, ela possui alguma validade; mas Bobbio cruzou outras fronteiras que orientam uma prática intelectual domesticada ou inerte, que na verdade coíbe e constrange posições ofensivas e posicionadas em troca da “moralidade” incólume do autor.

Resgatamos aqui o pensamento de tal autor pois é extremamente difundido e influente, e há vazão do seu entendimento da intelectualidade contemporânea em outros autores que estudam questões pertinentes ao entendimento do lugar do historiador como intelectual.

Apesar de guardar semelhanças gerais, a categoria do *intelectual mediador* tomada por Bobbio como a do ideólogo desligado da disputa e da responsabilidade direta do real é entendida e equacionada de forma diferente por Ângela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen em seu texto *Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo* (GOMES, et al., 2016). Em sua obra, as autoras tratam de uma forma específica dentre a miríade de formas e categorias diferentes de intelectuais da sociedade contemporânea, em especial esta do intelectual que está em posição de *mediação cultural*, com tarefas próprias no espaço da divulgação, distribuição e massificação de formas de conhecimentos acadêmicos, produzindo suas próprias características peculiares e campos de mediação.

Gomes e Hansen localizam a atuação intelectual do historiador enquanto mediador cultural e buscam situar o debate dos usos do passado e do sentido social do trabalho intelectual em história no interior de um processo mais amplo, de mediatização da sociedade e ampliação dos públicos. As autoras buscam desmistificar e, a sua maneira, combater o fenômeno de diminuição da importância social dos interlocutores “intelectuais” de massa e dos agentes culturais que são responsáveis não apenas pela discussão acadêmica, muitas vezes entendida como apenas aquela hermética e enclausurada em um circuito fechado isolado ao todo da sociedade.

Hansem e Gomes apontam a importância de compreender que “mediadores culturais” nem sempre são “intelectuais”²⁹, ou muito menos se reconhecem como tal”, e advogam pelo entendimento de que o lugar da mediação cultural possui importância social igual àquela da inovação teórica e do debate acadêmico.

Com efeito, as contribuições de Gomes e Hansem iluminam a compreensão do quadro específico dos historiadores no interior da sociedade, suas possibilidades atuais com a aceleração e a ampliação do espaço público, ainda mais nos marcos dos estudos deste trabalho. Sua obra busca valorizar o papel de tradução – no mais rico sentido da palavra – destes intelectuais no conjunto do corpo intelectual da sociedade. A historiadora da intelectualidade e da imprensa Juliana Sayuri também tece comentários importantes neste sentido, em especial advogando para que os historiadores disputem a arena pública dos debates em periódicos, magazines virtuais ou onde quer que seja. Para Sayuri, as narrativas historiográficas escritas por não-historiadores não podem ser ignoradas ou desmerecidas pelos historiadores. A autora defende uma postura ativa dos historiadores, sem se furtar do devido rigor teórico científico, para romper as barreiras de limitações de divulgação e circulação dos historiadores, muitas vezes construídas pelo entendimento de uma suposta minoridade ou menor valor do trabalho de difusão e de suas características criativas e originais próprias³⁰. Todas estas contribuições, no entanto, não se ligam diretamente a uma visão mais geral e da relação da categoria dos trabalhadores intelectuais no conjunto das tensões de classe e de seu propósito de ser, e neste sentido se somam a Bobbio em seu entendimento da intelectualidade como corpo a parte ou como corpo que não está posto no interior de uma sociedade de classes. Pode-se inferir a partir destas posições que a mediação feita pelos intelectuais da história está, de alguma forma, subordinada aos elementos gerais de direção da sociedade produzida por outros grupos sociais ou intelectuais, e que seu trabalho não poderia se relacionar com estes elementos.

Este enquadramento geral, e uma categorização ontológica concretamente relacionada com o desenvolvimento geral da sociedade contemporânea podemos encontrar em Antonio

²⁹ Apesar de não esclarecerem exatamente sua concepção de intelectuais em amplo senso, as historiadoras parecem querer demarcar essa diferença entre intelectuais e mediadores socialmente menos valorizados – talvez possuam certa posição anti-intelectual.

³⁰ Recentemente a autora publicou uma coluna em periódico virtual debatendo a relação de intelectuais com os atuais *influenciadores digitais*, além de ter pertinente produção avaliando as transformações da intervenção de intelectuais no periódico *Le Monde Diplomatique* e sua transformação, citado anteriormente. Para ver mais: (SAYURI, 2016), (SAYURI, 2020).

Gramsci, assim como de seu entendimento, e do de Anita Prestes, sobre a importância decisiva da ciência da história no conjunto da direção da organização social.

Gramsci, ao estudar os agrupamentos sociais, suas relações internas e o desenvolvimento do capitalismo em seu tempo, também contribuiu para “a questão da intelectualidade” na sociedade, e, portanto, na luta de classes. Para o autor, ao longo dos séculos XIX e XX, o desenvolvimento das forças produtivas e das tensões sociais na sociedade ocidental fundaram dinâmicas sociais novas; relações que foram crescentemente espalhadas para a totalidade ou grande parte das sociedades do mundo pela unificação mundial sob o manto do capitalismo concorrencial e monopolista. A desagregação da sociedade estamental na Europa, a aceleração da acumulação capitalista, os intensos incrementos na produtividade e, fundamentalmente, a participação ampliada e crescente das massas de operários, camponeses, trabalhadores livres ou semilivres em geral na vida política real, fundou um novo cenário mundial e novas dinâmicas no interior da luta de classes entre os grupos sociais dominantes e dominados. O que Antônio Gramsci identifica é a sedimentação de uma situação onde o Estado³¹, ou o bloco de forças sociais dirigente da sociedade organizado em Estado, tem seus mecanismos de dominação significativamente complexificados frente à nova realidade social, muito diferente daquela da ordem social aristocrática-estamental não-competitiva que precedia (GRAMSCI, 2002a, p.28-32) (PRESTES, 2010, p.6-10). Por isso também não é de se estranhar a institucionalização e profissionalização do campo da ciência da História justamente no século do assentamento da hegemonia do poder burguês nas principais potências políticas e econômicas mundiais. A fundação de uma ciência social capaz de explicar, legitimar e naturalizar a ordem social nascente neutralizando e contendo forças que ultrapassassem os limites burgueses.

Esta mudança das características gerais da vida política, característica da desagregação das sociedades não-competitivas, foi meio e requisito para a possibilidade e a realização da tomada do poder pela burguesia. Neste sentido a formação de um conjunto de instituições para absorver a participação crescente de estratos sociais em movimento acelerado fundará um novo padrão de disputa política real na sociedade e novos mecanismos de controle social dos mais diversos. Gramsci identifica, então, que o poder – que em uma sociedade de classes é sempre de uma sobre a outra - na sociedade burguesa, opera sua hegemonia de duas formas, em duas

³¹ Estado para Gramsci não é apenas o poder institucional, legal, formal, se trata de forma ou estágio do desenvolvimento da dominação de uma classe sobre a outra, sua natureza enquanto classe totalizante. Neste sentido, o Estado da burguesia é seu momento enquanto classe dominante, (GRAMSCI, 2000b, p.12-109), (GRAMSCI, 2000b, p.315-317).

partes da sociedade, sendo elas respectivamente: a coerção na sociedade política e o consenso na sociedade civil³² (GRAMSCI, 2000a, p. 15-26). A sociedade civil, fortemente ampliada e sofisticada ao tempo de vida do autor e ainda mais nos dias de hoje, abarca toda a realidade da disputa política geral fora das dependências formais do Estado, conhecida também vulgarmente como “vida privada”. A política ganha dimensão cultural ampla e de interesse determinante para a construção de consenso no conjunto dessas superestruturas: o debate público na imprensa, nas artes, no movimento popular, o mercado de trabalho, a educação; ou seja, em toda a tessitura social, diferentes agentes políticos com diferentes funções operam intelectuais de ambas as classes dominantes e dominadas em disputa pelo consenso e, portanto, pela hegemonia política na sociedade.

A luta ideológica, cultural, na totalidade das diferentes esferas da vida humana na sociedade civil é para Gramsci – assim como o era para Marx, Lênin, e tantos outros que operaram seu entendimento de forma semelhante, apesar de o fazerem antes da elaboração teórica do autor -, a luta que precede a tomada da sociedade política efetivamente pela classe emergente³³. Isto é, antes da tomada do Estado, ou da transformação de uma classe emergente em Estado, seu processo de desenvolvimento passa inevitavelmente por convencer a sociedade civil de que o Estado vigente já não mais serve. Neste sentido precisa apodrecer os consensos políticos forjados pela burguesia, para romper com o estabelecimento burguês. Isso não significa a defesa do absentismo das disputas políticas legais e formais da sociedade política que precede a constituição em Estado da classe emergente. Tal entendimento é o desenvolvimento do próprio consenso e da sociedade em geral, que através de sua constante atualização produz elementos para sua superação; como foi o ambiente cultural e político gerado pelo pensamento burguês e moderno que antecedeu a tomada do poder de Estado nos países onde houve revoluções burguesas de tipo clássico como Inglaterra e França (PRESTES, 2010, 10-12).

³² Cabe ressaltar com ênfase que a divisão operada por Gramsci é uma separação didática entre sociedade política e a sociedade civil, pois na realidade concreta são partes concomitantes, contemporâneas, coevas e compostas por atores que transitam entre estas “esferas”, que se misturam na realidade concreta, trata-se de uma divisão para fins didático-interpretativos somente.

³³ Gramsci não pensa o desenvolvimento destes tipos de relação entre sociedade civil e política de maneira cíclica ou a-histórica, não se trata de lei natural-teleológica do desenvolvimento da sociedade humana através do tempo. Para o autor, a condição da ampliação da sociedade civil e da sua instituição enquanto tal é característica própria do tempo histórico da hegemonia burguesa. O entendimento do autor era de que o proletariado moderno, única classe autossuperadora e por isso de caráter plenamente universal tem que ter por objetivo superar justamente também essa dicotomia. A característica autossuperadora advém do fato de que é a única classe que tem condições econômicas dadas pelo próprio desenvolvimento das relações de produção moderno de se tornar universal e abolir o regime de classes, processo que a burguesia, por exemplo, não tem condições de dirigir por depender essencialmente da dominação de uma classe trabalhadora (GRAMSCI, 2000b, p.20-40).

De qualquer forma, a disputa tanto da sociedade política, mas especialmente da sociedade civil, depende de quem produza consensos, ideais gerais, redes de organização social que estabeleçam “verdades teóricas” sobre a vida social e que proponham a organização, reorganização e atualização da vida social frente à realidade. Cabe alertar que, desde o início de sua obra, Gramsci compreende que a atividade intelectual não é uma exclusividade dos intelectuais: todo e qualquer trabalho humano do mais simples ao mais sofisticado envolve o movimento de prévia ideação, de qualquer que seja a tarefa, ou seja, algum nível de tarefa intelectual. O que caracteriza o intelectual, segundo Gramsci, é o fato de participar deste processo de produção e disputa dos consensos, e que esta é a função que cumpre como momento predominante na divisão de trabalho no interior da sociedade:

Por isso, seria possível dizer que *todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais* (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. (GRAMSCI, 2002a, p.18-19, grifo nosso)

Desta forma, importante esclarecer de início que todo e qualquer ser que viva da produção, difusão ou tradução do trabalho intelectual é um intelectual, independentemente de sua orientação ideológica ou da natureza mais ou menos técnica de seu trabalho: não existem intelectuais verdadeiros ou falsos, ao contrário do que advoga Bobbio. No entanto, Gramsci vai além, entende que há continuidades históricas concretas e desdobramentos objetivos da diferenciação e especialização da sociedade que produzem diferentes formas de intelectuais, entre as principais: a dos intelectuais orgânicos e a dos intelectuais tradicionais, além de diferentes especializações de ordem operativa interna do trabalho intelectual – técnicos, ideólogos, dirigentes, operadores, cientistas, difusores – que Gramsci não hierarquiza em ordem de importância ontológica³⁴.

Os intelectuais tradicionais seriam aqueles reminiscentes de ordens sociais superadas ou em estágio de desagregação mais ou menos avançados, condutores e operadores da moral social, via de regra ligados e disputados através da sociedade civil pela ideologia dominante, mas cumprindo papéis historicamente submetidos ao desenvolvimento das elites orgânicas com

³⁴ Aqui destacamos o cuidado com que Gramsci lida com as diferenças do intelectual orgânico que traduz a ideologia para grandes públicos e aquele que atualiza e faz avançar o pensamento social para organizar a sociedade, em sentido próximo com o argumento operado pelas duas autoras citadas anteriormente. (GRAMSCI, 2000a, p. 22-28, p.40-48)

certo grau de autonomia em relação ao centro da disputa política geral da sociedade. O exemplo clássico que apresenta Gramsci são os sacerdotes, curandeiros, quadros civis de moral elevada capazes de dirigir moralmente grandes contingentes de maneira mais ou menos coerente em relação ao projeto dominante³⁵. Por outro lado, a intelectualidade orgânica seria aquela responsável e exigida a pensar a totalidade das relações sociais e da organização social. Não haveria sociedade burguesa, e portanto, dominação social burguesa, se não houvesse uma intelectualidade burguesa que apontasse intelectualmente a desagregação do regime estamental não-competitivo e o fim das relações próprias do Antigo Regime - assim como não haveria o escravismo clássico sem intelectuais que justificassem ideológica, política e economicamente tal sociedade, como foram Platão e Aristóteles, guardadas as devidas proporções e a miríade de posições que assumiram.

O pensamento de Gramsci é marcado pelo entendimento da totalidade da vida social gerida, dirigida e reorientada por intelectuais conectados à dinâmica da luta de classes de cada tempo histórico. Isso não significa que todos os intelectuais orgânicos deveriam estar formalmente ligados à partidos políticos, ou às grandes cortes - muito porque o entendimento de “partido político” tal qual estamos acostumados a lidar nos dias atuais é uma novidade histórica do período pós-revolucionário burguês; e, a compreensão leninista de Gramsci vai ainda além disso. Significa, no entanto, que não há como refletir, compreender e propor caminhos para a sociedade sem estar inserido, conscientemente ou não, na tensão de classes e sendo partícipe da dinâmica social da luta entre as classes, mesmo que apenas no campo das ideias. Pode-se estar mais ou menos consciente disso e pode-se, também, tomar posturas mais ou menos radicais, úteis e historicamente pertinentes sobre esta realidade, mas nunca fugir dela.

Importante sublinhar a natureza social e de classe de tal fenômeno, por maior ou menor adesão consciente e explícita aos polos predominantes da luta de classes. Uma posição verdadeiramente independente ou puramente individual³⁶ está vedada aos intelectuais pela sua própria condição de existência. Tal posição confronta e inviabiliza a interpretação esquemática e despolitizante de Norberto Bobbio, que advoga por um protocolo de conduta esterilizado do

³⁵ Cabe apontar a importância que Gramsci dá à disputa política destes segmentos de intelectuais, assim como seu companheiro Togliatti, que chegou a defender “a abertura de uma célula do Partido Comunista Italiano ao lado de cada paróquia”. Para Gramsci, a conquista da intelectualidade tradicional para as causas das classes revolucionárias sempre foi importante para a consecução do desenvolvimento histórico.

³⁶ Se é que isso é possível: “O ser humano é um ser político, e só se isola em sociedade.” (ARISTÓTELES, 1991, p.210)

intelectual em posição caudal às classes dominantes. Mais claramente nas palavras de Gramsci, sobre a divisão entre sociedade civil e sociedade política e sua ligação com a organização da sociedade e o conflito classista:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. Seria possível medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação de funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando da direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. Esta colocação do problema tem como resultado uma ampliação muito grande do conceito de intelectual, mas só assim se torna possível chegar a uma aproximação concreta à realidade. Este modo de colocar a questão entra em choque com preconceitos de casta: é verdade que a própria função organizativa da hegemonia social e do domínio estatal dá lugar a uma certa divisão do trabalho e, portanto, a toda uma gradação de qualificação, em algumas das quais não mais aparece nenhuma atribuição diretiva e organizativa: no aparelho da direção social e estatal existe toda uma série de empregos de carácter manual e instrumental (de ordem e não de conceito, de agente e não de oficial ou funcionário, etc.), mas, evidentemente, é preciso fazer esta distinção, como é preciso fazer também algumas outras. De fato, a atividade intelectual deve ser diferenciada em graus também do ponto de vista intrínseco, graus que, nos momentos de extrema oposição, dão lugar a uma autêntica diferença qualitativa: no mais alto grau, devem ser postos os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.; no mais baixo, os mais modestos administradores e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada. O organismo militar, também neste caso, oferece um modelo destas complexas gradações: oficiais subalternos, oficiais superiores, Estado-Maior; e não se devem esquecer os cabos e sargentos, cuja importância real é superior ao que habitualmente se crê. É interessante notar que todas estas partes se sentem solidárias, ou, melhor, que os estratos inferiores manifestam “espírito de grupo” mais evidente, do qual recolhem uma “ vaidade” que frequentemente os expõe aos gracejos e às troças. (GRAMSCI, 2002a, p.20-22)

Ou seja, demanda-se uma energia social e uma divisão de trabalho qualificada para operar, formar e atualizar a luta ideológica, seja em função de forças conservadoras-reacionárias ou do trabalho ideológico que se pretende transformador e disruptivo – revolucionário.

No interior destas gradações e funções sociais diversas para formulação e massificação da luta ideológica se inserem os historiadores e a história na sociedade. Interpretar e organizar o conhecimento sobre o passado voltado aos interesses de alguma das partes em conflito na

sociedade, querendo ou não, costurando o consenso em tempos de menor tensão ou legitimando a coerção em momentos de crise.

Gramsci compreende como intelectualidade orgânica não só aquela mais diretamente ligada às ciências derivadas do estudo da economia política³⁷, mas dos mais amplos espectros das ciências, técnicas e da cultura que constroem as condições materiais e ideológicas de dominação de classe e da soldatura entre as classes³⁸. Não mais importante que um matemático especulativo que se debruça sobre a “natureza” das flutuações de mercado à serviço da ampliação da acumulação de capital³⁹ é o artista que produz e reproduz mecanismos de adaptação cultural, social e ideológica as diferentes situações humanas geradas pela dominação de classe no sentido de ocultá-las, legitimá-las ou naturalizá-las.

O que nos cabe avaliar, afinal, é onde se enquadram ou enquadraram os historiadores nesta composição de operadores e formuladores da ideologia e dos projetos político-sociais de classe⁴⁰, uma vez que a ciência da história como disciplina tal como existe nos marcos vividos nos dias atuais não é uma realidade transponível para tempos passados, nem mesmo as tensões de classe hodiernas. A ciência da história está longe de ser um conjunto de áreas de interesse sobre a experiência humana, que busca conhecer o passado tal qual aconteceu em sua totalidade, desprovido de sentido, pautado por um conjunto mais ou menos coeso de metodologias e princípios gerais alheios à política. Como aponta Anita Prestes em seu texto, *O historiador perante a história oficial*, nosso ofício não é o de um compilador de fatos pelos fatos, nós decidimos o que vamos estudar, como vamos estudar e com quais princípios vamos nos voltar ao passado (PRESTES, 2010a, p. 92-98). Posição expressa também por Eric Hobsbawm quando defende o

³⁷ Filosofia, História, Geografia, Sociologia, Economia política *strictu sensu* – hoje esquarterada e transformada em “economia”, tolhida de qualquer natureza sociológico-explicativa, quase como uma ciência natural - entre outras.

³⁸ Elemento central para o pensamento do autor, pois é justamente na sociedade civil que se opera e constrói o consenso, a soldatura entre o pensamento das classes dominantes às classes dominadas, o momento do convencimento político social. Sem a construção de consenso que estabelecesse as ideias de um tempo como sendo as de uma classe dominante, toda a estrutura social estaria em momento de colapso ou subversão.

³⁹ Cabe a dúvida sobre a possibilidade de tal conduta ao fim e ao cabo.

⁴⁰ Importante ressaltar também quais seriam os parâmetros para a categorização destes projetos político-sociais de classe: Gramsci, assim como aqui buscamos assumir, não está defendendo que um determinado partido ou agremiação política específica possua uma estratégia, propostas táticas e reformadoras sociais específicas ao qual os intelectuais devem aderir unicamente. A história concreta cobra dos historiadores posições sobre uma guerra de classes existente, que se dá numa miríade de formas e que organiza a sociedade como um todo. Há uma pluralidade infinita de posições, possibilidades e atitudes que corroboram para a manutenção da ordem social classista, e que operam contra ela. Não se trata, pois, de cobrar partidarização *strictu sensu* dos intelectuais.

primado da evidência e o compromisso com ela, “A história é uma arte imaginativa, mas que não inventa: organiza os objetos encontrados.” (HOBSBAWM, 1998, p.286-267).

Tal é a natureza política do ofício do historiador – intelectual orgânico por natureza, elemento que Marc Bloch também assinalou em seu trabalho. Ao mesmo tempo, Bloch também se preocupava com o anacronismo da prevalência do juízo sobre a explicação histórica dos fenômenos – combatendo assim a redução da história à política, como talvez de maneira menos eficaz faz Bobbio – (BLOCH, 2001, p.125-128). Bloch tinha o entendimento de que a história era uma ciência ligada ao presente e as suas exigências políticas, para o autor:

Toda a ciência, com efeito, é, a cada uma de suas etapas, constantemente atravessada por tendências divergentes, que não são possíveis de dirimir sem uma espécie de aposta sobre o futuro. Não se pretende aqui recuar diante dessa necessidade. Em matéria intelectual, não mais que em qualquer outra, o horror das responsabilidades não é um sentimento muito recomendável. Entretanto, ao menos seria honesto alertar ao leitor. (BLOCH, 2001, p. 48)

Ou seja, há responsabilidade premente do historiador pela natureza social e política da ciência e das disputas ideológicas que faz. O lugar de uma “autoridade sobre o passado”, seja a de um historiador pesquisador, professor do ensino superior, ou mesmo do professor do ensino básico, é inevitavelmente o lugar de um intelectual que se filia organicamente às classes da sociedade – claro, com matizes, intensidades, alcances, profundidades e responsabilidades sociais diferentes.

Ao contrário do que pensa Bobbio sobre a harmonia dos consensos na sociedade civil ao redor da *cultura, liberdade e civilização*, a sociedade civil está fraturada e a hegemonia – sempre parcial e incompleta, por sua própria natureza – está em disputa (LIGUORI, 2007, p.39-41). O historiador, no interior desta querela, é forçado a se colocar em um dos polos dinâmicos da luta geral conscientemente ou não, e, como diz Bloch, melhor que adentre esta situação de maneira consciente. Na arena pública, a expressão da ideologia e da intelectualidade dominante depende da construção de uma história oficial que legitime, consagre, explique e teça o elogio à sociedade tal qual está organizada, combatendo mais ou menos suas tendências de transformação nos limites de possibilidades estéreis e esterilizáveis, freando qualquer reflexão ou impulso de massas que possa ter potencial subversivo totalizante (PRESTES, 2010a). Neste sentido, a intervenção pública dos historiadores sempre incorre neste dilema, orientando a perspectiva da sociedade sobre si e sobre seu futuro. Guarda, aí, muito poder, independentemente se é fruto do trabalho científico e cauteloso, compromissado com a evidência ou se é obra de intelectual menos qualificado, mas que conquista legitimidade política para exercer tal função

para públicos de longo alcance. Independentemente destas variáveis, trata a função do historiador de questão estratégica fundamental na disputa pelo consenso e a organização social da sociedade. Um historiador chamado a comentar a história da Ditadura Militar, comentar a situação política do país em comparação com a situação passada ou relacionar as duas experiências, está exarando posições sobre a qualidade da “democracia” presente e as expectativas futuras da “democracia” atual.

Ao analisarmos os momentos de disputa e acionamento da memória sobre a narrativa da ditadura na imprensa nos últimos anos, pode ser ainda mais interessante compreendermos os lugares comuns, os episódios em que são chamados à tona os elementos de continuidade ou de polêmica na sociedade contemporânea e até mesmo o movimento da própria história oficial, que também possui uma história e transformações próprias. Se em algum momento da história pode ter sido necessário, ou do interesse dos setores dirigentes da sociedade, vender a ideia de uma verdadeira e profunda abertura democrática em 1985-1988, aquela de uma extirpação da ditadura e de novos ares de democracia e república, esse momento pode ter passado. O movimento de retração e a intensidade da virulência das classes dominantes pode também alterar a história oficial para articular novas posições na sociedade contemporânea. Este movimento, por incrível que pareça, pode inclusive expor a própria natureza institucionalizadora do regime militar, carregada pela Constituição Federal de 1988, ao passo que se volta a laurear em ouro a chamada “Revolução de 64”. Assim como, por exemplo, não é impossível pensar num cenário onde o próprio mito racista da democracia racial seja descartado pelas classes dominantes para abraçarem um conjunto ideológico mais eugenista, mais violento e com conteúdo de extermínio/dominação mais aberto das populações negras brasileiras – tamanha a gravidade da situação em que vivemos.

Não trata este trabalho de estampar de maneira mais ou menos explícita, como uma marca imutável, nos autores o título de “reacionários” ou “revolucionários”. Ou mesmo de qualquer forma *reduzir a história desses autores à luta de classes*, transpondo mecanicamente a situação geral da sociedade as suas decisões concretas. Pelo contrário, trata-se de compreender a dinâmica de transformação do discurso destes historiadores *pari passu* às tensões abertas da sociedade, identificando-os aos interesses hodiernos em disputa. Tais autores, todos professores do ensino superior, reconhecidos por suas produções científicas acerca do regime militar e da história contemporânea brasileira, também estão envolvidos nestas tensões, nos cabe agora identificar como se inseriram e para quais motivações serviram suas contribuições.

Cabe alertar também que, pelas limitações intrínsecas das fontes aqui analisadas, não é possível auferir uma categorização de sólido lastreamento sobre a totalidade das atividades intelectuais onde estiveram envolvidos os sujeitos em questão. Analisar a aparição destes três historiadores na imprensa brasileira de grande circulação não pode nos levar a uma resposta final ou fechada sobre suas posições a respeito da luta de classes em nosso país neste período. Tal exercício pode apenas apresentar pistas e vestígios a serem corroboradas por evidências independentes que deem conta de mais aspectos das mais diversas determinações sociais onde estiveram inseridos estes sujeitos. Por exemplo, neste trabalho, não se avaliará a obra teórica qualificada e de maior fôlego dos três autores, seus constructos gerais sobre a história da ditadura no país neste período: livros, revistas, palestras. Nem muito menos conseguiremos tecer e investigar as filiações orgânicas formais, ou as diversas posições tomadas pelos autores que por ventura não estejam evidenciadas nos jornais, na vida pública e “privada” em geral.

A limitação intrínseca de um trabalho deste tipo, nas condições de sua produção, impede com que avancemos neste sentido, e mais: a miríade de posições, a fragilidade, a vacilação e as contradições ou atualizações dramáticas identificadas na discussão dos autores não significam, de maneira pura e independente, que não possam ter transitado por posições mais ou menos identificadas com polos distintos da luta de classes durante o período. A própria condição histórica e transitória da intelectualidade orgânica permite que tais agentes possam inclusive ter tido este trajeto, sem desmerecimento de suas contribuições para a ciência da história; o fato é que as posições que tomaram podem ser explicadas, em seu contexto – aqui representado de maneira parcial, pontual e limitada – permitindo que analisemos seu uso nos jornais.

Memória em trânsito

Antes de nos aventurarmos nas intervenções dos autores que são o objeto deste trabalho, rerepresentamos as motivações mesmas da escolha destes autores para análise e o lugar que ocupam as intervenções de autoridades da história no conjunto dos jornais em questão no período. Num conjunto de historiadores que produzem e produziram historiografia a respeito da Ditadura Militar nos últimos anos e que tiveram trânsito no interior da mídia tradicional brasileira, este trabalho buscou compilar e analisar a totalidade das aparições de três deles, em específico aparições para avaliar sua intervenção, sejam em matérias e artigos onde apenas eram citados ou naqueles da própria autoria destes sujeitos. Em busca pelas intervenções de dez de alguns historiadores que estudaram dinâmicas gerais ou momentos e facetas decisivas do golpe e do regime militar, Daniel Aarão Reis, Carlos Fico e Marcelo Ridenti despontaram com mais de 70% de todas as aparições nos jornais em questão. O levantamento final do trabalho anota:

Autor	O Globo	Folha de São Paulo	O Estado	Total
Daniel Aarão Reis	210	37	32	279
Carlos Fico	71	26	13	110
Marcelo Ridenti	4	19	4	27
Jorge Luiz Ferreira	4	5	3	12
Demian Mello	0	0	0	0
Marcelo Badaró Mattos	6	0	4	10
Virgínia Fontes	8	0	1	9
Lincoln Ferreira Secco	0	19	5	24
Marco Napolitano	9	11	0	20
Rodrigo Patto Sá Motta	12	10	0	22
Marco Antônio Villa	10	60	15	85

Tabela 1 - Especificando a aparição de cada autor nos três jornais ao longo do período em questão

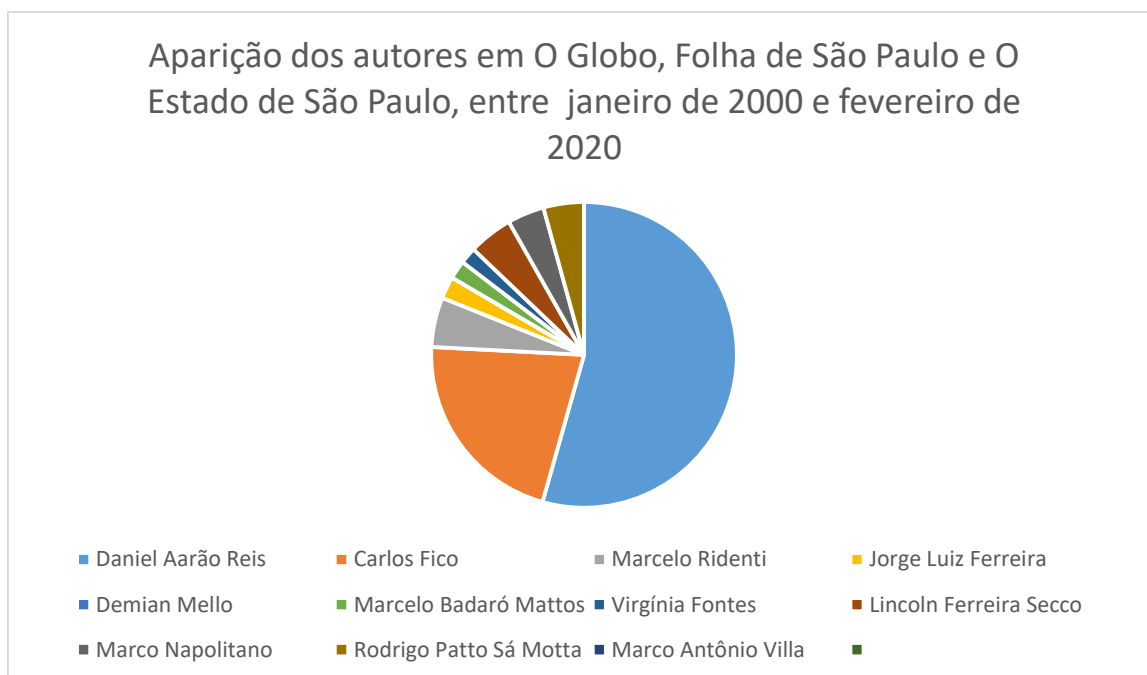


Gráfico 1 - Representação visual da divisão de aparições nos anos em questão

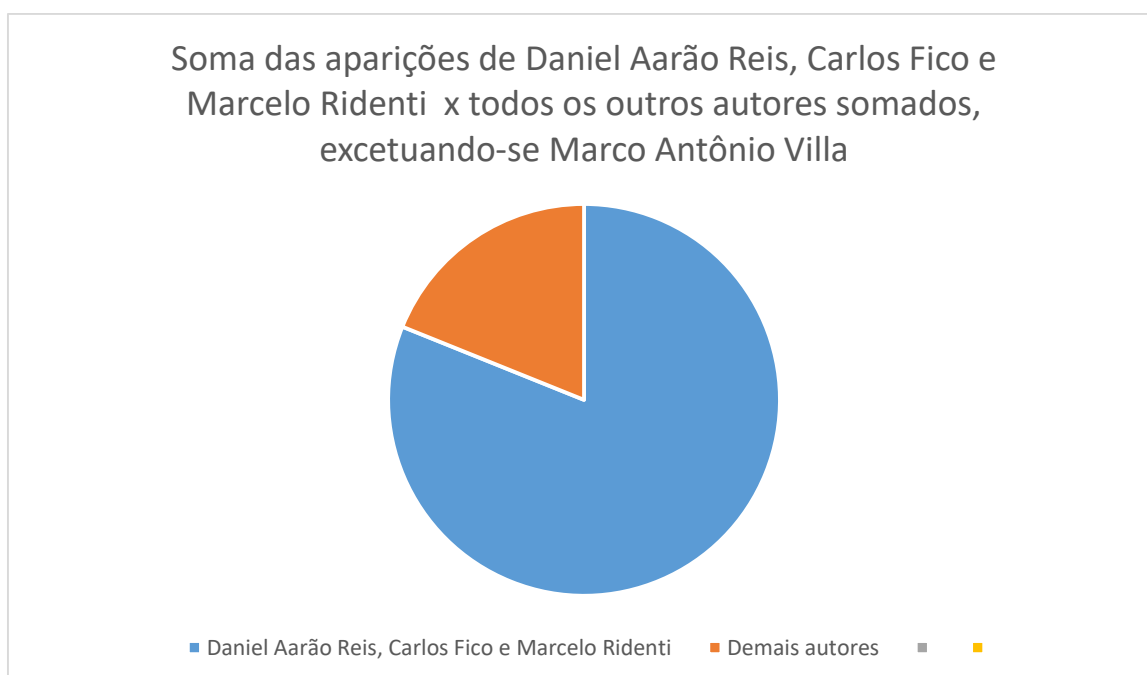


Gráfico 2 - Representação da concentração das aparições ao redor de Daniel Aarão Reis, Carlos Fico e Marcelo Ridente em relação aos demais autores

Buscando tratar dos historiadores com maior expressividade e reconhecimento no meio acadêmico⁴¹, optamos por analisar os materiais dos três autores que congregam o número mais expressivo de materiais divulgados pela grande mídia sendo eles os primeiros três da lista citada

⁴¹ Para fins deste trabalho, não utilizamos o material produzido por Marco Antônio Villa, em especial por não ser tido como referência na educação superior por suas contribuições para o estudo da Ditadura Militar.

acima. A menção sobre a história do período, no entanto, passou pela mídia também através de outros autores e autoras que ficaram de fora do trabalho, e também, em grande medida, a temática foi abordada pelos jornais em seus editoriais e demais momentos sem menção a esses ou quaisquer nomes, restando aí, mais elementos para a continuidade e necessidade de ampliação de pesquisa a respeito do tema⁴².

Cabe alertar também que não houve novidades que alteraram dramaticamente a narrativa dos historiadores analisados, reviravoltas profundas de suas posições acerca do regime, mas nuances de interpretações e, fundamentalmente, pesos distintos no tratamento oferecido ao longo dos vinte anos analisados de materiais sobre alguns processos em especial, do conjunto de elementos e dimensões do regime militar e da vida contemporânea.

O campo de possibilidades oferecido a cada um desses autores, para além da citação de seus trabalhos – que também nos interessa – difere entre si e garantiu níveis diferentes de liberdade de produção a respeito de temas diversos. Daniel Aarão Reis, por exemplo, a partir de 2010 ganhou coluna mensal no jornal O Globo, além de ter tido, sozinho, mais de 1/3 de todas as intervenções dos autores em questão. O espaço dado à Daniel Aarão, em especial na última década e até os dias de hoje no jornal O Globo, lhe dá possibilidades muito mais ampliadas de temáticas a serem tratadas, perspectivas e usos para um proscênio tão grande. Essa situação não foi simplesmente auferida ao intelectual como campo aberto, sobre o qual a perspectiva editorial do jornal não possuísse qualquer tipo de relação – trata-se de espaço privilegiado para uma posição conveniente que permita com que o jornal se propague como imprensa pluralista, imparcial, ponderada e mediada com “posições de todas as matizes da sociedade”. O próprio fato de o historiador estar estabelecido há mais de dez anos como colunista periódico permanente do veículo já atesta laços de confiança da linha editorial do jornal com o historiador, e vice-versa. Carlos Fico, embora muito frequentemente tenha tido alguma abertura, teve menos de uma dúzia de colunas próprias, onde pudera apresentar posições gerais ou reflexões mais livres a respeito dos temas e dos momentos políticos que passaram. Marcelo Ridenti, embora tenha conseguido espaços para opiniões, em especial na Folha de São Paulo, talvez possa ser um representante mais direto de um número muito maior de historiadores que são mais citados

⁴² Uma avaliação que contasse com autores como João Quartim de Moraes, Elio Gaspari, Ângela de Castro Gomes, Thomas Skidmore, Mariana Joffily, Luiz Carlos Prado, Lucília de Almeida Delgado, Marcos Aurélio Santana, Francisco Carlos Teixeira da Silva, Mônica Nevez Leme, Amarílio Ferreira Jr., Beatriz Kushnir, Denise Assis dentre outros poderia dar uma visão mais completa e mais verdadeira sobre o quadro total de intervenção dos historiadores na mídia no período.

do que efetivamente possuem espaço próprio para atuar no interior da imprensa tradicional escrita; mas, para a confirmação de tal hipótese careceríamos de uma avaliação mais global das dezenas de outros historiadores que não foram contemplados por este trabalho.

As interpelações gerais destes autores na mídia não são homogêneas em sua distribuição ao longo dos últimos vinte anos. As efemérides da memória dos 40 anos do Golpe Militar em 2004, dos 40 anos do decreto do AI-5 em dezembro de 2008, a instituição da Comissão Nacional da Verdade, as manifestações de junho de 2013, o advento da Operação Lava-jato e seus desdobramentos na política nacional, os 50 anos do Golpe e do AI-5, o processo de impeachment de Dilma Rousseff e a eleição de Bolsonaro para a presidência da república marcam os episódios ao redor dos quais os historiadores nos últimos vinte anos mais comentaram ou foram chamados a comentar em face das relações do presente com o passado. Nos momentos de maior intensidade da intervenção de historiadores no debate público e da busca desses intelectuais para explicar questões referentes ao período militar e a história das origens da Nova República, os temas qualitativamente mais comentados e debatidos foram, a despeito de ordem de frequência, da incidência ou de importância: as motivações para a derrubada de João Goulart e a instauração do regime militar; a “disposição golpista” ou “antidemocrática” das esquerdas⁴³; as liberdades civis nos primeiros anos do regime militar e sua qualidade (debate sobre se de fato era uma ditadura ou não o regime até 1968); o AI-5, suas origens, reflexos; a participação civil no processo golpista e na construção do regime militar; a Lei de Anistia – e as possibilidades e questões sobre sua possível revisão; o entendimento sobre a superação *de facto* do regime militar, o debate sobre a chamada “transição”; a luta pela abertura e transparência dos documentos do período; e todo o processo que envolveu a discussão de concepção, condução e conclusão da Comissão Nacional da Verdade.

Para fins didáticos, propomos neste trabalho dividir em três períodos distintos a participação dos historiadores nos jornais, marcados por um processo dinâmico de mudança significativa das conjunturas político-econômicas e sociais brasileiras nos últimos vinte anos, que também incorreram em diferentes formas de, no debate público, suscitar a discussão acerca da Ditadura Militar. Tais momentos se diferenciam pela quantidade e a qualidade das intervenções

⁴³ Termo amplo largamente utilizado por Daniel Aarão Reis, costuma se referir a um conjunto de forças com proposições e princípios muito distintos, desde Jango, PTB, alas de esquerda do PSD, organizações que optaram pela luta armada contra o regime, o PCB, os militares ligados ao governo, as Ligas Camponesas, e um longo etc ??.

feitas, bem como pelos principais eventos políticos que suscitaram ou sobre os quais foi suscitado o debate a respeito da Ditadura Militar. Não obstante, cabe alertar que eventos circunscritos na periodização proposta possuem abrangência e desenvolvimento posterior, não estando ultimamente restritos pelos limites aqui propostos para fins interpretativos.

Compilamos abaixo as aparições/intervenções ao redor das temáticas centrais analisadas por este trabalho ao longo do período, alertando-se para o fato de que os dados quantitativos não explicam o conjunto dos processos analisados.⁴⁴

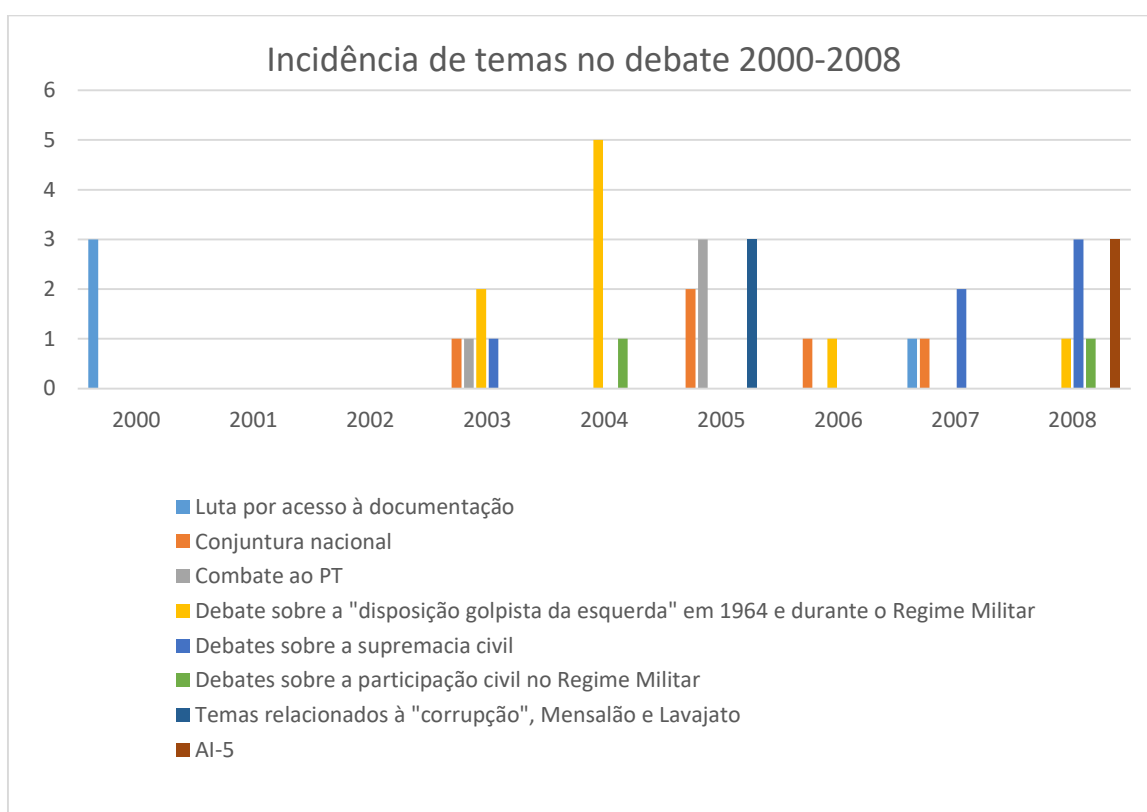


Gráfico 3 - Incidência de temas no debate 2000-2008

⁴⁴ Anexamos ao fim do trabalho, o gráfico com a totalidade de aparições/intervenções categorizadas amplamente. A soma de todas as contabilizações em categorias excede o número de materiais analisados pois vários materiais foram categorizados em mais de uma categoria.

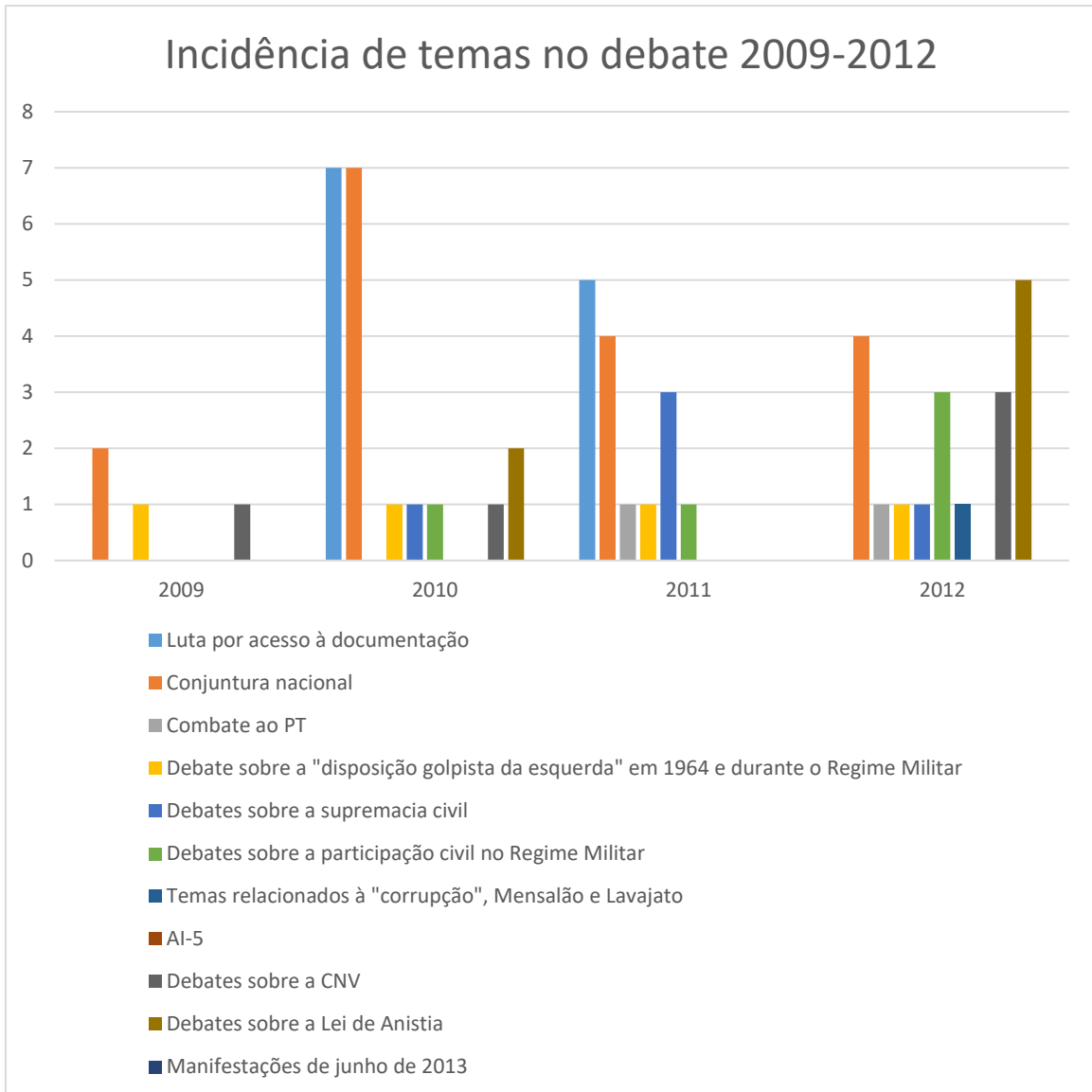


Gráfico 4 - Incidência de temas no debate 2009-2012

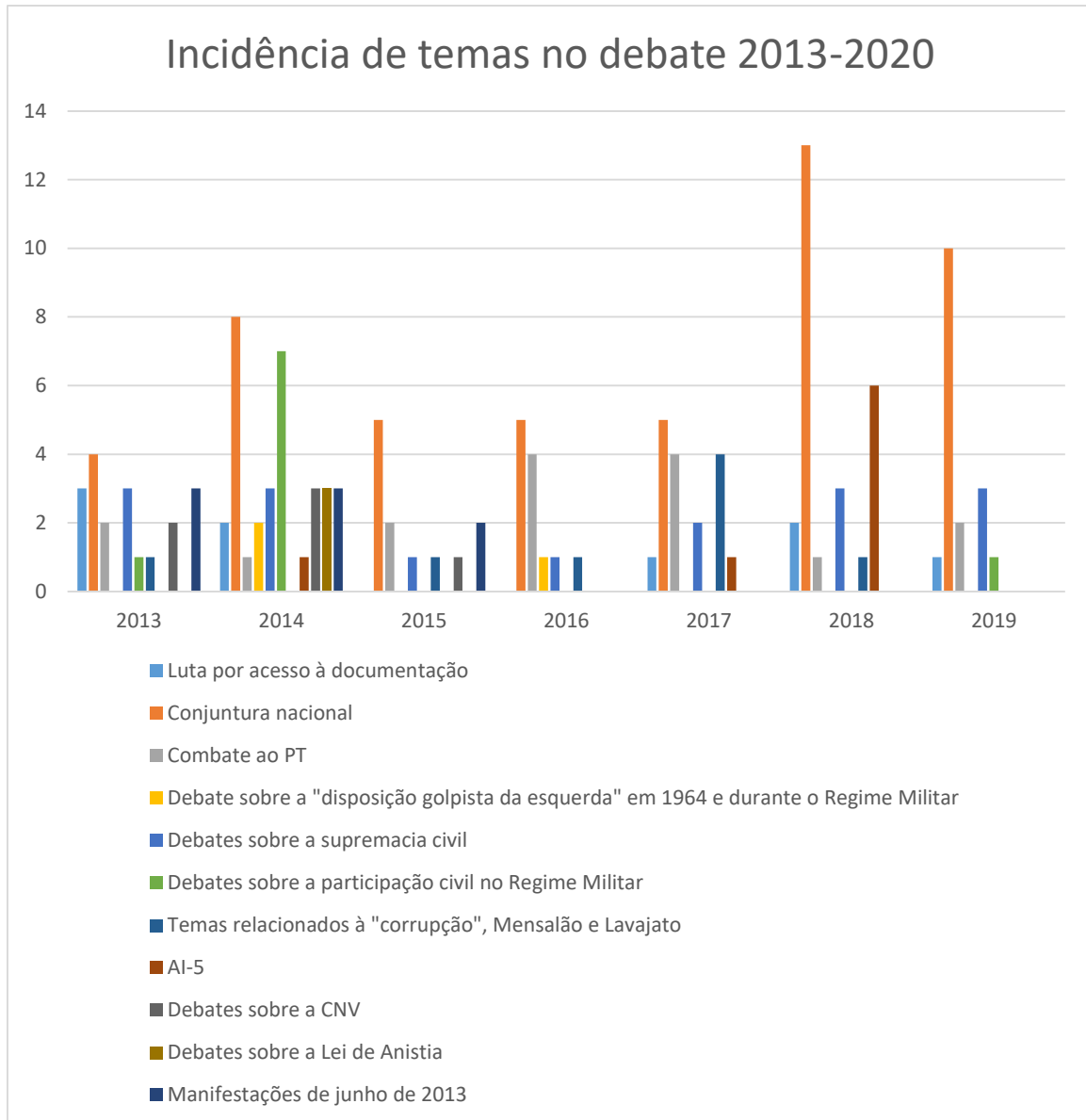


Gráfico 5 - Incidência de temas no debate 2013-2020

O período inicial, entre 2000 a 2008, apesar de marcado por grande parte dos debates e questões que serão abordadas na totalidade dos outros momentos, não apresenta urgência específica relacionada à instrumentalização direta de temas coevos com o mesmo peso dos acontecimentos muito mais dramáticos dos períodos posteriores. Tratando de maneira menos urgente e mais passível de crítica livre e descompromisso direto, o intervalo possui a menor incidência de intervenções de historiadores, contanto com pouco mais de 50 intervenções diretas ou indiretas dos autores, e, no caso, muito mais ligados às efemérides comemorativas dos episódios

do AI-5 e do Golpe Militar. Este primeiro período envolve uma conjuntura de ascensão progressista no debate público, marcado pelo primeiro governo Lula e a primeira parte de seu segundo mandato.

A tônica progressista marca a busca por posições extremamente críticas por parte dos historiadores, acerca dos papéis das esquerdas e da resistência ao Golpe Militar, acompanhada da vontade por radicalizações cumulativas do domínio civil sobre o processo político brasileiro. No rescaldo do impulso democratizante que se acumulava em níveis geopolíticos regionais e pela trajetória da sociedade brasileira, maior liberdade de crítica foi exercida pelos autores. Este período entre os outros é o de condições mais difíceis para uma compreensão mais coesa a partir dos autores, dada a incidência consideravelmente mais episódica e menos volumosa de suas intervenções.

A marca que desenha o período entre 2009-2013 é a da ascensão do debate público sobre a Ditadura Militar e de uma primeira guinada de aceleração da aparição dos historiadores nos três jornais em questão, pautada profundamente pelos adventos: da constituição da Comissão Nacional da Verdade, das eleições nacionais de 2010 e as mobilizações de 2013 que abalaram significativamente as correlações de força na sociedade brasileira. Mais de 105 intervenções foram encontradas destes autores no período. O tema da Lei de Anistia, e especialmente uma possível revisão das condições de anistia e julgamento dos torturadores, também acenderam advertências para todo o debate da validade da luta armada, da validade da oposição ao regime e de como a sociedade brasileira deveria digerir este processo no interior desta “nova era democrática”. A inflexão produzida no período forçou os historiadores a tomar posições mais decididas, mais atuais, e, portanto, mais polêmicas e evidentemente políticas. Elemento que por si só já atesta a qualidade educativa que, mesmo com todas as limitações que possuiu, a instituição e a possibilidade de uma Comissão da Verdade proporcionaram para a sociedade brasileira.

A partir de 2013 até os dias contemporâneos⁴⁵ temos uma profusão incomum da participação dos historiadores no debate na imprensa, com mais de 250 intervenções. Os encaminhamentos finais da Comissão Nacional da Verdade, o terremoto político de junho de 2013 e a crescente onda de radicalismo à direita, junto das datas comemorativas, são os gatilhos para o debate histórico sobre a Ditadura até 2013, seguidos da ascensão conservadora e golpista que marcam a crise do pacto político e social de 1988, embalando uma miríade de discussões a

⁴⁵ Para fins deste trabalho, foram colhidos os documentos produzidos até fins de fevereiro de 2020.

respeito da Ditadura. Tomadas agora por uma nova conjuntura, pautada pela urgência de respostas à sociedade civil em conflito escalonado, onde a Ditadura toma proporções muito mais acentuadas de agressividade e transformação institucional. Alertamos também para a diminuição dramática das intervenções nos anos de 2016 em especial, justamente em um dos momentos mais decisivos do processo golpista.

O esgotamento do combate de perfil baixo aos autores sociais do regime militar, 2000-2008

A boa parte dos anos 2000, em linhas gerais, celebrou no Brasil uma conjuntura de desenvolvimento econômico acelerado, marcado pela primeira eleição e sequente reeleição de Luís Inácio Lula da Silva - Partido dos Trabalhadores à presidência da república, nome com forte trajetória no movimento sindical, ligado à ideais de um reformismo fraco em coalisão com tradicionais setores da política nacional, marcado pela ampliação das políticas sociais e cercado de diversas contradições. A conjuntura de desemprego avassalante e privatizações de empresas públicas, apesar da estabilização monetária que marcaram o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), foi seguida de um governo que em seu primeiro ano propusera uma contrarreforma da previdência que dividiu sua base de sustentação política institucional e social, ao passo que consolidou também a aliança com setores estratégicos do ecossistema oligárquico das elites brasileiras.

A coalizão de um governo de conteúdo político progressista teve certa ousadia em seu alinhamento político internacional, caracterizada pela enfática campanha contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), as crescentes sinalizações e solidariedade à revolução bolivariana da Venezuela, ao estreitamento de relações com Cuba, posteriormente marcada pela criação dos BRICS e destacado papel de liderança no Sul Global. Estabeleceu-se um espírito de continuidade do processo de ampliação, consolidação e amadurecimento da ordem política gestada e projetada pela Constituição de 1988.

Estas são algumas das características gerais que transparecem das proposições e posturas dos historiadores naquele período, desde sua ousadia crítica e insatisfação com a parcialidade e a necessidade de avançar na democratização da sociedade. De fato, os graus de adesão, refração e dúvida com o governo, apesar de marcarem momentos de crítica mais aguda ou reconhecimento de aspectos positivos do governo federal são acompanhados sempre de um forte espírito propositivo pela continuidade do combate à ditadura, aos seus aspectos reminiscentes.

Tal liberdade de crítica aos setores envolvidos nas disputas políticas da sociedade de maneira quase que despreocupada com reedições ou fechamentos mais abruptos das condições políticas de debate foram notas marcantes, em compasso com o que se acreditava ser uma ascensão progressista e o embalo da sociedade a uma postura de consolidação do “regime democrático”. Neste sentido, a resolução e reflexão sobre os conflitos deixados para trás naquela situação de autorreforma autocrática que levou à Constituição de 1988, às suas maneiras, são marcas da atuação dos três historiadores em todos os períodos aqui analisados, e tomaram formas peculiares nestes primeiros anos do milênio.

O tema da ditadura suscitou e foi suscitado ao redor de algumas polêmicas nesse período. Com o lançamento das últimas obras de Elio Gaspari a respeito do regime em 2003, alguns apontamentos importantes entraram em cena. Daniel Aarão, em dois artigos na Folha de São Paulo (REIS, 2003a) (REIS, 2003b) reforçou a posição de Gaspari, interpretando a abertura democrática como momento interno pensado e operado pela ditadura e a participação ativa e inescapável da sociedade civil na construção do Golpe e do regime militar. Nos mesmos materiais, Aarão faz questão de advogar pela importância do entendimento da sociedade brasileira sobre o autoritarismo da esquerda e “as consequências do socialismo real”. Esta posição é marca frequente das posições do autor, que não perde oportunidade de dizer que sem resolver estas questões, a sociedade brasileira “terá ainda cadáveres no armário” (REIS, 2003b).

Marcelo Ridenti teceu comentários semelhantes sobre o livro de Gaspari, mas aproveita para criticar a origem das fontes do autor, a forma de sua obtenção, e em alguma medida a adesão às posições dos dirigentes militares sobre o processo de distensão proposto nestes mesmos documentos (RIDENTI, 2003). A obra de Gaspari só foi possível pela disponibilização do acervo direto destes dirigentes militares do alto escalão do regime, que confiaram no autor para a escrita do trabalho.

A história da ditadura também entrou em cena com o episódio das delações de Roberto Jefferson (PTB) sobre esquemas de compra e venda de votos para favorecer as posições do executivo federal no Congresso Nacional, que veio à tona em 2005 – episódio comumente conhecido como “Mensalão” ou “Crise do Mensalão”. A situação rendeu a Daniel Aarão Reis um instigante artigo no Globo aos cinco dias de julho daquele ano (REIS, 2005). Recém saído das fileiras do Partido dos Trabalhadores⁴⁶, Aarão tece comentários sobre a história da luta contra

⁴⁶ Daniel Aarão Reis foi presidente estadual do PT no Rio de Janeiro, membro fundador do coletivo partidário e se desligou no início de 2005 com carta enviada à direção do partido onde afirma que este havia perdido seu caráter reformador, e não teria como levar a cabo as transformações que deram a própria origem da sigla. Sua carta de

a corrupção no interior da sociedade brasileira. Neste artigo, chamado *O dragão da moralidade*, Aarão desenha uma pequena cronologia do uso e da relevância política do discurso anticorrupção na política nacional, denunciando o oportunismo moralista conservador e exigindo medidas sistemáticas e republicanas para o remédio da situação. Para o autor, o fantasma da anticorrupção - ou melhor, o dragão - veio pela primeira vez com Getúlio, e, matando-o em 1954, somente fora levado a recuar pelo forte movimento que o suicídio do presidente pudera gerar. A dormência da fera passou com sua forma “histriônica” em Jânio Quadros, e teve papel fundamental no Golpe de 1964. Neste contexto, Aarão relacionou o presente e o passado:

(...)O bicho voltou à carga em 1964. Em baforadas quentes, veio defender o país da podridão da corrupção e salvar a democracia. Não houve São Jorge que o detivesse. Empolgou novamente as multidões e venceu, impondo um reinado longo, onde se misturaram prosperidade material, desigualdades escabrosas, medo e tortura. A sociedade custou a se livrar dele, mas afinal, conseguiu. O dragão saiu com o rabo entre as pernas. (...)

(...) Agora, o dragão reapareceu novamente. Para escarmento da sociedade, não se metamorfoseou desta vez em nenhum príncipe. Preferiu vestir a pele do sapo. De um sapo escroque. Que não nega as falcatuas cometidas, ao contrário, afirma-as, e as mostra com vaidade suicida, comprometendo a todos. E urra: sou horrendo, mas todos o são também, da mesma forma que eu. (...)

(...) [os discursos anticorrupção] Ganharam e ainda ganham notoriedade porque exprimem sentimentos que vicejam nas águas profundas da sociedade: o ressentimento, a inveja, o nivelamento por baixo, o conservadorismo, a ânsia por salvadores da pátria que venham tudo ordenar e redimir. As esquerdas brasileiras, desde os anos 80, incentivaram estas tendências, às vezes por convicção, outras por puro oportunismo. Não sem razão, líderes petistas, e o próprio Lula, foram chamados de udenistas de tamanco. Hoje pagam o preço por terem trilhado um caminho *conservador*. (...)

(...) Se o dragão vencer, não haverá escapatória. Melhor hipótese: todos comerão uma grande pizza, servida acompanhada de meia dúzia de cabeças ilustres. E ficará na boca um sentimento amargo de frustração, o caldo da cultura que o dragão aprecia, sinal certo de que voltará. Pior hipótese: cairemos sob o domínio de algum salvador da pátria, acompanhado ou não da Força Armada, esta impoluta e virtuosa instituição que já nos brindou com a tortura como política de Estado duas vezes em menos de cinquenta anos. A alternativa é menos espetáculo, mais justiça e democracia: um regime miserável, impuro, tortuoso e instável como a liberdade, sem atalhos, de construção lenta, difícil e contraditória. (REIS, 2005, grifos nossos)

Ressalta-se o receio de Daniel Aarão sobre a possibilidade de intervenção das FFAA na política nacional, à sombra do *dragão*, ao mesmo passo que responsabiliza o Partido dos Trabalhadores por se utilizar de maneira oportunista da temática em outros momentos. Aarão, apesar de escrever uma coluna inteira sobre o problema da corrupção e questões conexas, toma postura muito crítica e busca se diferenciar do conteúdo e da forma geral com que o conjunto da mídia trata a questão – majoritariamente e profundamente interessada na construção de uma

desligamento não indica elementos ligados a supostas práticas ilegais do partido, relacionadas à compra de votos ou demais assuntos referentes ao Mensalão.

situação política de crise aguda a partir do episódio para desestabilizar o governo. Advogar pela resolução política mais geral do problema da corrupção de forma sistemática, de maneira a coibir saídas oportunistas, não totalizantes e, por isso, parciais - em todos os sentidos da palavra – foi a forma que Aarão encontrou para se diferenciar da toada proposta por estes veículos, apesar de colaborar com a torrente de materiais de denúncia ao governo. A posição do autor, no entanto, sofre significativa mudança no fim do mês seguinte, em coluna no mesmo jornal (REIS, 2005b):

Já ninguém tem dúvidas sobre o sistema corrompido que foi montado para dar sustentação ao governo Lula. Também não é possível duvidar da responsabilidade política dos mais altos dirigentes do PT e do governo, incluindo-se, é claro, o presidente da República.

(...) Os generais presidentes do período militar foram responsáveis pela tortura praticada nos porões dos DOI-CODI, embora não participassem diretamente do trabalho sujo, ou sentissem nas mãos o visgo do sangue derramado. (...) Responsabilidade política, é disso que se trata. Vale para as glórias e para as misérias de qualquer governo. (REIS, 2005b)

Após longo comentário sobre a necessidade de moralização da política, cobrando ampliação do controle popular dos mandatos do executivo e legislativo, diminuir seus períodos, Aarão termina:

(...) Que as CPIs, a PF e a Justiça cumpram suas funções, identificando e punindo os responsáveis diretos pelos escândalos da vez. Quanto aos responsáveis políticos, nada de golpes. Deixem ao eleitorado a função de formular a avaliação política no momento apropriado, ou seja, nas eleições. É assim que funciona a democracia. Os responsáveis políticos são avaliados politicamente através de eleições. A sociedade precisa deixar as fogueiras de lado, ouvir menos os catões tropicais que proliferam sempre nestas horas de crise, estas impolutas figuras, destilando velhos ressentimentos, sempre a anunciar catástrofes e a dar lições de pureza à terra de Macunaíma. É preciso avaliar o sistema político existente, identificar os problemas, formular reformas para melhorar a democracia que o país já conseguiu construir e da qual não deve abrir mão para acompanhar discursos moralistas e golpistas. (REIS, 2005b)

Combater o governo federal sem identificar possibilidades concretas alternativas, contribuir com a profusão de denúncias sobre práticas ilegais do Partido dos Trabalhadores: tais posições do autor estão presentes em quase todos os anos. No ano em questão, Aarão chega a equiparar Lula com mandantes de tortura - dadas às devidas proporções, e estritamente na comparação entre as responsabilidades políticas de mandantes de regimes. Não obstante a busca por combater a tendência golpista das forças mais reacionárias da sociedade, como expressa no último parágrafo do texto – apoiada, aliás, na argumentação frequente contra a tutela militar ao longo de todos esses anos - Aarão não deixa de marcar posições incisivas e positivadas em acordo com as do jornal que fazia forte oposição ao governo petista. De maneira frequente Daniel Aarão diverge em termos do debate geral da mídia, de forma a se diferenciar parcialmente dos princípios e das posições de O Globo em especial, ao mesmo tempo em que concorda

taticamente com a maioria de suas posições pontuais, como acontecerá no caso do impedimento de 2016.

Além destas intervenções pontuais sobre temáticas da conjuntura nacional, que se comunicam pouco com a Ditadura Militar, onde o debate histórico ocupou mais o lugar de lembrança acessória que de centro do debate, o regime militar realmente tomou a cena e ocupou lugar de destaque durante as efemérides dos 40 anos do Golpe e do AI-5, onde os autores intervieram com mais espaço e profundidade. No caso, uma das principais questões em debate sobre a experiência do Golpe e da Ditadura foi a chamada “disposição golpista das esquerdas” e a validade das oposições insubmissas ao Golpe e ao regime militar. Estes temas tomaram o primeiro plano do debate. Em 2004, uma matéria do dia 29 de março em O Globo reuniu posições de todos os autores sobre o que o jornal chamou de *Dogma da resistência democrática* (MOTTA; OTAVIO; LAMEGO, 2004). Chama atenção, na matéria, a predileção por posições de combate à opção pela guerrilha, e ao de combate às ideias socialistas em geral:

(...) [Aarão diz] Falava-se de cortar cabeças, essas palavras não eram metáforas. Se as esquerdas tomassem o poder, haveria, provavelmente, a resistência das direitas e poderia acontecer um confronto de grandes proporções no Brasil (...) Pior, haveria o que há sempre nesses processos e no coroamento deles: fuzilamento e cabeças cortadas.

(...) [João Quartim de Moraes discorda] Lutávamos contra o golpe imposto pela violência ao país. O conteúdo de nosso projeto era levar adiante, com mais audácia, as reformas de base do governo Jango. Quem deu o golpe é que quebrou, pela violência, esse processo. O golpe foi dado pela direita, com o apoio da frota americana que chegou a começar o deslocamento para cá.

(...) [Maria Aparecida de Aquino segue] Era resistência, mas não sabemos se seria democrática porque a esquerda não chegou ao poder. Não havia como pensar no restabelecimento do estado de direito sem tirar militares do poder. Quem interrompeu a democracia foram os militares.

(...) [Aarão discorda] As esquerdas radicais se lançaram na luta contra a ditadura, não porque a gente queria uma democracia, mas para instaurar o socialismo no país por meio de uma ditadura revolucionária, como existia na China e em Cuba. Mas, evidentemente, elas falavam em resistência, palavra muito mais simpática, mobilizadora, aglutinadora.

(...) Professor de sociologia da Unicamp, Marcelo Ridenti argumenta que o termo “resistência” só pode ser usado se for descolado do adjetivo “democrática”. - Houve grupos que planejaram a ação armada ainda antes do golpe de 1964, caso do pessoal ligado ao Francisco Julião, das Ligas Camponesas. Depois de 1964, buscava-se não só derrubar a ditadura, mas também caminhar decisivamente rumo ao socialismo.

(...) [Carlos Fico encerra o debate] [É uma] ficção a idéia de resistência democrática. A opção de pegar em armas é anterior ao ato institucional [AI-5]. Alguns grupos de esquerda defenderam a radicalização antes de 1968. Os confrontos armados eram uma disputa sangrenta entre duas elites, o povo ficava de fora, assistindo aos sobressaltos. (MOTTA; OTAVIO; LAMEGO, 2004)

Fica evidente a prioridade dada pelo jornal em debater a validade da luta armada e seguir o enfrentamento contra os grupos que optaram por este caminho de oposição ao regime. Nota-se também que o debate é precisamente conduzido sem discutir as concepções de *democracia*, *violência* e *poder* dos autores. Ou mesmo o que significam e como se movem estas categorias na sociedade. É precisamente sobre estas concepções que haverá um rompante de confusões interpretativas durante todos os anos aqui analisados, favorecendo uma noção despolitizada e naturalizada de tais categorias na vida social. A intervenção – muito maior e mais destacada - de Daniel Aarão parte do lugar de autoridade de um ex-guerrilheiro atacando as formas da disputa política de então, fortalecendo a caracterização da luta armada como movimento golpista, inconsequente e violento – de certa forma imaturo. Estas posições são convenientes ao jornal, justamente por legitimar a forma pela qual foi pactuada a transição, além de combater no presente as forças sociais que reivindicam a herança do combate à ditadura, inclusive pelas armas. Desta forma, busca-se esterilizar posições mais radicais que optaram por responder com violência mais ou menos organizada ao terrorismo de Estado – que, cabe lembrar, como o mesmo autor tanto faz questão de frisar, não começou em 1964, nem muito menos em 1937. A posição de um “desconvertido”, um “arrepentido”, “alguém que amadureceu para abandonar a inconsequência radicalista” tem lugar especial, justamente pelo caráter esterilizante que articula estes argumentos, conforme o que tratávamos na introdução deste trabalho ao falarmos do trabalho político das classes dominantes para permitir a distensão mediada – o adestramento da oposições.

A falta de reflexão sobre *democracia*, qual é a função social da *violência* e o que é ou não é o *poder* empobrecem significativamente o debate feito na imprensa. Esta postura escolhida pelos jornais acaba por qualificar, de maneira não mediada, o regime atual e o anterior à 1964 como democracias sem qualquer qualificação, sem que se debatasse os conteúdos substantivos do que significa a democracia. São marcas deste período as omissões destas questões, que desfavorecem o aprimoramento da qualidade da vida política da sociedade e obscurecem – ironicamente - as verdadeiras relações de *poder*, as *violências* e desfavorecem a construção de *democracia* substantiva.

Aarão Reis, em especial nos anos seguintes, aumenta sua ofensiva contra regimes de transição ao socialismo e a todo o ideário marxista leninista ortodoxo, servindo a propósitos

semelhantes, por mais que o autor se considere “socialista democrático”⁴⁷. Tais posições também ficam demarcadas quando em 2006, em matéria aos vinte dias de maio, voltará a aparecer colocando a oposição de esquerda do regime militar como autoritária, equiparando o terror do Estado fascista organizado com o combate armado orientado por ideais socialistas (ALVES, 2006). Sem debater o conteúdo concreto do que defendiam e propunham os que optaram pela luta armada, ou até mesmo o que é chamado de “ditadura” na tradição marxista –, se afastando de quaisquer outras mediações cabíveis para a situação de exceção e ilegalidade irrompidas pelas classes dominantes.

O documento de 29 de março de 2004 do jornal O Globo (MOTTA; OTAVIO; LAMEGO, 2004) apresentado acima coroa uma série de intervenções em meados de março e abril, que debatem a postura golpista de Jango ou dos grupos mais radicais.

A virulência contra as oposições à esquerda ou as que optaram pelas armas é acompanhada também por um binômio: a) apreço e crescente confiança - “consideração republicana”- nas Forças Armadas no mesmo período, em especial em matérias advindas de Carlos Fico, e também b) de denúncia de reminiscências do hermético poder militar, impermeável à pressão progressista-civil.

Desde os inícios de 2000 até 2008 os historiadores irão intervir buscando por respostas e denunciando elementos da perseguição política posta em marcha contra a oposição do regime militar, apesar dos diferentes matizes e perspectivas de enfrentamento. As primeiras intervenções dos autores nos jornais que aconteceram já em 2000, contam com a intervenção de Aarão Reis e Ridenti comentando a atualidade e cobrando à responsabilidade o Estado brasileiro por duas questões específicas ligadas à Ditadura Militar: a primeira, pela liberação dos documentos então ainda não revelados a respeito da contribuição e a postura do Estado brasileiro sobre a Operação Condor (REIS, 2000), e a segunda, pela explicação das ossadas encontradas em Perus (RIDENTI, 2000). Esta cobrança, que seguirá por alguns anos, nas intervenções dos autores fica mais evidente em abril de 2007 em O Globo (CONDE, 2007), ao momento da entrega de relatório final da comissão interministerial que investigara o paradeiro dos mortos do Araguaia. A matéria de páginas inteiras no jornal matutino, ao informar da entrega do relatório e relacionar o evento com a ação civil por tortura movida contra o Cel. Carlos Brilhante Ustra, e a abertura

⁴⁷ No conjunto de todas as aparições, por mais de 30 oportunidades durante o período, Daniel Aarão Reis qualificou a República Popular da China, a República Bolivariana da Venezuela, a República Popular da Coreia, a República de Cuba, o governo de Evo Morales na Bolívia, o Governo Maduro, a República Socialista do Vietnã como ditaduras a serem denunciadas e isoladas no contexto internacional.

dos documentos do SNI em 2005, coloca historiadores para debaterem as relações entre o poder civil e militar na história e no Brasil contemporâneo. Na ocasião, Carlos Fico deixou a marca de seu entendimento sobre as instituições militares, com traço otimista e positivador do processo de democratização da sociedade do autor, que fica evidente quando em sua intervenção lança mão dos seguintes argumentos:

(...) Há um temor flagrante em todos os governos civis, um temor injustificado e inadmissível, em relação aos comandos militares – diz o historiador Carlos Fico, professor do IFCS/UFRJ. – Não faz nenhum sentido que semelhante reserva exista. *Hoje os militares brasileiros são profissionais que desejam apenas exercer suas funções.* (...) (CONDE, 2007, grifos nossos)

A ver pela continuidade das posições do autor, é de questionar se de fato acreditava nesse nível de republicanismo e desenvolvimento político e amadurecimento democrático da sociedade brasileira e das próprias FFAA, ou se sua posição é uma forma generosa de compreensão para propagandar o que deveriam ser de fato as relações entre os militares e o restante do poder organizado. De igual forma, tal posição é entendimento importantíssimo que demarca uma forma de visualizar a busca por democratização, recuo do poder militar sobre a sociedade civil e constituição da democracia. A espada de dois gumes que a imprensa parece operar a partir das posições dos historiadores, em especial Fico e Aarão, neste período, busca reabilitar ou forçar a reabilitação em novos termos da presença militar na vida política nacional, reconhecendo sua importância, ao mesmo passo que lança dezenas de dúvidas capciosas e denúncias de peso contra as oposições “intragáveis” ao regime militar. Os historiadores aqui são envolvidos e instrumentalizados no interior deste fogo cruzado.

A trajetória de Fico ao longo desses vinte anos de intervenções na imprensa desenha muitas posições sobre o processo de constituição desta relação de supremacia dos civis sobre as Forças Armadas. O autor, acreditando neste período na superação de um ideário tutelador – ou pelo menos apresentando fortemente este entendimento – chega a defender o fortalecimento das FFAA em artigos a respeito do incremento de verbas para adidos militares, enaltecendo a importância da instituição para a democracia e a necessidade de controle civil sobre ela (FRANCO, 2008). O episódio da crise dos controladores aéreos da aviação civil em 2007 também fortalece e demarca estas posições. Tanto Aarão quanto Fico se pronunciam em defesa da proposta do governo de retirar das mãos militares mais este controle sobre aspectos estritamente civis da vida social. Aarão de maneira mais incisiva e menos preocupada com os militares e Fico de maneira a criticar a forma não-mediada pela qual o governo construiu tal posição na sociedade (ALMEIDA, 2007), (CONDE, 2007).

Os debates a respeito do AI-5 em 2008 também ganharam destaque nas folhas da imprensa, apesar de muito menos polêmico, menos aparentes e mais localizados nos meses finais do ano, diferente do ocorrido em 2004 com a efeméride dos 40 anos do Golpe. Da parte de Aarão Reis, houve grande reforço as suas posições pela participação civil no Golpe e na legitimidade que o movimento golpista construiu no seio da sociedade. Aarão faz três intervenções repetidamente em O Globo e na Folha para sublinhar este entendimento, sendo no último dos casos caracterizado como a principal referência da corrente revisionista da Ditadura Militar (OTÁVIO, 2008a). Marcelo Ridenti contribui ao debate justamente criticando o entendimento de Aarão, em matéria que dividem com outros intelectuais em 14 de dezembro de 2008, colocando:

Nenhuma ditadura fica 20 anos no poder só com a força das armas. Ela tinha alguma legitimidade na sociedade. Uma coisa é admitir esse apoio, mas isso não significa legitimar o que eles fizeram pelo fato de terem apoio da sociedade. Ela continua sendo ilegítima da mesma maneira – disse Marcelo Ridenti, sociólogo da Unicamp (OTÁVIO, 2008a).

No conjunto de todas as outras aparições neste ano, a imprensa busca debater a responsabilidade pelo Ato Institucional e a pertinência dele, debate sempre também envernizado pelo consenso implícito de que o ato fora uma medida truculenta e autoritária, apesar de debater lateralmente os argumentos que o motivaram e abrir caminhos para compreensão e aceitação passiva da possibilidade de tal ato. A linha editorial movida pelo jornal O Globo, em especial nesta matéria de 14 de dezembro de 2008, busca colocar, ou insinua colocar, Aarão no papel do historiador que legitima a responsabilidade pela “irresponsabilidade” das esquerdas no interior do regime, e o consenso forjado no sentido de criminalizar e liquidar os movimentos oposicionistas na sociedade de então, junto de Denise Rollemberg (OTÁVIO, 2008a).

Fico, à época destas discussões, busca matizar os níveis de oposição formal e legal que houve no regime em seus anos iniciais até a crise com o deputado Márcio Moreira Alves, em fins de 1968. Esta crise que teria sido, segundo o autor, um momento de vacilação do controle militar do Congresso Nacional, e por isso definidora para o fechamento mais profundo do regime, somado a todo o ano de efervescência política e cultural (OTÁVIO, 2008b). Fico aparece de maneira mais expositiva e menos polêmica que os outros autores, como voz de autoridade sobre o processo histórico de maneira quase indisputável, cumprindo função explicativa menos engajada, apresentando determinações e redes de causalidades no interior do processo que levou ao AI-5 sem avançar necessariamente sobre o debate de outros autores de maneira mais aberta.

O conjunto das aparições destes autores na boa parte da primeira década de 2000 denota forte crítica à falta de vontade política das instituições e forças políticas em destaque para enfrentar os resquícios ditatoriais e persecutórios abertos em nossa ordem social. Este enfrentamento para construir condições mais sólidas de democracia, foi pautado nos valores de democracia que os autores não desenvolvem de maneira substantiva. No entanto, certa confiança na possibilidade de exorcizar os desvios autoritários de uma “esquerda radical e autoritária” e da possibilidade de avançar, mesmo que paulatinamente, para o controle civil sobre os militares, marca o período. Falamos de um esgotamento do combate de perfil baixo aos atores sociais do regime Militar”, pois este período parece encerrar uma fase menos polêmica, menos conflitiva e mais hermética do debate sobre a Ditadura Militar com o conjunto da imprensa, parecendo estar mais confinada a partes da intelectualidade. Os debates providos pela ascensão de ideais progressistas no conjunto da sociedade e a possibilidade de estabilização política do regime sob direção destas forças pode ter possibilitado este tipo de debate. Tamanha liberdade desprovida de preocupações mais concretamente estribadas pode ter também acelerado nos anos posteriores, em especial com instituição da Comissão Nacional da Verdade, aprofundando o debate sobre a Ditadura.

Este primeiro período, pela própria natureza das intervenções e pela falta de uma continuidade e frequência das aparições dos autores na imprensa, é o de maior fragilidade analítica e interpretativa, uma vez que, além dos autores, também os próprios conselhos editoriais e da imprensa não desenharam o período com uma intencionalidade posta desde seu início e com previsão do grau, frequência e alcance das intervenções dos historiadores em seu debate, nem mesmo da profundidade do próprio debate ao redor da experiência da Ditadura Militar.

Não obstante, os historiadores entre 2000 e 2008 contribuíram pontualmente para o debate sobre a Ditadura Militar no interior da imprensa, acendendo debates ao redor da legitimidade das oposições, da natureza do regime e de maneira menos preocupada com alterações significativas na política de memória ou transição democrática contemporâneas – com a exceção de Daniel Aarão e suas incursões no conflito político contemporâneo a respeito do episódio do Mensalão -, dentre outras lateralidades.

Memória emergente, feridas expostas – 2009-2013

Embalados por este espírito crescente de democratização da sociedade e controle civil do aparato de Estado, os anos seguintes marcaram o acendimento de tensões marcantes ao redor

da memória da ditadura, em especial nos debates que cercaram a abertura e as consequências da Comissão Nacional da Verdade, particularmente as especulações e promessas sobre a possibilidade de revisão da Lei de Anistia.

A relação dos três historiadores com a instituição da CNV foi marcada por sugestões, críticas, e, em alguns momentos, posições ariscas e desconfiadas. Desde o ano de 2009, com as primeiras sinalizações do executivo federal pela constituição de uma Comissão Nacional da Verdade, Marcelo Ridenti veio a público defender sua constituição e concretização, em coluna à Folha de São Paulo onde articulou caráter autoritário, violento e modernizador do regime, com sua tendência de cooptação de segmentos da sociedade civil e constituição de uma fachada democrática ao regime que sucedeu à Ditadura militar (RIDENTI, 2009). No texto, Ridenti criticou a posição de Aarão Reis e de outros autores, no entendimento de que as interpretações que construíram orientam a fragmentar ou compreender parcelas desconexas do evento da ditadura sem conectá-la à realidade contemporânea de maneira mais integral e totalizante. Ridenti faz questão de sublinhar a ilegitimidade em sentido lato do Golpe e do regime militar e a necessidade de combatê-lo. Ao fim do texto, reconhecendo a natureza dialética e contraditória do regime e do próprio processo histórico, Ridenti asseverou:

Reconhecer que a “ditadura à brasileira” teve ambiguidades e fases distintas – envolvendo um complexo jogo de forças políticas e militares e tendo desempenhado um papel modernizador – não a torna menos ditadura. Está na hora de nossa democracia ganhar maioria e constituir uma Comissão de Verdade e Justiça para acertar as contas com o passado (RIDENTI, 2009).

O debate sobre a validade da comissão ficou mais evidente nos anos seguintes. Ao longo do ano de 2010, Carlos Fico e Aarão trocaram diferentes posições, inclusive em uma mesma matéria do Globo em 09 de janeiro (FREITAS; CONDE, 2010), onde debateram diretamente a possibilidade de uma revisão da Lei de Anistia – o que acabou por se tornar o centro das discussões a respeito da CNV. Estes autores protagonizaram um debate com destaque de 3 páginas inteiras no jornal daquele dia. As principais posições se destacaram entre o nível e o entendimento de ambos sobre o amadurecimento da democracia brasileira para enfrentar a memória e as reminiscências do período militar. Ridenti e Aarão também tratam das iniciativas políticas para avançar em políticas de divulgação, justiça e reparação, mas têm divergências sobre a política para o tratamento da anistia. Na matéria em questão, interessam as passagens:

Dois dos principais estudiosos da ditadura brasileira, os historiadores Daniel Aarão Reis e Carlos Fico têm opiniões divergentes sobre uma possível revisão da Lei de Anistia de 1979. Para Reis, a lei já foi revista em vários pontos, e os militares que participaram de políticas de repressão e extermínio devem agora ser processados, principalmente pelo efeito pedagógico que isso teria para a sociedade brasileira. Já Fico diz que iniciativas como a Lei dos Desaparecidos, de 1995, foram uma ampliação

e não uma revisão da Lei de Anistia, e que processar os agentes da ditadura seria tentar refazer a História. Ambos defendem, no entanto, a abertura dos arquivos da ditadura (em particular os dos órgãos de inteligência militar) e são favoráveis a outros pontos do Programa Nacional de Direitos Humanos, como a criação de uma Comissão Nacional da Verdade – com a ressalva de que ela deva ter uma orientação pluralista. *Ex-integrante do grupo armado MR-8, como historiador, Reis tem trabalhado para desfazer a imagem romântica dos grupos revolucionários de esquerda, sublinhando que seus projetos eram ditatoriais. Apesar disso, ele e Fico concordam que a ditadura poderia ter combatido as ações armadas dentro da lei, e que não o fez porque tinha um plano mais amplo de repressão.*

(...) [repórter Miguel Conde, autor da matéria, pergunta sobre a necessidade de revisão da Lei, Daniel responde envolvendo a situação internacional, as revisões em 1988 e a Lei da Reparação de FHC, e pergunta sobre possíveis destabilizações no país oriundas de uma revisão] O argumento de que isso [a revisão da Lei de Anistia] poderia destabilizar o país é falso. O importante neste momento é ver até que ponto a revisão da Lei deve incluir uma discussão sobre a adoção da tortura como política de Estado. Aqui eu marco minha diferença com os ministros Paulo Vannuchi e Tarso Genro, que fazem questão de não implicar as Forças Armadas na política de tortura. Eles dizem sempre que foram algumas dezenas de militares que praticaram excessos. Isso é uma distorção da História. O valor da revisão atual está na possibilidade de a sociedade discutir a adoção da tortura como política de Estado no Brasil. Isso abre uma discussão mais geral sobre a história do país. Em 50 anos, esse país teve dois regimes usando tortura como política de Estado. Pouca gente fala que isso aconteceu no Estado Novo. E eu temo que daqui a 30 anos pouca gente esteja falando que a ditadura brasileira fez isso.

[Fico responde] Concordo que não há a menor chance de destabilização do regime. A discussão sobre a Lei de Anistia já está acontecendo. Há no Supremo Tribunal Federal uma ação iniciada pela OAB que mais cedo ou mais tarde será julgada. Há a proposta de interpretar a Lei não contemplando os torturadores. É com essa interpretação que eu não concordo. E acho isso ineficaz do ponto de vista de enfrentarmos a verdade sobre a ditadura. Há muitos caminhos possíveis, eficazes, legítimos, que podem ser trilhados. Nós temos que nos empenhar por exemplo em conseguir que esses comandantes militares sejam enquadrados diante da lei e obrigados a transferir para o Arquivo Nacional os três arquivos que faltam, do CIE, Cenimar e Cisa. O Brasil tem o maior acervo documental dos países do Cone Sul em relação a ditadura, mas ainda faltam esses três, que são essenciais. E nós temos quase certeza que eles existem, por uma série de razões. Esse tipo de questão é muito mais importante.

(...) [Reis responde pergunta sobre o cabimento em se processar os torturadores] Para mim a questão central é discutir a política como tortura de Estado (sic), fazer a sociedade brasileira pensar nisso. Mas me parece também importante processar os torturadores. Porque eles cometeram crimes contra a Humanidade, e esses crimes são imprescritíveis segundo tratados que o Brasil assinou. Revanchismo é um termo que se aplicaria se alguém quisesse pegar os torturadores e fazer com eles o que eles fizeram com os opositores da ditadura na época. Não conheço ninguém em sã consciência que proponha que eles sejam presos, não sejam julgados. O que se está propondo é esclarecer a situação, dando a eles todo o direito de defesa. Mas eles não podem ser comparados aos torturados. Os torturados foram perseguidos, presos, condenados, mortos, exilados, enquanto eles não sofreram nada. É preciso julgá-los. É isso que se quer agora, seria pedagógico para a sociedade brasileira, para que essas coisas não se repitam. *A melhor maneira de ser capturado por uma tradição é não compreendê-la.*

[Fico responde] Os comandantes militares estão cometendo um erro enorme persistindo nessa atitude acovardada, defensiva, de não reconhecer o erro, ficar retendo documentos. Eles deveriam reconhecer em termos institucionais e históricos esse erro, e se desculpar por ele. Isso seria um passo importante para tornar as Forças Armadas mais dignas diante da sociedade brasileira. O Estado brasileiro reconheceu sua responsabilidade em relação a esses crimes de tortura e assassinato, mas as Forças Armadas até hoje não reconheceram (FREITAS; CONDE, 2010, grifos nossos).

Ao fim da matéria, Miguel Conde ainda inquiriu os historiadores pautado por levantamento do jornal sobre a necessidade de “julgar crimes dos guerrilheiros”. Na ocasião, Daniel Aarão reforça sua interpretação de que os ideais da guerrilha eram antidemocráticos, mas que já foram responsabilizados e sofreram consequências sobre o que fizeram. Sublinha-se a naturalidade com que os jornalistas afirmam que seria possível combater o regime militar “na legalidade”, logo no início da matéria pautando-se pelos autores, desconsiderando completamente o caráter excessivo, persecutório, terrorístico e fechado do regime militar, em especial ao momento do Golpe em 1964 e após o AI-5. Desconsidera-se que o regime fundou uma “legalidade” pela força das armas e de imposição unilateral apoiada por estadunidenses e pelas classes dominantes nativas. Surpreende ainda mais, pois a oposição ao regime, em especial a maioria que não optou pela luta armada e que advinha do PTB e do PCB sempre se bateu contra essa legalidade, acumulando forças dentro da ordem contra ela.

A matéria evidencia a postura de tentativa de tutela de Carlos Fico sobre o comportamento político dos militares, em forma de cobrança republicana, como antes colocamos, buscando ao máximo o confronto de perfil baixo. Cumpre anotar que Aarão se destaca nos jornais pela crítica à tradição de tortura na vida política nacional, questão sobre a qual se dedica ao longo de todos os anos. As posições mais gerais de Aarão sobre a revisão da Lei de Anistia ficam às claras em sua coluna do dia 14 de janeiro de 2010, em O Globo, onde basicamente sintetiza os elementos concedidos nesta entrevista de maneira mais livre e com menos mediações a fazer com outros interlocutores (REIS, 2010)⁴⁸.

Os excertos em questão sintetizam o centro do debate e boa parte das posições que os autores irão mover durante o período. Para Carlos Fico, é evidente que a Anistia significou um perdão a crimes contra a humanidade, e, como identificamos no período anterior, o autor parece ter o entendimento de que ainda não se desenvolvera de maneira madura na sociedade brasileira a capacidade de isolar e cauterizar as forças reacionárias envolvidas com o processo golpista de maneira mais frontal. Por isso Fico desenhou posições mediadas e certa confiança nas Forças Armadas também durante este período entre 2009 e 2013 – coisa que se alterou nos momentos finais da década -, no entendimento ou na busca para que se funde um consenso sobre o lugar subordinado das FFAA à supremacia civil, ao Estado de Direito, ao mesmo passo que tenham sua importância reconhecida.

Em especial sobre a Lei de Anistia, Fico se mostrou contrário ou temeroso de qualquer movimentação em um sentido de confronto direto com dirigentes militares. Em 2012, teceu críticas às falas da presidente da república que poderiam, em suas palavras, “afugentar” as FFAA a colaborar com a CNV, e no mesmo ano, aparece tanto no Estado de São Paulo como no Globo no início de março para marcar esta posição (KRAMER, 2012), (FICO, 2012), (PEREIRA, 2012). Tal postura só se alterou nas intervenções do autor ao momento de entrega do relatório final da CNV em 2014 na Folha de São Paulo, quando disse:

Acho realmente importante um órgão oficial incorporar a narrativa de que os crimes e abusos fizeram parte de uma política sistemática de Estado. Não há dúvida de que foi um trabalho positivo, *mas acho que faltou uma recomendação explícita para o Congresso revisar a lei da Anistia*. Seria importante para a nossa pedagogia democrática. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014, grifos nossos)

Fico é o único historiador dentre os estudados neste trabalho que apresenta uma virada de posição defendendo essa questão. Neste momento também ganham espaço nos jornais outros historiadores como Jorge Ferreira e a posição consensual é de que não se deve mais se pedir a revisão da Lei de Anistia. A posição de Fico, que pesou no momento de constituição e no período mais intenso de seu trabalho, era a de que o processo da CNV deveria cumulativamente, sem conflitos abertos, dar condições para uma nova ofensiva contra os entulhos ditatoriais militares. No entanto, parece que sua postura conciliada e recuada para gradativamente se fazer justiça foi frustrada pela alteração significativa da situação política nacional. Em outros momentos, Fico qualifica inclusive que a CNV é parte de uma política de justiça de transição, que entende o processo de sua construção no interior desta prolongadíssima transição (FREITAS; CONDE, 2010).

Ao longo da operação da CNV, Aarão se colocou de maneira muito crítica ao conjunto de sua concepção e método de trabalho, apesar de ter a posição mais decidida em favor da revisão da Lei de Anistia. Em 2012, no dia 15 de maio, no Globo, Aarão dedicou sua coluna mensal integralmente a tratar de como deveria ser o trabalho “à vera” – em suas palavras – da CNV (REIS, 2012). Para o historiador, a comissão só teria um valor substantivo se investigasse e levasse à novo julgamento 1) os torturadores, 2) a tortura como política de Estado, e 3) a tortura como tradição autoritária na sociedade brasileira. No mesmo texto, critica fortemente a possibilidade de a Comissão construir uma “história oficial”, narrativa monolítica de Estado, assim como, a tutela do executivo federal sobre o trabalho da comissão. Aarão não explicita como ou sobre o que deve se acautelar a respeito disso, nem muito menos critica nomes indicados para a constituição da CNV.

Marcelo Ridenti, que fez aparição ao início do processo, apenas retornou ao debate sobre

a Lei de Anistia em 30 de março de 2014, com o aniversário de 50 anos do Golpe de 1964 (MENDONÇA, 2014). Na oportunidade, Ridenti comenta uma matéria da Folha de São Paulo que reportava nova pesquisa de opinião favorecendo a revisão da Lei em nível nacional. Ridenti trouxe a influência de processos internacionais de revisão sobre anistias e experiências traumáticas na África do Sul e em outras regiões do mundo, sem tecer posições mais incisivas sobre a possibilidade de revisão da Lei de Anistia brasileira.

Ao longo de todos estes anos, em especial durante o debate da possibilidade de revisitar a Lei de Anistia, as críticas dos três historiadores contra os grupos que optaram pela luta armada contra o regime continuaram. Aarão sublinhou, sempre que possível, a necessidade de compreender o processo do Golpe e do regime como fenômeno profundamente enraizado na sociedade civil. O autor chegou a afirmar que há uma política deliberada de ocultamento da participação civil no processo golpista, de modo a responsabilizar apenas as FFAA e criar uma narrativa de “vitimismo” ao redor de uma sociedade dominada puramente por um “ente externo” (PILAGALLO, 2014).

A condução da CNV não foi tranquila e esbarrou em diversos entraves: documentos negados pelas FFAA, relatos de destruição de arquivos que permanecem como uma incógnita, uma forte militância por parte dos historiadores pelo acesso a esses materiais e sua divulgação pública. Fico foi um dos protagonistas deste processo de luta pela abertura de arquivos dentre os historiadores nas páginas de jornal. Desde 2010 quando renunciou da Comissão de Altos Estudos do projeto Memórias Reveladas por falta de respostas do Arquivo Nacional sobre acesso às fontes, foi acompanhado por outros colegas e ganhou espaço nos jornais denunciando as limitações impostas pelo Arquivo Nacional e seus dirigentes, pela falta de uma legislação e postura mais moderna e arrojada que permitisse avançar sobre o conhecimento científico do período⁴⁹. De fato, as próprias dificuldades de acesso à documentação, a resistência militar em liberar os documentos do Centro de Inteligência do Exército, do Centro de Informações da Marinha e do Centro de Informações da Aeronáutica, somado ao início da crise política que começou a se estabelecer em 2013 podem explicar estas mudanças de postura. Aparentemente, o governo federal, já desgastado durante 2013 e com um pleito nacional aberto de difícil resolução pela frente, não quis comprar o enfrentamento mais incisivo aos militares, por avançar contra a Lei de Anistia naquele momento de tensão, em postura de recuo tático.

⁴⁹ Mais tarde, em 2018, Fico compraria nova briga por acesso a documentos, desta vez com o Banco Central, quando consegui a solidariedade de uma série de intelectuais e autoridades.

Os historiadores também fizeram intervenções concentradas em dois momentos distintos destes cinco anos em questão, sendo eles os da visita do presidente estadunidense Barack Obama ao Brasil em 2011 e no momento da prisão de José Dirceu (PT) em 2013.

Por ocasião da vinda de Barack Obama ao Brasil, Fico e Aarão fizeram pronunciamentos e foram chamados a argumentar sob aspectos diferentes. Carlos Fico se pronunciou no dia 20 de março no jornal O Globo, chamado a comentar as relações entre a vinda de Obama e a não-vinda do presidente John F. Kennedy em 1963 ao Brasil (OTÁVIO, 2011). No texto, Fico comenta as orientações dadas pela embaixada estadunidense e os serviços de inteligência do país contra a vinda de Kennedy para o Brasil à época, reforçando o peso daquele país na política golpista e resgatando à memória os papéis cumpridos pelas viagens e articulações locais dos chefes de Estado dos EUA. Apesar do resgate do caráter intervencionista e interessado de uma vinda de chefe-de-Estado estadunidense para o país, Fico interpreta a vinda de Obama em 2011 como sinal de coroação do estabelecimento de relações menos desiguais com o país, e fundamentalmente, menos conflitivas. No artigo chega a mencionar a impossibilidade do retorno de uma política de “alinhamento automático” das relações internacionais brasileiras nos dias de então. Além disso, afirmou que naquele momento as condições de ingerência tão aberta, como passara na Operação Brother Sam e em tantos outros momentos a partir de 1964, além de toda a articulação ativa ianque para o Golpe, estavam minoradas, reforçando o peso do poder econômico e das relações comerciais mais abertas e gerais que acreditava vivermos então. Esta perspectiva, na opinião do autor, se faria sentir nas principais questões diplomáticas e de contato entre os países no terceiro milênio, em termos amplos e abstratos, longe de determinarem intenções golpistas quaisquer. Aarão dedicou sua coluna daquele mesmo mês no Globo para informar e alertar sobre a prisão de militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) que protestavam contra a chegada do presidente estadunidense, retidos por 3 dias, além de terem suas cabeças raspadas sem qualquer justificativa. Aarão homenageia todos os militantes presos e agredidos e tece mais um comentário sobre a tradição de tortura encrustada nas Forças Armadas e em suas forças auxiliares em nosso país.

O tema do combate à corrupção veio à baila com o Mensalão e foi fortalecido posteriormente pela Operação Lavajato. O discurso anticorrupção, como identificado por Aarão, é um tema que vara a conjuntura nacional nos dias atuais e tem completa relação também com o anticomunismo de outros momentos da história do Brasil republicano. No intervalo de 2009 a 2013, a prisão de José Dirceu, levou Marcelo Ridenti e Daniel Aarão a se pronunciarem. Ambos os autores se opuseram à narrativa construída pelo Partido dos Trabalhadores de que a prisão

de seu dirigente seria uma prisão política similar àquelas vividas na Ditadura Militar. Os historiadores qualificam como “ridícula” (RIDENTI, 2013) ou “patética” (VENCESLAU, 2013) a tentativa de comparação do episódio de então com as prisões políticas que passaram no país. Ridenti, em 02 de dezembro de 2013 na Folha de São Paulo, e Aarão, em 23 de novembro em O Estado de São Paulo, reforçam que se tratava de conjuntura completamente diferente e que é um descabimento tratar do episódio nestes termos. Cabe lembrar que estes pronunciamentos já se dão num ambiente pós-manifestações de junho de 2013.

A virada da década e seus primeiros anos desenharam um rescaldo significativo de uma posição ativa e, poderíamos afirmar, ofensiva, dos autores a respeito das tensões correntes na sociedade, imprimindo seus ideais de democratização em um campo aberto que acreditavam ainda estar em movimento de abertura, para ampliação de liberdades civis e de radicalização da democracia em termos mais amplos. A busca por empoderamento civil sobre as forças militares, apesar de dezenas e dezenas de reveses vividos e combatidos, assim como pelo funcionamento minimamente eficaz da CNV, dentre outros episódios, são ainda frequentes. Em seu conjunto, Aarão continuou em posições destacadas pelo combate às visões que - segundo sua interpretação - blindam os civis de participação na Ditadura e pelo reconhecimento do peso e da responsabilidade da sociedade civil no Golpe. Acentua-se também sua militância contra as experiências e ligações políticas nacionais com o socialismo real, em favor de uma revisão da Lei de Anistia que se traduzisse em justiça de transição tardia de caráter pedagógico, com o julgamento dos torturadores. Carlos Fico, com sua postura comedida e, em muitos momentos, recuada, faz grandes esforços no sentido de denunciar a falta de transparência, o ocultamento e a dificuldade imposta ao acesso às fontes produzidas no período militar, apostando fundamentalmente numa consolidação de posições mais avançadas na sociedade civil, antes de uma ofensiva mais decidida por medidas relacionadas à justiça de transição diretamente. Ridenti apareceu pontualmente, elogiando a criação da CNV, criticando a demora e os marcos finais para a constituição da Lei de Acesso à Informação. Neste último episódio comentou que a lei aprovada em 2011 ainda era muito recuada e protelava em demasia a entrega de documentos militares sobre o regime (FALCÃO; RODRIGUES, 2011).

Cabe alertar que a partir de 2010 Daniel Aarão Reis ganhou espaço próprio em uma coluna mensal no jornal O Globo. Grande parte das intervenções que fez no conjunto de todo o período entre 2010 e 2020 analisado neste trabalho está relacionado a este espaço cativo que possui no jornal até os dias de hoje. Embora com alguma frequência o professor a utilize relacionando questões ou debatendo o regime militar, na maioria esmagadora das vezes Aarão teceu

comentários sobre política internacional, escreveu informes sobre movimentações políticas nacionais e fez longos comentários em alerta à ascensão crescente da extrema-direita globalmente, com especial atenção à política europeia e estadunidense. Junto desses temas, Aarão também abordou e denunciou os remédios que julgava insuficientes, dados pelas tendências socialistas ou sociais-democratas na Europa à crise de 2008. O autor discorreu sobre a falência destas tendências, a ascensão de grupos radicais de extrema-direita, teceu críticas virulentas a todas as experiências de transição ao socialismo, contemporâneas ou não e, eventualmente, levantou algum tema nacional localizado, como é o caso de seu apoio explícito a candidatura de Marcelo Freixo à prefeitura do Rio de Janeiro em 2012 – apoio que se repetiu em 2016.

Cabe notar que muitas das tendências postas em marcha no interior destes anos do debate público se desenvolveram e tiveram fechamentos parciais em anos posteriores, como no caso da entrega do relatório final da Comissão da Verdade, ou mesmo no próprio debate dos 50 anos do Golpe Militar, ambos episódios celebrados após 2013. No entanto, processos concomitantes e o advento das manifestações de 2013 marcaram uma inflexão profunda demais que nos exige atenção especial para uma virada significativa de todo o debate público a respeito da Ditadura Militar no período. Fundamentalmente, do teor e das questões postas em jogo na totalidade da vida política e social do país.

Neste sentido, ao mesmo tempo em que se celebra o esgarçamento das polêmicas relacionadas à CNV e do debate público sobre a violência de Estado, impõe-se ao conjunto dos historiadores e à sociedade brasileira em geral um momento de incertezas, seguido rapidamente pela ascensão neoconservadora e protofascista organizada.

A crise e destruição da constituição de 1988 – 2013-2020

O ano de 2013 apresentou à sociedade brasileira uma das primeiras convulsões sociais de fôlego desde a década de 1990, que decididamente marcou as inflexões políticas do restante da década e tem reverberações atuais. Hoje já debatidas por muitos autores, as chamadas “Jornadas de Junho de 2013”, que haviam tido início com reivindicações contrárias ao aumento de tarifas do transporte público em São Paulo e tomaram proporções nacionais e massivas, sendo palco de uma disputa repleta de incertezas e heterogeneidade de projetos políticos.

Demandas por ampliação dos serviços públicos, ampliação do controle social sobre o Estado, movimentos contra os megaeventos esportivos a serem celebrados em 2014 e 2016 no

país, bandeiras pela ampliação de direitos sociais num geral se confundiam com oposicionismos de direita e de esquerda, palavras de ordem anticorrupção e pela derrubada do governo Dilma.

Tal profusão de pautas e tradições ideológicas distintas ficaram desorganizadas em protestos de massa, gigantescos. A pauta restou sem clareza de direção centralizada. No entanto, o conjunto de elementos políticos mobilizados orientaram expectativas de acumulação de forças para as disputas políticas consequentes, à direita e à esquerda. O fantasma de uma nova política intervencionista de “baixa-intensidade”, das chamadas “guerras híbridas”, já havia começado a passar no mundo árabe e na América Latina a partir do golpe em Honduras e no Paraguai. Somando isso à orientação nacional proferida pelos grandes conglomerados de imprensa, construiu-se um cenário de hesitação no conjunto das esquerdas para a disputa da direção política do processo. O resultado foi um saldo político que se acumulou após 2013, se consolidando cada vez mais como força reacionária e conservadora na sociedade. Este processo, na atualidade, podemos analisar com mais tranquilidade, como também apontam os autores Marcos Napolitano, Rodrigo Patto Sá Motta, dentre outros que, em momentos de balanço à respeito do Golpe de 2016, levantaram questões sobre as marchas do ano de 2013 (MATTO, H.; BESSONE, T.; MAMIGONIAN, B.G., 2016).

Sofrido o forte baque de desaprovação oriundo da insatisfação popular catalisada em 2013 e nos momentos seguintes, o governo de coalizão do Partido dos Trabalhadores passou por crescente dificuldade eleitoral e política em geral, marcados pela acentuação da agressividade midiática e da direita, culminando no processo golpista que teve importante momento no ano de 2016 com o impedimento de Dilma Rousseff (PT) e a posse de Michel Temer (MDB) à presidência da república.

Os historiadores e a história da Ditadura Militar, chamados a comentar e se relacionar com as manifestações de junho de 2013, apresentaram preocupações diferentes sobre o cenário, e relações diferentes do episódio com o passado militar do país. Marcelo Ridenti e Aarão Reis foram, dentre os aqui analisados, os que mais entrevistaram e comentaram o processo de mobilização no país nos jornais, à medida que se desdobravam os acontecimentos. Em um primeiro momento, ao passo que Aarão vê nas manifestações demonstrações do amadurecimento da sociedade brasileira em uma “primavera chegada no inverno”⁵⁰, contra a decrepitude dos partidos

⁵⁰ Expressão que utiliza no título à sua coluna em O Globo (REIS, 2013)

políticos e da própria forma do espaço político na sociedade brasileira contemporânea, Ridenti tem mais cautela e restrições em analisar o ocorrido:

De modo inesperado, tomaram as ruas os netos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade de 1964 e da Passeata dos Cem Mil de 1968. Os filhos dos que apoiaram a eleição de Collor em 1982 (sic) e dos que se manifestaram por seu impeachment em 1992. Todos contraditoriamente juntos.

(...) Setores de esquerda encantaram-se com o que lhes pareceu o início de uma revolução espontânea, mas ficaram embasbacados com as hostilidades sofridas, não por parte da política, mas de alguns anticomunistas. Adeptos do PT, percebendo que o movimento redundava em questionamentos variados a seus governos, tendem a reduzi-lo ao caráter fascista de certos manifestantes. Os conservadores – inclusive na imprensa, sobretudo televisiva – ressaltam os protestos ordeiros contra a corrupção, tentando restringir o movimento a um aspecto pontual, como se todas as mazelas da ordem constituída devessem à malversação das verbas públicas pelo PT. Por sua vez, os defensores de causas como a tarifa zero sonham que a multidão está envolvida numa nova democracia horizontal e plebiscitária, pacificamente movida a internet, mas também se assustaram com a ferocidade de alguns grupos.

(...) No ano que vem, completam-se 50 anos do golpe de 1964, cuja bandeira ideológica era o combate aos políticos e à corrupção. O risco está dado novamente? Por sorte, as manifestações por liberdades democráticas, busca de reconhecimento e respeito, tocando num aspecto central: a luta pelo investimento em transporte, saúde e educação, contra a apropriação privada do fundo público. Chegaram ao limite as possibilidades de mudança dentro das estruturas sociais consolidadas no tempo da ditadura e que não foram tocadas após a redemocratização? Será possível aperfeiçoar a democracia política, também num sentido social? Abre-se um tempo de incertezas. (RIDENTI, 2013, grifo nosso)

Já Aarão, compreende que a vontade da massa na rua é de “democratizar a democracia”:

(...) Nas dobras do terremoto, contudo, apareceram outras exigências, bem mais importantes e decisivas [que aquelas do transporte por si só ou contra a repressão policial]: cidadania plena, participação nas decisões políticas, controle do poder. Trata-se, em suma, de radicalizar o processo democrático, ou seja, *democratizar a democracia*. (REIS, 2013, grifo nosso).

A demarcação que Ridenti fez do caráter politicamente aberto das manifestações, do alerta aos elementos destacadamente fascistas ou fascizantes no interior das mobilizações, e do peso que joga a tradição ao redor do combate à corrupção como política conservadora nas fileiras dos protestos tem qualidade muito diferente das expectativas democratizantes de Aarão a respeito do processo. Aarão irá, progressivamente, talvez por conta dos desenvolvimentos concretos das viradas conjunturais posteriores, alterar sua avaliação do espírito daquelas manifestações. Aarão retornou ao debate em março de 2014 (FILHO, 20014), em longo artigo no Estado de São Paulo, debatendo o novo livro que publicara junto de Lilia Schwarcz, às margens da comemoração dos 50 anos do Golpe. No texto, o autor indicou que o processo de mobilização ainda não havia acabado, sem elencar maiores considerações para uma análise; e ainda em 16 de março de 2015, no Globo, depois das grandes marchas das direitas organizadas na mesma data da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, o autor comentou:

Sobre o golpe e a intervenção militar são núcleos pequenos que vociferam. Mas, o fato singular, é que, pela primeira vez, depois de 1964, as direitas foram às ruas avocando para si a brasilidade, o hino, a bandeira, o verde-e-amarelo. Ontem, ao contrário de 2013, esquerdas e direitas não estavam nas ruas, mas o descrédito do sistema político e a rejeição ao modelo que temos foram um ponto comum entre 2013 e agora. (O GLOBO, 2015)

Como pode-se notar, se impõe gradativamente uma alteração sobre a interpretação do autor, acompanhada justamente pela caminhada à direita e a mudança dos setores sociais que deram sequência e reivindicaram parcialmente a continuidade daquelas manifestações.

Este contexto aberto pelas manifestações de junho de 2013 envolveu os próximos anos da década e esteve presente nas elaborações das classes dominantes sobre as fissuras abertas na grande coalisão que governava o país desde 2003. A alteração da conjuntura pode explicar significativamente as mudanças nas prioridades do debate historiográfico na celebração dos 50 anos do Golpe de 1964 no ano seguinte. Acreditamos que a efeméride marcou a maior intervenção de historiadores no debate público dos jornais de todos os 20 anos que envolvem este trabalho, com dezenas de intervenções retomando questões ao redor da participação civil na Ditadura Militar, fundidas com a crescente turbulência política do país. Em 16 de março de 2014, Carlos Fico fez importante coluna no Globo demonstrando e sublinhando as contradições factuais do discurso anticorrupção das forças militares, possivelmente dando respostas às primeiras ondas de discursos que reivindicavam estas bandeiras a partir de 2013 com novo fôlego. Na ocasião, Fico afirmou:

(...) – Quando os militares descobriam casos de corrupção de gente que apoiava o governo, o ministro da Justiça ou algum de seus assessores costumava intervir para que o processo cessasse. Muitas acusações feitas contra prefeitos do interior eram interrompidas porque eles apoiavam o regime – explica Carlos Fico.

O historiador lembra que, no começo da abertura política, em 1979, houve uma nova intervenção do Ministério da Justiça, mas desta vez a favor de um político de oposição. Uma denúncia contra o então ex-prefeito de Campinas Orestes Quércia (MDB) foi arquivada por ordem do ministro Armando Falcão, para que não parecesse um gesto contra a abertura. (...)

De acordo com Fico, a CGI foi criada por um grupo de militares que acreditava em outra forma de repressão, de dimensão pedagógica.

- Eles tinham a crença que os problemas nacionais seriam resolvidos com a aplicação de medidas corretivas. Nesse pacote, estava a censura aos costumes, por exemplo, e a propaganda de campanhas como a do Sujismundo, a do “povo desenvolvido é povo limpo”.

(...) Historiadores dizem que os casos apurados pela CGI não merecem ser considerados verdades estabelecidas, seja pelo desrespeito jurídico, seja pelo clima de paranoia reinante. (AMADO, 2014)

Nas datas de 31 de março e 1 de abril, e também nas semanas que as antecederam, os três jornais fizeram especiais ou matérias maiores que o habitual, compilando artigos dos últimos anos dos autores, ao lado de espaços de debate. No todo, o principal debate movido por Daniel Aarão e Carlos Fico – sendo estes os dois que mais tiveram espaço - foi ao redor da situação política ao momento do Golpe de 1964 e da participação civil no processo, juntamente com o da falta de resposta organizada da esquerda na cena nacional. No dia 15 de fevereiro de 2014, no jornal O Globo⁵¹, Fico fez longa matéria onde defende o que chama de “uma visão mais complexa sobre o desencadeamento do golpe” contra o que entende por uma “visão vitimizadora” (FICO, 2014), que é como caracteriza a simplificação interpretativa de que a sociedade seria uma vítima da ação pura das FFAA, coisa que reforça em 17 de março (GÓIS, 2014), no mesmo jornal, elencando a participação do empresariado e das articulações da sociedade civil para o golpe. Na matéria de fevereiro, Fico assevera:

(...) Se entendermos o golpe apenas como o episódio que iniciou uma ditadura brutal, correremos o risco de construir leitura romantizada, segundo a qual a sociedade foi vítima de militares desarvorados. Quando a historiografia mais ousada se contrapõe a essa leitura vitimizadora, ela não está propondo um “revisionismo reacionário” que buscaria eximir de culpa os golpistas. Apenas se trata da reafirmação de algo óbvio: não há fatos históricos simples. Entender porque uma solução autoritária foi de algum modo aceita naquele momento pode servir para exorcizarmos a sociedade brasileira do autoritarismo que tantas vezes vitimou a história de nossa República. (FICO, 2014)

Aarão, de maneira muito semelhante, argumentou que a participação civil e a maneira como a Ditadura Militar é tratada através desta alcunha fundou um estigma de memória, moldou a forma de pensar e se estudar o próprio regime. No roldão, Aarão também apontou que a maneira de compreender a experiência como uma imposição das direitas e dos militares sobre o conjunto da sociedade também moldou a periodização do período, marcando 1985 como o fim da experiência ditatorial. O autor, que entendia a Lei de Anistia como momento fundamental de transição para um regime intermediário rumo à abertura democrática, combateu de maneira incisiva esta interpretação que chamam de “vitimizadora, isso ainda em 15 de fevereiro do mesmo ano de 2014 no Globo (CAZES, 2014).

Na semana do dia 31 de março de 2014 Aarão aparece mais três vezes no Globo, duas na Folha de São Paulo e uma no Estadão, apresentando centralmente a vacilação e o imobilismo da esquerda como força social que não fez frente ao golpe, contrapondo a visão de uma derrota

⁵¹ Cabe informar que os primeiros meses deste ano de 2014 foram o palco do conjunto mais geral de todas estas matérias e artigos. Nas datas de memória sobre o Golpe, os jornais optaram por fazer longos resgates destas matérias lançadas nos meses que antecederam.

anunciada, que seria avassaladora pela desproporção completa das capacidades de enfrentamento político das esquerdas. Em seu conjunto, estes dois autores levantam de maneira enfática e frequente a responsabilidade das esquerdas sobre o processo e a responsabilidade civil sobre a constituição do regime ditatorial. A cruzada de Fico contra a “visão vitimizadora” se assemelha a todo o projeto de disputa historiográfica que Daniel Aarão move desde o início da década de 2000, que deve ser problematizado em momento futuro deste trabalho (FERNANDES, Leticia; KRAKOVICS, Fernanda, 2014), (FILHO, 2014a), (FILHO, 2014b), (REIS, 2014b). No dia 29 de março, em longa matéria especial de Oscar Pilagallo chamada “Visões do Golpe”, o jornalista retrata um pouco desta situação:

(...) Daniel Aarão Reis nota que, com o pacto democrático dos anos 1980, “tendeu a predominar a versão de que a sociedade brasileira apenas suportara a ditadura”. Para crer, diz ele, que a ditadura foi coisa de extraterrestres. Tal enfoque, argumenta o ex-integrante da luta armada, foi reforçado por duas iniciativas mais recentes: o projeto Memórias Reveladas, de 2005, que ocultou “as relações complexas entre a ditadura e a sociedade brasileira, em especial os apoios e as bases sociais”, e a Comissão Nacional da Verdade, de 2012, “demasiadamente dependente do governo federal”. “Não adianta quebrar o espelho retrovisor”, afirma Aarão. Para ele, a ditadura condiciona o presente e, por seu intermédio, molda o futuro. (PILAGALLO, 2014)

A partir do jornalista, seguem reforçando-se as posições de Aarão, críticas à Comissão Nacional da Verdade, sua percepção de uma condição social brasileira alheia à responsabilidade do processo ditatorial e a defesa de sua construção de periodização sobre o processo. Junto da crítica ao isolamento político da experiência guerrilheira, estes são os principais elementos trazidos ao debate por Daniel Aarão.

Marcelo Ridenti, por outro lado, não teve o mesmo espaço, e sua intervenção foi concentrada em coluna à Folha de São Paulo em 31 de março, em resgate das principais questões em debate e articulando a situação com o “terremoto político” do ano anterior:

(...) Talvez nenhum outro período tenha sido esquadrihado tão detalhadamente em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. As interpretações sobre o golpe e seus desdobramentos são variadas. Algumas enfatizam o tema como indissociável das mudanças do capitalismo brasileiro, outras centram-se nos impasses do sistema político, terceirizar na cultura política autoritária e conciliadora ou até mesmo na ação de agentes individuais, ora mirando a especificidade da ação militar, ora suas conexões com a sociedade civil. Cada corrente analítica aponta deficiências em suas concorrentes, embora todas busquem evitar simplificações. (...) A ditadura não foi um acontecimento isolado da história do Brasil, antes um capítulo decisivo do longo processo de industrialização e urbanização caracterizado pelo que alguns chamam de modernização conservadora, outros de via prussiana ou revolução passiva. (...) Ela [a modernização conservadora da sociedade] não sofreu fortes abalos após a redemocratização, mesmo em governos liderados por partidos com raízes na oposição à ditadura, como PSDB e o PT, que em nome da governabilidade fizeram alianças com forças que deram respaldo ao regime militar, reiterando a tradição conciliadora de negociação pelo alto, sem rupturas. *O custo foi não realizar transformações de fundo, o que ajuda a entender os protestos multifacetados de junho passado. (...) O país continua*

refém das forças que deram o golpe em 1964 e impedem mudanças que possam aprofundar a democracia política também num sentido social e econômico, diminuindo as desigualdades. O desafio continua posto, daí a atualidade da discussão sobre os acontecimentos de 50 anos atrás. (RIDENTI, 2014, grifos nossos)

Marcelo Ridenti foi o único a ressaltar aberta e objetivamente uma linha histórica de permanências em relação continuada desde o movimento golpista de 1964 e a possibilidade de um golpismo reavivado no presente, apresentando uma crítica para além de concepções generalizantes sobre o encerramento do processo golpista em âmbitos civis ou militares, identificando agentes sociais concretos na sociedade contemporânea. A intervenção do autor é ímpar nesse sentido, ao apresentar na realidade nacional de então continuidades problemáticas para a sociedade brasileira. Ridenti interpreta e coloca abertamente que as relações de força continuam dadas e seu movimento pode piorar a situação para as forças democráticas. Podemos entender que o autor, nesse sentido concorda ao menos parcialmente com as teses de Florestan Fernandes da autorreforma do regime e da interiorização das instituições fascistas de repressão e tutela das pulsões democratizantes da sociedade.

Carlos Fico ainda apareceu pontualmente em uma coluna de Ancelmo Góis no dia 30 de março, no Globo, para informar e denunciar a celebração feita pela família Bolsonaro às vésperas dos 50 anos do Golpe, sem tecer grandes comentários, recebendo de Ancelmo um “salvo-conduto” para tecer críticas em seu nome (GOIS, 2014).

O debate proposto pelos jornais e historiadores na efeméride dos 50 anos do Golpe teve características um pouco diferentes daquele da década anterior. A diminuição relativa do peso da discussão sobre a legitimidade da luta armada e da condição modernizante da ditadura perdeu espaço para debates mais gerais e menos entrincheirados, surpreendentemente, às margens do início de um processo continuado de crise política no país. Nem por isso a discussão parece ter trazido inovações surpreendentes ou viradas bruscas. Os temas da participação civil, das origens do Golpe e do regime militar tomaram o proscênio, talvez já insinuando uma postura mais cautelosa dos historiadores a lidar com o tema após as turbulências de 2013 e suas tensões ainda bruxuleantes. Apesar disso, o tema de uma “fraqueza política da esquerda” como aponta Daniel Aarão no jornal O Globo em 25 de março (FERNANDES, Letícia; KRAKOVICS, Fernanda, 2014), tomou grande dimensão, elemento que se comunica diretamente com a realidade contestatória do comando petista do governo federal frente a ascensão dos oposicionismos de todas as matizes no período.

Aarão voltou às páginas dos jornais na continuidade do ano, em especial nos comentários ao redor das eleições presidenciais e de seu segundo turno. Em 15 de outubro de 2014, nas

páginas da Folha de São Paulo (REIS, 2014d), o autor teceu duras críticas a PT e PSDB por perderem o que acreditava ser seu conteúdo reformador advindo do processo de transição desde a ditadura, em função de garantirem a gestão do Estado. Demais autores não fizeram comentários de maior fôlego sobre o processo, embora nos anos seguintes tenham sido instados, pela ebulição social, a se posicionar de maneira mais clara sobre as tensões também deixadas em aberto durante o processo eleitoral.

A eleição apertada em segundo turno, as declarações do derrotado Aécio Neves (PSDB) jogando dúvidas sobre a lisura e a validade do pleito, as inversões à direita tomadas pelo PT assumindo a agenda de Ajuste Fiscal, são fatores que acresceram à instabilidade política e favoreceram a constituição de condições sociais para o aprofundamento decisivo da crise do governo nos dois anos seguintes. No ano de 2015, o dia 15 de março foi marcado por mais uma grande marcha, agendada mais uma vez na mesma data da celebração da Marcha da Família com Deus pela Liberdade de 1964, comentada por Daniel Aarão em documento apresentado anteriormente (FILHO, 2014b). A sucessão de movimentações beligerantes entre o presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB) e o executivo federal que dá origem ao recebimento do processo de impeachment por parte do presidente da Câmara em fins de 2015 foi apenas comentada por Daniel Aarão, aos cinco dias de dezembro de 2015, na matéria intitulada “Presidente enganou o eleitorado” no interior de matéria maior denominada “O olhar de ex-petistas e ex-militantes sobre o país” (SANCHES, 2015):

O impeachment é legal, embora seja um recurso crítico. Desde o começo do ano havia dezenas de pedidos de impeachment, mas Dilma protelou. Há certos momentos em que você tem que enfrentar os riscos que a luta política enseja, mas o governo teve medo e foi inconsequente ao procurar ao longo do ano, em ‘tenebrosas transações’, como diria Chico Buarque, empurrar o embate para depois. A Dilma enganou o eleitorado de maneira atroz. O Brasil vive uma crise muito profunda que não entrou no debate nas eleições passadas. É um governo esquizofrênico porque adotou um programa com a cara da oposição sendo a presidente de um partido que em tese rejeita essa ortodoxia [econômica em especial]. Agora, quanto mais rápido isso for votado, melhor. – Historiador, participou da luta armada contra a ditadura (REIS in SANCHES, 2015)

Daniel Aarão foi o que mais comentou o processo de impedimento da presidente, frequentemente citado justamente da forma supra-apresentada: na condição de ex-guerrilheiro. Apesar de tão presente, a ligação feita pelo movimento popular entre o momento de ruptura de 1964 com a que começava a se desenhar desde 2015, houve veto da imprensa para maiores intervenções e interpretações neste sentido pelos autores estudados neste trabalho. Aarão ainda apareceu em distintos momentos do processo de impedimento com linha semelhante de argu-

mentação, concordando pelas margens com os editoriais dos três jornais em momentos importantes de debate, apesar de sempre apresentar alguma contradição em termos genéricos com a questão, tal como: “O impeachment é legal, embora seja um recurso crítico” (REIS in SANCHES, 2015). No dia 06 de março de 2016, em O Globo, sob os auspícios da condução coercitiva de Lula, Aarão comentou o acontecido ponderando sobre o legado a ser perdido ou não com a prisão do líder popular, sem tomar posição sobre a justeza do ocorrido ou denunciar perseguição política contra o ex-presidente, apontando que a “Era Lula está corroída” (REIS, 2016a)⁵². Em 29 de março, também em O Globo (REIS, 2016b), Aarão voltou a fortalecer a interpretação da necessidade de um impeachment, ressaltando o que entende ser a indiferença entre Temer e Dilma, lidando com o problema do impeachment como uma troca entre iguais, que não significaria mudanças significativas na política nacional, ou como diz:

É falsa a polarização entre os ‘caçadores de corruptos’ e *os agitadores do fantasma de 1964*. Substituir Dilma por Temer é trocar seis por meia dúzia. Não se pode nem dizer que, se o ‘seis’ sair, o ‘meia dúzia’ se corromperá, pois o ‘meia dúzia’ já está corrompido. (REIS, 2016b, grifos nossos)

Neste artigo, Aarão fez questão de reafirmar, como vem sendo sua postura na totalidade dos anos passados e ainda os últimos quatro anos da década anterior, em especial no que se refere ao mensalão, da demarcada diferença de qualidade do período do Golpe Militar para as questões políticas de então, desligando as experiências quase que por completo. É com base neste entendimento que Aarão desqualifica a agitação do movimento antigolpista⁵³. Chama atenção também a paixão movida pelo autor em defesa da Operação Lava-jato, e a certeza de que não só era idônea, mas um instrumento de verdadeira justiça:

(...) Para agravar o quadro, introduziu-se o inquérito da Lava-jato, *desvelando o que todos sabiam a olho nu, mas sem provas*. O sistema político está corrompido até a medula. *Os lambuzados do PT* aparecem com evidência, pois controlam o poder há mais de 12 anos e se esmeraram, de fato, em manter relações carnais com os grandes bancos e empreiteiras. *Entretanto, é preciso muita miopia – ou má-fé – para não enxergar que, de alto a baixo, ‘está tudo dominado’*. O rei está nu, e todos estão vendo. Criou-se uma imensa vala na qual estão caindo os partidos e respectivos marqueteiros” (REIS, 2016b, grifos nossos)

A situação já denunciada há meses pelo conjunto do movimento popular como parte de um processo de perseguição e golpismo não é levada em consideração pelo autor, em situação que podemos apenas especular se ocorreu por *miopia ou má-fé*. À luz de recentes investigações

⁵² Hoje compreendida pelo STF como prática digna de suspeição, a condução coercitiva do ex-presidente Lula (PT) em 2016 dividiu mais uma vez a sociedade brasileira e serviu para desmoralizar a figura do dirigente petista a serviço do processo golpista.

⁵³ Seria uma injustiça e uma inverdade acreditar que os que se opuseram ao Golpe eram petistas, muitos outros setores e organizações políticas se envolveram neste enfrentamento.

e provas publicadas, já é fato consumado o entendimento de que a Operação Lava-jato possuiu objetivos políticos estratégicos para o imperialismo e as classes dominantes brasileiras⁵⁴.

Em fins de agosto do mesmo ano, já consumado o episódio decisivo da costura golpista, Aarão ainda tece um longo comentário em O Globo criticando a utilização por parte do PT de imagens de Dilma quando jovem para produção de agitação contra o Golpe de Estado. O argumento de Aarão era de que aquela Dilma das fotografias não era a mesma que a presidente da república, que as personagens não tinham nem as mesmas ideais, nem o mesmo partido, ou similaridades entre as situações em que estavam imersas (GÓIS, 2016).

O desligamento tão demarcado que Aarão desenha entre o passado e o presente favorece enormemente o entendimento da funcionalidade e da maturidade das instituições democráticas no país, argumento movido indiscriminadamente pelos setores golpistas. Mesmo um dia após a consumação da votação no Senado Federal da perda de mandato da presidente, Aarão veio a público reforçar que não se pode comparar o ocorrido de então com os idos de 1964, nesta ocasião novamente tece críticas ao mecanismo de impeachment, mas o reconheceu como legítimo – no sentido da legalidade formal de sua existência e operância, como “regras do jogo que precisam ser seguidas” (REIS, 2016d). Para além do comentário tecido em fins de 2015 sobre a “esquizofrenia do executivo” (SANCHES, 2015), Aarão não comenta em nenhum outro momento o conteúdo político real da disputa, seus principais atores e motivações do Golpe de 2016; tampouco apresentou relações com a história da Ditadura Militar em relação a este momento. O autor se limitou a fazer um debate formal sobre a legalidade do processo – apesar de estar completamente viciado - e de sua desconexão com a história da Ditadura Militar.

Poderia a falta de espaço para que Fico e Ridenti apresentassem posições, ao menos para que o tema do impedimento fosse comentado em sua relação com a história da ditadura por autores de relevância como eles, evidenciar a vontade política dos setores dirigentes desta mídia hegemônica de combater a denúncia do conjunto do movimento contrário ao golpe? A expressão destas omissões pode indicar seu acordo e interesse na consequência da política golpista constituída nestes anos.

Entre os momentos decisivos do Golpe de 2016 até a posse de Jair Bolsonaro, apesar dos números significativos de aparecimento dos historiadores em jornais, há significativa perda

⁵⁴ Sem demorarmos nesta parte que não é objeto deste trabalho, apontamos a decisão favorável da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal do Habeas Corpus de número 164.493 de 2018, que entende suspeito o então juiz Sérgio Moro, tendo praticado ilicitude e vícios persecutórios no julgamento do ex-presidente.

de espaço para o debate sobre a Ditadura Militar e a conjuntura nacional. Comentários esparsos sobre a conjuntura internacional na coluna de Daniel Aarão, junto de disputas de Fico por espaço e acesso a documentações do período de posse do Banco Central; raras foram as exceções que trouxeram à tona os historiadores, nomeadamente a Operação Lava-Jato, a intervenção militar na segurança pública do estado do Rio de Janeiro, o assassinato de Marielle Franco e as próprias eleições de 2018.

Aarão Reis apareceu ao longo do ano de 2017 de maneira mais direta em confronto com elementos da conjuntura nacional em três momentos. No primeiro deles, no dia 25 de abril no jornal O Globo, quando mais uma vez reforça a diferença histórica entre as delações e o processo da operação da Polícia Federal “Lava-jato” dos inquéritos militares e a perseguição jurídica na ditadura, tecendo críticas ao moralismo político das frações da política nacional que mais incorreram no discurso anticorrupção, mas legitimando e reconhecendo importância da operação (REIS, 2017). Em 12 de maio, no Estado de São Paulo, em coluna fortemente lavajata de Marcelo Godoy, Aarão, na condição de “ex-petista”, faz aparição simples para colocar que “nunca seria possível o PT tomar grandes decisões sem o aval ou conhecimento de Lula”. No contexto, a afirmação de Aarão reforça que qualquer movimentação corruptiva seria de conhecimento de Lula, por sua influência no partido, reforçando, conscientemente ou não, a ofensiva midiática contra o ex-presidente e as esquerdas em geral (GODOY, 2017).

Somente no fim de 2017 e daí em diante, Carlos Fico reaparece com mais peso e fio para o debate público, para além das denúncias em luta pelo acesso à documentação. Em 26 de dezembro 2017, o professor da URFJ irá alertar para um cenário político frustrante e com participação reduzida do eleitorado no processo político nas vindouras eleições nacionais, dando relevo à necessidade de cautelas (FICO, 2017b). De maneira entristecida, Fico escreve uma coluna esperando por frustração no lugar de tragédias maiores nos anos seguintes:

(...)2018 assinala o quinquagésimo aniversário de 1968, o ano que terminou mal. Esperemos que ele seja apenas mais um marco nessa melancólica sucessão de decepções da recente história política brasileira – e não o início de novo descaminho institucional. (FICO, 2017b)

Ainda em outubro do mesmo ano, Fico fez uma matéria relacionando a história da Ditadura do Estado Novo e da Ditadura Militar no Brasil, ressaltando a importância do anticomunismo na história dos regimes antidemocráticos no país, elemento que os outros autores não dão relevo, ao mesmo momento da ascensão extremada de discursos de extrema-direita no contexto nacional. Na matéria, Fico destacou que:

(...) A propaganda política das duas ditaduras foi ufanista, enaltecendo suposto futuro grandioso do Brasil. A censura à imprensa, ao teatro e à música foi intensa nos dois momentos. Os dois regimes viam o povo como despreparado, devendo ser educado antes que pudesse viver em democracia. O anticomunismo sempre foi pretexto para a intensa repressão que marcou os dois regimes autoritários. (...) (FICO, 2017a)

O fato de Fico não reafirmar taxativamente e repetidamente os desligamentos e discontinuidades aparentes dos processos golpistas demonstram uma postura mais preocupada do autor a respeito da leitura corrente da conjuntura nacional, talvez já tomado dos receios que desenvolveu no artigo de dezembro do mesmo ano. Cabe sublinhar, postura essa completamente diferente da de Reis. Ressalta-se mais uma vez, também, a forma como os historiadores fizeram esfriar – ou foram parte do processo de esfriamento -, pelo menos de forma aparente, o debate sobre a chamada “disposição golpista da esquerda nos anos 1960”, tese que era elemento recorrente e central nos debates anteriores a 2009, por mais que tenha aparecido de maneira envergonhada em alguns momentos durante o processo da CNV.

O ano de 2018 deu continuidade à ascensão do discurso anticorrupção, a continua tentativa – afinal, bem sucedida – de impedir Lula a concorrer no pleito nacional⁵⁵. O ano foi marcado também pelo aniversário de 50 anos do AI-5, que suscitou matérias e posições dos autores já no interior de um novo momento da conjuntura política, de crise generalizada da constituição de 1988 após a eleição de Jair Bolsonaro (então PSL). Fortemente contrastante foi a intervenção dos historiadores neste ano, concentrando-se de maneira muito mais localizada após o pleito nacional, apesar de exceções. Carlos Fico e Daniel Aarão se pronunciaram contra a intervenção do Exército na segurança pública do Rio de Janeiro resgatando o debate feito ao final da década de 2000 sobre a luta pela supremacia civil e contra a utilização de militares em serviços comuns da sociedade. Ambos alertam a ampliação da utilização do exército em ocupações civis e de policiamento como problemas políticos graves da formação da cidadania brasileira, em especial sobre o entendimento sobre a função das Forças Armadas no interior de uma ordem democrática. Daniel Aarão foi o único dos três a se pronunciar em jornais sobre o assassinato da vereadora socialista do Rio de Janeiro Marielle Franco (PSOL), aos fins de março deste ano, em coluna que diz:

(...) Amanhã, o Rio lembrará uma data história: há exatos 50 anos, em 28 de março de 1968, os estudantes do Calabouço se preparavam para mais uma manifestação pelo cumprimento do acordo firmado. Previam chegar à Assembleia Legislativa, na Cinelândia, onde hoje funciona a Câmara de Vereadores. A Polícia Militar compareceu com a habitual truculência. No embate, mataram Edson Luís. (...) Quase 50 anos depois, um novo assassinato político está abalando a cidade e o país. Desta vez, mataram

⁵⁵ Aarão chega a demarcar que a democracia perderia com a falta de Lula no pleito, mas não registra argumentações mais enfáticas a respeito do tema (GRILLO, 2018).

a vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Pedro Gomes. (...) Ambos eram pobres, pardos, ocupavam um lugar onde é menor a esperança de vida e mais provável a morte violenta. Edson era muito jovem, quase um menino. As lutas que ele não lutou, Marielle, também ainda jovem, mas mulher feita, as travou com determinação e coragem. (...) [Apesar das semelhanças] Vivem, porém, conjunturas diferentes. Em 1968, a ditadura parecia balançar. Logo depois, no entanto, endureceu-se ainda mais, através do maldito Ato Institucional nº5. Em 2018 é a democracia que balança. Já se disse, e com razão, que o tiro que matou Marielle alvejou o regime democrático. (...) (REIS, 2018a)

O fim de 2017 e o assassinato de Marielle Franco parecem acender novas luzes de alerta a todos os historiadores, daí em diante, por fim, colocando mais às claras o risco em que estão postas as liberdades democráticas e a liberdade política, embora tenham graus maiores ou menores de envolvimento no combate a esse processo; acompanhadas de uma permissividade um pouco maior da imprensa em ter de dar vazão a estas questões, dada tamanha ofensiva das classes dominantes. Posições variadas acerca do que seria este processo de fechamento democrático se misturaram não apenas entre estes historiadores, mas na academia e no conjunto da sociedade civil e o ano de 2018, através das leituras das intervenções dos autores nos jornais, ganha matizes sombrios - os historiadores passam a alertar sobre rupturas da ordem democrática, mesmo que de maneira titubeante, sutil e lateral.

Durante o processo eleitoral, Daniel Aarão é arremessado ao debate público quando de sua aparição através de fala do Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal que afirma que o acontecido em 1964 era um “movimento” (DANTAS; CARVALHO, 2018). Segundo Dias Toffoli, citando Aarão, não acontecera nem um “golpe”, nem uma “revolução”. Aarão se defendeu dias depois, alguns dias antes do segundo turno das eleições, dizendo que negava a paternidade da tese e seu conteúdo integralmente, reafirmando o acontecimento do golpe, da repressão e alertando a gravidade de tal declaração do chefe do poder judiciário (FRANCO, 2018).

Posicionamentos eleitorais em 2018 só se apresentaram pelas palavras de Daniel, em instigante coluna, lançada aos 6 dias de outubro, ainda antes do primeiro turno deste pleito. (REIS, 2018b):

O que fizemos da democracia? (...) *Tudo começou lá atrás, quando as grandes maiorias resolveram silenciar sobre um tempo que findava.* Já acontecera depois do Estado Novo, quando um manto foi jogado sobre os crimes do varguismo. Os resultados não foram edificantes – elegeu-se como presidente o general Dutra, ex-simpatizante do nazismo. Em seguida, o próprio ex-ditador retornou ao governo “nos braços do povo”. Nos anos 1980, prevaleceram orientações análogas: olhar para a frente, ignorar o espelho retrovisor. Na alegria da abertura, falar dos crimes da ditadura civil-militar era quase uma atitude de mau gosto. As consequências apareceram na constituição de 1988. Mesmo registrando avanços e inovações consideráveis nas áreas dos direitos civis, políticos e sociais, eram visíveis os legados densos – do período anterior. Permaneceu inalterado o modelo de sociedade construído – ou reforçado – pela ditadura:

a hegemonia do capital financeiro; a predação do meio ambiente; as desigualdades sociais; a civilização do carro individual nas megalópoles hostis à vida; as empreiteiras e suas obras faraônicas; o agronegócio concentrador de terras e de rendas; a centralização do poder num Estado gigantesco; a mídia monopolizada; a preeminência das Forças Armadas, “garantidoras da lei e da ordem”, replicando tendências históricas, onde os funcionários públicos uniformizados transformam-se em tutores da nação, com suas corporações fechadas, fora do controle da sociedade. O pior ainda viria. As principais forças políticas reformistas, o PT e o PSDB, não foram capazes de se articular em torno de programas de mudanças. Preferiram o atalho das alianças com grupos conservadores, desfigurando-se e se corrompendo no sentido próprio da palavra, o que se evidenciou no abandono do que tinham de melhor – suas intenções originais e promessas de renovação. A que se associaram bandalheiras em nome da Realpolitik e a mixórdia das cumplicidades com o mundo dos negócios. É certo que nem tudo foram espinhos. Houve o controle da inflação, que parecia imbatível. E os anos eufóricos dos mandatos de Lula, a autoestima nacional lá no alto, os confiantes falando num país que poderia ser modelo civilizacional para o mundo. Como nos tempos sorridentes e democráticos de JK. (É triste saber que também houve euforia, vigiada embora pela repressão, nos anos prósperos da ditadura de Vargas e nos do milagre econômico sob o sinistro e popular general Médici). A decantação do otimismo veio mais rápido do que se esperava. Os êxitos não resistiram ao impacto da crise econômica, mostrando as mazelas cobertas pelos véus do otimismo: o caráter aristocrático e corrompido do sistema político. As desigualdades sociais. A massa dos desempregados. A concentração de renda e de poder. A insegurança das pessoas comuns. A falência dos projetos reformistas. A expectativa ainda depositada no PT e no PSDB tornou-se mais resultado da nostalgia do que houve de melhor em seus anos de governo do que de propostas de mudanças. No vácuo criado pela inapetência autocrítica destes partidos, no caldeirão de contradições em que se tornou o país, ganharam força apelos salvacionistas e autoritários, nostálgicos de regimes ditatoriais. É verdade que se formou em torno deles uma nebulosa conservadora, mais amarga e desesperançada do que “fascista”. No entanto, são assustadoras suas promessas e práticas intolerantes. *Resta-nos a opção do menor mal*. Contudo, o voto só ganhará sentido caso a escolha seja apoiada no compromisso com o aperfeiçoamento das instituições. Este objetivo será alcançado não apenas através das eleições, mas da auto-organização das gentes e de sua participação permanente. As passeatas das mulheres indicaram um caminho [as passeatas “Ele Não” de fins de setembro daquele ano]. Sem negar as eleições, complementando-as, conferiram vitalidade e força a uma democracia que se quer renovada e não destruída. (REIS, 2018b, grifos nossos)

Destaca-se na matéria a crítica que Aarão faz às “grandes majorias que decidiram silenciar sobre o período findado”, logo ao seu início. Aarão, talvez mirando nos setores que não concordam e não dão a mesma importância explicativa para a legitimidade construída na sociedade civil para o Golpe de 1964, coloca uma crítica abrangente sobre o entendimento da sociedade a respeito do processo. A crítica parte do mesmo autor que gastou páginas e mais páginas para desvincular o processo golpista de 2016 com a experiência militar e criticar todos os intelectuais ou setores que assim o fizeram. De fato, parece haver na interpretação de Aarão uma desconexão do conjunto das tensões ao redor do impedimento de Dilma com a possibilidade de eleição de Bolsonaro.

Apesar disso, neste artigo Aarão ainda faz um importante compilado, talvez inédito no conjunto de todas as intervenções na imprensa, sobre quais as marcas substantivas e quais elementos que caracterizam a parcialidade e a incompletude da transição da Ditadura. Aarão nunca defendeu abertamente que a constituição da Nova República havia sido um pináculo de vitória

democrática, sempre teve visão ponderada sobre o processo de distensão e a construção de uma democracia parcial em termos abstratos. Pela primeira vez Aarão reconhece um setor ou personagem político concreto que corresponde, na sua interpretação, a continuidade histórica da Ditadura. Esta coluna é a única intervenção direta e aberta do autor a respeito da eleição nacional, por mais que não afirme explicitamente, o autor está explicando a derrota de Fernando Haddad no segundo turno que estava por acontecer, já temendo, com ares sombrios, os próximos passos da política nacional. Ao final de contas, Aarão, que já havia chamado voto abertamente para Marcelo Freixo concorrendo à prefeitura do Rio de Janeiro em 2012 e 2016, não cita o nome de qualquer candidato para vencer Bolsonaro na coluna, nem critica o capitão de qualquer forma direta com tintas mais carregadas. Uma vez resolvido o pleito, Aarão vem a público lamentar o que chama de “tragédia”, convocando uma “frente ampla pela cidadania”, em 03 de novembro deste mesmo ano (REIS, 2018e).

Os debates a respeito do AI-5 no final do ano, data de aniversário de seus 50 anos, tomaram proporções mais atuais e maior conexão com o momento do país, com destaque dado à eleição de Bolsonaro e seus frequentes e tradicionais rompantes autoritários e golpistas desde o início de sua carreira pública. Carlos Fico faz intervenções na Folha de São Paulo em 13 de dezembro⁵⁶ afirmando que “A leitura do AI-5 deveria ser obrigatória para todos os que supõem que não houve ditadura militar no Brasil” (FICO, 2018b). Duas semanas depois, no mesmo jornal, o historiador seria citado e apareceria em matéria sobre a menção jocosa de Bolsonaro à Ponta da Marambaia, tradicional local de ocultação de corpos de militantes assassinados pelo regime militar. A matéria também resgata outras falas de Bolsonaro apologéticas a práticas de tortura e elogiosas ao regime militar (BALLOUSSIER, 2018).

Apesar destas intervenções, talvez a coluna mais densa a relacionar o AI-5 com os dias de então seja a coluna de Marcelo Ridenti à Folha de São Paulo, no dia 09 de dezembro, com direito a duas páginas completas no domingo anterior à comemoração dos 50 anos, retomando a marcha da violência de Estado e a ampliação da repressão desde o Golpe de 1964 até o momento do Ato Institucional (RIDENTI, 2018).

(...) Os psicanalistas ensinam que pesadelos recorrentes resultam de problemas não resolvidos que vêm à tona sob forma onírica. Social e politicamente, o pesadelo autoritário também se repete de tempos em tempos na sociedade brasileira, em sua caracterização peculiar, herdeira de séculos de colonialismo e escravidão, com poderes patrimoniais estabelecidos, em que o que se supõe moderno é estruturalmente indissociável do chamado arcaico, com a reprodução sem fim de desigualdades sociais, como

se elas fossem naturais, impedindo a realização de uma sociedade plenamente democrática. Artistas e intelectuais têm participado desse pesadelo recorrente, que tentam expressar ou desvendar. O governo Bernardes nos anos 1920, o Estado novo de 1937, o golpe de 1964, o AI-5 em 1968, uma sucessão de pesadelos tira o sono também no presente. Quem consegue dormir com um barulho desses? (RIDENTI, 2018).

Daniel Aarão encerrou o ano em coluna no dia 29 de dezembro, no Globo, colocando em contexto mundial a eleição brasileira e a crise das democracias como um problema internacional (REIS, 2018f). O historiador acreditava que Bolsonaro não se “amansaria” no comando do executivo federal, nem tampouco que as instituições teriam força capaz para enquadrá-lo nesta situação. Sua intervenção relacionava a conjuntura mundial de então com a situação vivida na década de 1930, quando, segundo ele “os corporativismos estatais, o nazifascismo e o socialismo autoritário pareciam imbatíveis”; seguindo o combate ao socialismo real, mesmo quando ele não está em questão. Aarão fez mais um apelo à participação da “sociedade” em movimento para reegrar o presidente eleito, mas não faz nenhuma relação do momento com a Ditadura Militar, ou com a compreensão do conjunto dos momentos decisivos da década que deram condições políticas para a eleição de Bolsonaro.

O ano de 2019 foi marcado por uma menor aparição de todos os historiadores. Nas poucas vezes em que tiveram intervenção, seguiram combatendo o fortalecimento da presença das FFAA no interior do executivo na medida em que puderam. Neste roldão, de maneira inédita Carlos Fico parece abandonar completamente sua postura de mediação e críticas ponderadas às FFAA, chamando-as de “grupo conservador mais organizado do país” em 20 de janeiro na Folha de São Paulo (VALENTE, 2019). Fico também teceu longo e contundente comentário contra o primeiro ocupante do Ministério da Educação de Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez, quando este indicou que era momento de rever a totalidade da narrativa colocada em livros didáticos sobre a Ditadura Militar e, em termos gerais, relativizar completamente o entendimento de uma ruptura institucional ao momento do Golpe de 1964. Segundo a matéria:

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou ontem que os livros didáticos passarão por uma revisão para que as crianças ‘possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua História’. Em entrevista ao ‘Valor’, Vélez citou como exemplos o golpe de 1964, que classificou como constitucional, e a ditadura militar, que disse ter sido ‘um regime democrático de força’.

– (O golpe) Foi uma votação no Congresso, uma instância constitucional, quando há a ausência do presidente. Era a Constituição da época e foi seguida à risca. Houve uma mudança de tipo institucional, não foi um golpe contra a Constituição da época, não – analisou o ministro, segundo quem a ditadura surgiu ‘de uma composição e de uma decisão política (...) em que o Executivo chamou a si mais funções.

[Continua o ministro] - O papel do MEC é garantir e regular a distribuição do livro didático, e preparar o livro didático de forma tal que as crianças possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua História”.

Para Carlos Fico, professor de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e um dos principais pesquisadores sobre o período, a fala do ministro é “lamentável”. “É um insulto à inteligência e uma afirmação da ignorância. É tentar negar o que é inegável. Além de um desconhecimento de historiografia e do material didático brasileiro, que tem pesquisas muito críticas a esse período e sem ocultar aspecto nenhum. A produção didática não é esquerdista, ela também vê de maneira crítica a esquerda. Temos títulos que são muito criticados pela esquerda.” (...) O golpe de 1964 foi um golpe violento que teve um derrotado: a sociedade brasileira. Apesar de marcos como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” e o apoio de diversos setores, como a Igreja e a imprensa, que depois se tornaram críticas à ditadura, não existiu um clamor pela derrubada de Goulart. (...) É uma visão equivocada do ministro e uma tentativa de justificar o injustificável. (KAPA, 2019)

Sublinham-se os elementos discursivos mais incisivos e também a denúncia da justificativa da ditadura nas palavras do ministro de Estado. A forma como Vélez resgatou a argumentação constitucionalista do movimento golpista de 1964 apontou tendência semelhante à vivida no regime presente, do transformismo legal ao fechamento do regime democrático.

Ainda neste ano, Daniel Aarão veio a público debater a situação nacional, mencionando pontualmente o Regime Militar. Em maio, embalado pelas manifestações estudantis que denunciavam os contingenciamentos orçamentários da educação e que colocava em risco o funcionamento das instituições públicas de ensino; manifestações que foram nomeadas pela União Nacional dos Estudantes como *Tsunami da Educação*. Em ambas as intervenções, Aarão interpretou que estaria em curso uma “crise da democracia”, e faz calorosos chamados pela adesão da sociedade civil ao chamamento estudantil (REIS, 2019a). Aos 31 dias de março, ao primeiro momento em que Bolsonaro ordenou a comemoração do Golpe Militar, Aarão soltou interessante matéria na Folha de São Paulo (REIS, 2019b) onde discute a escalada da extrema-direita junto de uma avaliação geral sobre o período militar e a transição. Nesta matéria, Aarão faz questão de reforçar que a falta de compreensão sobre a participação civil no Golpe e no regime militar tem como produto direto a possibilidade de um “mito Bolsonaro”, e que a falta de auto-crítica concreta da esquerda abandonando o que chama de “nacional-estatismo” e “tradição autoritária” também contribuem para a profundidade e o alcance da crise. Chama atenção o combate que Aarão costura contra o negacionismo da Ditadura, num contexto onde Bolsonaro havia acabado de ordenar a comemoração do dia 31 de março:

(...) A ideia era enterrar as heranças varguistas e a cultura política nacional-estatista. A aposta foi perdida. A propósito deste governo, brotou a formulação de que teria sido uma ditadura branda, uma “ditabranda”.

Como então classificar, entre outras arbitrariedades, as prisões e cassações de direitos políticos e civis, as torturas acobertadas, a dissolução dos partidos políticos, o fechamento do Congresso e a alteração arbitrária da legislação eleitoral? Recusar evidências não é rever a história, mas negá-la. É negacionismo, a eliminação da história. (...)

Muito já se fez para desvendar essas cumplicidades [da participação civil no processo], muito ainda há que se fazer para compreender como se comportaram os cidadãos comuns sob a ditadura. Mais pistas poderão daí advir para entender o “mito Bolsonaro”. (REIS, 2019b)

Aarão também retoma o antigo debate que era tão presente nos anos 2000 sobre a disposição golpista da esquerda e segue fazendo o combate ao socialismo real no conjunto de seu entendimento sobre as forças sociais que atuaram durante a ditadura:

(...) Entre os [opositores] radicais [do regime] encontravam-se as correntes revolucionárias, armadas, que tentaram derrotar os militares, destruir o capitalismo e construir uma sociedade alternativa. Almejavam uma ditadura revolucionária que asseguraria a transição nos moldes do socialismo autoritário plasmado pela Revolução Russa e confirmado pelo exemplo cubano. (REIS, 2019b)

Neste roldão, e para retomar sua proposta de periodização, Aarão apresenta também sua interpretação sobre o fim do período ditatorial e sua transição alongada. A interpretação de Aarão é de que Geisel começa a abertura em 1974 e que a suspensão dos Atos Institucionais, em especial o AI-5, marca o fim da ditadura propriamente dita para um período amplo de transição que se encerra em 1988. Com esta argumentação, faz afirmações fortes e questionáveis, defendendo que o governo de João Figueiredo já não era ditatorial:

(...) É certo que último general presidente, João Figueiredo, tomou posse ainda nos marcos da ditadura, mas governou sem o apoio dos atos institucionais. Sua gestão se conciliava com os aparelhos repressivos e com atentados terroristas de extrema direita, *mas os tribunais agiam com autonomia. Não havia presos políticos. A imprensa não era censurada. Os partidos políticos e os sindicatos funcionavam em liberdade.* (REIS, 2019b, grifos nossos)

Como catarinense com conhecidos que foram presos por João Figueiredo e sua polícia na Novembrada, enquadrados na Lei de Segurança Nacional, não posso deixar de pontuar a inverdade destes elementos levantados pelo autor, já amplamente discutida (MIGUEL, 1995). Nem entraremos no mérito da “liberdade” que havia para o movimento sindical – lembrar de Volta Redonda já nos anos 90 -, ou da “autonomia” dos tribunais. Por fim, Aarão encerra sua última participação de maior peso nos jornais colocando sua posição política e refletindo sobre o lugar dos historiadores no debate público.

(...) Gostaria de explicitar de que ponto de vista falo, pois ninguém pensa sem premissas ou princípios. Depois de uma longa trajetória, identifiquei-me com o socialismo democrático, ainda por nascer, a ser alcançado pela persuasão, pela participação e pelo voto, distante do capitalismo, sempre desigual e injusto, e também do socialismo autoritário. Essas referências não devem incidir sobre o que é essencial no ofício do historiador – a busca da evidência e da verdade. (...) Aos historiadores cabe resistir, afirmando, para além de interpretações que podem e devem variar, os compromissos éticos com as evidências e as verdades – por mais fugazes e provisórias que essas sejam, apenas entrevistas como ruínas sob os relâmpagos das tempestades, na bela metáfora de Walter Benjamin. (REIS, 2019b)

Os primeiros meses de 2020, janeiro e fevereiro, marcos temporais onde se encerra esta pesquisa, passam incólumes para os historiadores e não há debate sobre a da Ditadura Militar. Fico e Aarão fazem intervenções durante os últimos meses de 2019 e inícios de 2020, mas para comentar temas variados que não necessariamente se comunicam com a problemática.

Tal momento entre os anos de 2013 e 2020 é marcado por uma intensificação substantiva das aparições de historiadores, acompanhada de uma contínua mudança de teor e objetos de debate. Se nos primeiros anos do milênio e entre 2009 e 2013, os historiadores efusivamente debatiam a qualidade, o alcance e a necessidade de superar os “cacos da ditadura no regime democrático”, tal discurso sofre uma transformação substantiva nos últimos anos, em especial no que tange aos elementos de discurso e aos alvos parciais movidos pelos autores para defender suas concepções de “democracia”, “supremacia civil” e “liberdade”. Chama atenção o gradativo fenecimento da temática da “disposição golpista ou autoritária das esquerdas na conjuntura de 1964”, mesmo que volte a aparecer vez ou outra. Podemos supor que os autores, apesar da miríade de posições que exararam ou não exararam através dos momentos decisivos da vida política nacional nestes anos, preferiram abrandar o combate aos ideários da luta armada e, fundamentalmente, da mobilização deste elemento de análise para formação de consciência histórica sobre o quadro geral do regime e de sua superação. Aos anos finais, 2018 e 2019 em especial, há uma escalada crescente de documentos e intervenções onde os autores são chamados a recuperar os elementos mais primordiais da existência de um regime militar, da inconstitucionalidade e ilegalidade do reconhecimento da vacância da presidência em 1964, além de outros atos arbitrários e persecutórios do regime fascista.

* * * * *

Seria injusto colocar os três autores em categorias únicas ou classificá-los em bloco havendo tamanhas diferenças entre suas matrizes epistemológicas, posicionamentos políticos gerais, seu interesse de pesquisa e o espaço oferecido para que interviessem na imprensa pública durante o período em questão.

Patente é a proeminência de Aarão Reis como principal autor a intervir, legitimado pelo estatuto de militante de esquerda independente, participe da resistência armada à Ditadura Militar, crítico às experiências socialistas reais e, de alguma forma, polêmico no meio acadêmico

– seja por suas posturas historiográficas ou relativas ao movimento dos trabalhadores universitários⁵⁷. Restam-nos perguntas sobre a diminuição de espaço para os historiadores intervirem no debate nacional que acontece de 2015 a 2018, quando suas aparições se restringiram a debates generalistas, muitas vezes indiretos e sem ligação com a crise política do país.

Daniel Aarão teve mais espaço para intervenção, e optou por utilizá-lo de maneira mais intensiva em comentários gerais sobre a conjuntura internacional e nacional, abstendo-se do debate histórico-historiográfico propriamente dito – por mais tênue que esta linha seja – ainda que seja um pesquisador da história contemporânea. Tal estatuto não desfavorece o autor ou a qualidade de sua produção, mas permite ganhar mais alcance, reconhecimento, e trânsito na opinião pública, ao mostrar versatilidade e também concordar muitas vezes com leituras gerais da mídia hegemônica.

O alinhamento político de Daniel Aarão com as posições dos jornais fica evidente no que tangia: a) a qualidade ditatorial do regime cubano, de Fidel Castro e do conjunto da experiência revolucionária cubana (ALMEIDA, 2019), (REIS, 2011b), (MOTTA, OTAVIO, LAMEGO; 2004); b) a celebração e interpretação progressista da Primavera Árabe (REIS, 2011c); c) a qualidade ditatorial, persecutória e autoritária da República Popular da China (REIS, 2012c), (REIS, 2017c), (REIS, 2018b), (REIS, 2016f), (MOTTA, OTAVIO, LAMEGO; 2004); d) a característica ditatorial do regime de Hugo Chávez e depois Nicolás Maduro (apesar de louvar o trabalho de Chávez no momento de sua morte) (ALMEIDA, 2019), (REIS, 2013c), (REIS, 2013d), (FILHO, VENCESLAU, AMENDOLA, 2017); e) a defesa de Walesa e do Solidarinosc, movimento cristão conservador que derrubou o regime socialista na Polônia nos anos 1980 (REIS, 2014b); f) a qualidade ditatorial, autoritária e antidemocrática da Revolução Russa e da experiência de transição ao socialismo das Repúblicas Socialistas Soviéticas (REIS, 2017d), (REIS, 2010c), (CAZES, 2014), (REIS, 2018d), (REIS, 2017e), (GODOY, 2017); g) a qualidade ditatorial e antidemocrática da República Socialista do Vietnã (REIS, 2018); h) a denúncia liberal ao governo Putin (REIS, 2015d), (REIS, 2012b); j) a crítica ao regime governado por Bashar Al-Assad na Síria (REIS, 2011b); k) a crítica à República Democrática da Alemanha com o mesmo teor às demais experiências de transição ao socialismo (REIS, 2019c), e l) a crítica liberal ao regime iraniano, em especial no fim da última década (REIS, 2020). Não

⁵⁷ Mencionamos aqui as 8 vezes ao longo dos 20 anos em que Aarão interveio na mídia agitando suas posições sobre o movimento sindical. Em resumo, Daniel teve várias colunas em O Globo para criticar movimentos grevistas em 2003, 2005 e 2015. Aarão critica a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior em diversos momentos e questiona a legitimidade de suas instâncias.

à toa, é também um dos autores mais chamados ao debate nos jornais, para além de intervenções que partem de si diretamente em seu espaço cativo.

Ao longo dos vinte anos, é correto dizer que as principais bandeiras do historiador foram pelo seu entendimento de radicalização da democracia, pautada na moralização das instituições públicas contra a corrupção sistêmica⁵⁸, a crítica ao transformismo petista e tucano, voltada contra a perda de suas “qualidades reformadoras advindas da oposição à ditadura”, a preocupação e a denúncia do crescimento das forças de extrema-direita em nível internacional, e o combate aos remédios rebaixados oferecidos pela esquerda europeia, norte-americana e brasileira às crises que se seguiram a partir de 2008. Na seara do debate sobre a ditadura, Daniel Aarão tem como questão caríssima a discussão sobre o caráter civil do Golpe Militar, as relações da sociedade com as Forças Armadas, seu apoio, suporte, a relação de lideranças partidárias tradicionais das oligarquias históricas brasileiras em apoio às forças golpistas. Tal interpretação faz o autor alinhar suas críticas à luta armada contra o regime, à atual periodização dominante no pensamento brasileiro e ao processo de abertura como um todo. A prioridade de Aarão por debater e criticar um suposto ocultamento da participação civil, parece reiteradamente querer responsabilizar o conjunto da sociedade pelo processo ditatorial. Como se o consenso construído na sociedade civil e a coerção aplicados no sentido de construir legitimidade política explicassem e responsabilizassem o conjunto da sociedade indiscriminadamente pelo movimento dado pelos setores das FFAA, orientados pelo imperialismo. Aarão também faz questão de recordar a falta de enfrentamento das esquerdas à situação posta em marcha.

É nesse contexto que se escoram aqueles que acreditam que a periodização que reconhece a posse de José Sarney como marco de transição está equivocada, justamente por identificar a ascensão de um civil ao poder – mesmo de modo tutelado e mediado – com a construção de democracia no país. Aarão entende que democracia, mesmo que limitada e com “cacos ditatoriais” só foi estabelecida em 1988 com a constituição e que de 1979 a 1988 houve um grande período de transição, de um Estado de direito autoritário, transitado de um Estado ditatorial propriamente dito (REIS, 2019a).

Para além do reconhecimento dos limites políticos e dos entulhos ditatoriais presentes na constituição de 1988, Aarão encara, como historiador, intelectual e político, as tarefas de

⁵⁸ Termo que o autor busca construir em diferenciação à prática de crucificação estéril de figuras individualmente, no sentido de isolar o que veio a se tornar o “lavajatismo” e a tradição política do discurso anticorrupção ligado ao conservadorismo; apesar do autor aderir ao conjunto da operação da Polícia Federal.

democratização da ordem social brasileira com muito pragmatismo e certo idealismo, compreendendo a constituição aprovada de 1988 como importante vitória das forças democráticas, pano de fundo para mobilizações em favor do aprofundamento das liberdades políticas, civis, e do desenvolvimento econômico para superação das desigualdades sociais. No entanto, o mesmo pragmatismo movido por Aarão em sua postura para com o que entende como as dificuldades reais da sociedade brasileira, se traduz em não reconhecer, ou pelo menos, insistentemente advogar contra o reconhecimento, de linhas de força históricas que ligam o regime militar com a ascensão da direita e da extrema-direita no cenário nacional na segunda metade da década de 2010. Dezenas foram as vezes em que o autor interveio ou foi utilizado pelos órgãos de imprensa como um tranquilizador das consciências no sentido de desligar ativamente as experiências pretéritas das experiências presentes – os perigos pretéritos e seus agentes de seus continuadores presentes. Se por um lado os movimentos reais de cada época são todos eles únicos, respondendo a determinações sociais e históricas em desenvolvimento, que impedem a repetição histórica por sua própria natureza, e nesse sentido há justeza, em princípio de tais tipos de advertências; a postura do autor parece, pelo menos até fins de outubro de 2018, advogar pela interpretação da peculiaridade inédita e descolada daquela conjuntura pretérita.

Em nenhum momento Aarão alertou acerca dos perigos políticos à ordem democrática ou os relacionou com a marcha golpista dos anos 1960 entre 2013 e 2016, momentos fundamentais para a sedimentação do consenso golpista na sociedade brasileira. Nem mesmo quando Jair Messias Bolsonaro utilizou de seu tempo na sessão da Câmara dos Deputados para louvar Carlos Alberto Brilhante Ustra, em seu voto pela deposição ilegal da presidente da república, Aarão optou por fazer qualquer alerta no sentido do golpismo e da corda bamba onde já estava dançando a constituição de 1988. Ao momento da eleição onde Bolsonaro sairia vitorioso, Aarão se contentou em fazer uma coluna indireta em defesa de todas as candidaturas rivais ao capitão, mais lamentando a decisão que deveria tomar, que tomando postura ativa contra o processo político mais profundo expresso naquela candidatura. Aarão possuiu 6 entradas nos jornais de maior circulação do país ao mês das eleições de 2018, apenas uma coluna voltada ao seu envergonhado posicionamento no pleito – onde nem menciona o nome dos candidatos de oposição à Bolsonaro -. Soma-se a esta intervenção duas matérias posteriores à eleição lamentando seu resultado e um punhado de debates sobre a paternidade da ideia da existência de um “movimento de 64” em oposição à categorização como um golpe, forçada pelo presidente do STF.

A virada depois das eleições é latente, e Daniel passa então a colocar as debilidades mais abertas do regime democrático brasileiro e os perigos envolvidos na eleição e no governo de Bolsonaro para este pacto social. De qualquer forma, deste que é o historiador mais visível na imprensa de massa, hegemônica e com maior abertura, o que marca sua passagem pela imprensa no conjunto do processo de destruição da Constituição são suas ausências e a descontinuação histórica sistemática que busca construir entre experiências pretéritas com o desenvolvimento coevo da história brasileira.

Muito mais difícil é traçar perfis de intervenção dos outros dois autores, que possuem muito menos abertura e presença nos jornais. Carlos Fico, no entanto, ainda goza de espaço midiático substantivo, o que permite com que possamos esboçar algumas propostas de interpretação sobre suas intervenções.

Num contexto geral, a alteração de teor do discurso do historiador também aconteceu em vista dos acontecimentos correntes nos anos deste período, embora talvez localizados de maneira anterior, desde 2016 e 2017 tomando posturas mais abertas contra a avalanche do discurso anticorrupção no seio da sociedade. Fico, que aparecera com destaque em todos os períodos reivindicando a abertura dos documentos e o livre acesso às evidências históricas ocultadas pela Ditadura teve este como seu principal tópico de debate, inclusive em dimensões político-táticas, fator facilmente identificado no correr da discussão sobre o caráter e o alcance da Comissão Nacional da Verdade. Fico não comentou as manifestações de 2013 e as conseguintes experiências políticas de massa que vergaram à direita o espectro político em 2014 e 2015 da mesma forma que os outros autores, mas também teve menos aparições num geral e uma condição assessorial maior que os outros. Em diversas matérias, Fico foi citado como lastro intelectual para a legitimidade do entendimento e fonte segura para a compreensão da intervenção estadunidense no processo do Golpe de 1964. Nesse sentido teve menos espaço autoral livre para discorrer e mais de seu discurso instrumentalizado, apesar deste processo ocorrer de forma diferente do que ocorreu com Daniel Aarão⁵⁹. Fico aproveitou todos os momentos posteriores a 2017 para reafirmar a atualidade da discussão e do entendimento público sobre a Ditadura Militar. Seu tom inclusive escalona, ao ponto de passar em 2007 para reconhecer a seriedade e civilidade das FFAA a, no início de 2019, as tratar como o núcleo organizado mais conservador e encastelado ideologicamente da sociedade brasileira.

⁵⁹ Com a devida licença para alertar que Daniel Aarão também foi mal interpretado e instrumentalizado durante o período, tendo por exemplo maior o episódio caricatural junto do presidente do STF e a questão do “movimento de 64”.

Marcelo Ridenti, como representante dos historiadores que apareceram muito mais ligados às efemérides relacionadas ao golpe e ao regime que em outros momentos – apesar da exceção importante de seu comentário sobre as manifestações de 2013 – tem intervenção ainda menor e, portanto, mais difícil é a tarefa de esboçar interpretações sobre seus entendimentos ao longo de todo o período. Ridenti fez parte de todas as discussões centrais referentes à ditadura durante a década, opinando sobre o processo da CNV e a revisão da Lei de Anistia. Ridenti goza de alguma liberdade maior na Folha de São Paulo⁶⁰, onde teve oportunidade de comentar as “Jornadas de Junho” e tecer maiores comentários de pena própria. A principal diferença entre este autor e os outros nos parece estar justamente em seu entendimento do processo de transição democrática e também nas vicissitudes contemporâneas daquelas tensões de força, coisa que também conecta, de maneira completamente contrária ao sentido que o faz Aarão. Ridenti também é o único que se utilizou das oportunidades permitidas para colocar em dúvida mais aberta, desde o início, todo o processo político na década de 2010, nos termos da periodização deste trabalho, compreendendo a possibilidade de uma inflexão mais profunda à possibilidade de agressão mais direta do conteúdo da constituição de 1988 a partir das “Jornadas de Junho” até a eleição de Bolsonaro.

⁶⁰ Importante notar certa regionalidade e tendência de concentração dos veículos aonde os autores puderam expor mais seu trabalho. Ao passo que Aarão possui o jornal O Globo como principal lugar de atuação, a Folha de São Paulo parece ter abrigado de maneira mais equânime o conjunto dos três, e foi onde Ridenti e Fico mais tiveram intervenção.

Filiação política, mediação e revisionismo

Como já posto anteriormente, os movimentos de posição desenhados pelos autores nestes anos atestam muito mais a vontade política dos jornais, o projeto político da grande imprensa e seus desdobramentos reais na disputa das ideias na sociedade que uma contribuição científica apurada e detida, com uso circunscrito em meios de impacto mais mediado como a academia. No entanto, há espaço para uma liberdade mesmo que tutelada e uma intervenção restrita de posições divergentes e de certa forma “rebeldes” à sequência de linhas editoriais dos jornais no período, muito também porque a própria existência de uma imprensa que se vende como democrática exige esta abertura. Neste sentido, cabe destacar o papel cumprido nesta fresta de possibilidade de ação dos historiadores no interior da mídia, através do material expresso em seus momentos decisivos no capítulo anterior.

Marcelo Ridenti é um agente quase sem espaço. Dentre os três autores, é o de menor aparição, apesar do peso e do fôlego de alguns de seus materiais, em especial na Folha de São Paulo. No entanto, teve crucial participação no entendimento mais temporão da possibilidade de deterioração política nacional, a partir de 2013, das consequências da eleição de Bolsonaro, e talvez por isso mesmo não tenha tido mais espaço entre os anos de 2013 e 2018, no interregno entre a flutuação de posições da grande imprensa, que operava para a constituição de um ambiente social golpista. Neste sentido, Ridenti, em suas intervenções, teve papel destacado como intelectual filiado à defesa do processo de ampliação do controle civil sobre o poder, mobilizando justamente argumentos e posições históricas, sublinhando memórias que alertassem contra a marcha das elites sobre as liberdades políticas, as condições econômicas e nível de abertura democrática do Estado. Em especial no que tange à desmoralização dos torturadores, na necessidade de atenção e reflexão crítica sobre o desenvolvimento das tensões sociais na década de 2010 em perigo de uma recidiva autoritária, Ridenti é o mais pontiagudo comentarista dos três. É neste espírito que Ridenti habilmente apresenta um grande apanhado crítico e aguçado aos militares, no momento de falecimento de Jarbas Passarinho em 2016, com um artigo que, aproveitando-se de um certo clima de enlutamento da edição do jornal, liga-o diretamente à trajetória política de Michel Temer e explora todas as barbaridades ligadas à figura, para desmoralizar ambos os governos golpistas de 1964 e de 2016, apesar da forma sutil e indireta da crítica (RIDENTI, 2016b).

Carlos Fico se destaca pela intransigente postura militante, desde os primeiros até os últimos anos das duas décadas, contra o ocultamento documental e pela construção de uma

interpretação histórica de responsabilidade e crítica sobre o período; o historiador se destaca por isso, e também possui este lugar no chamamento midiático a sua figura. Sem ter espaço de ação, Fico não foi chamado para comentar o processo golpista de 2016 e não tomou posturas decididas nos anos seguintes em relação ao ocorrido de maneira mais ou menos clara⁶¹. No entanto, ganhou espaço ampliado e foi enfático em posições ostensivas de desmoralização do governo Bolsonaro e de sua articulação política com a experiência do regime militar. Isto é, apesar da postura caudatária ao longo de todo o período, Fico teve protagonismo em seguir o debate do mérito do regime militar, da ocultação da documentação e da supremacia do poder civil no interregno entre 2014 e 2018, antes de assumir postura mais intensa após a eleição do capitão.

Daniel Aarão Reis, no entanto, possui intervenção substantivamente mais intensa, mais diversa em termos de temáticas e objetivos, e muito mais espaço em geral; mais confiança por parte da imprensa também, por consequência. Ao longo dos quase vinte anos de documentação analisada, é possível dizer que o autor só possuiu posições de peso divergentes e militantes relacionadas à Ditadura Militar e sua relação com o presente contras às do jornal O Globo – principal veículo que o abriga - em dois momentos: 1) sobre a necessidade da revisão da Lei de Anistia, 2) sobre a eleição de Bolsonaro. No conjunto do restante dos momentos, apesar de elementos pontuais de rebeldia, Daniel Aarão costurou blindagem importante à legitimação da deterioração do regime, em conformidade com as posições da imprensa e das classes dominantes, apesar de sempre alertar da fragilidade e imaturidade de nossa democracia. Daniel Aarão, se não foi conscientemente, foi instrumentalmente utilizado como intelectual orgânico das classes dominantes ao longo de praticamente todo o processo, em especial nos momentos decisivos, como o impedimento da presidente Dilma, a criminalização do ex-presidente Lula e a própria eleição de Bolsonaro, quando agiu de maneira melancólica e passiva.

Os três intelectuais, no entanto, em graus diferentes, se comunicam com um processo mais profundo categorizado e descoberto por Domenico Losurdo em sua obra *Guerra e Revolução* (LOSURDO, 2017). Neste estudo, o filósofo-historiador italiano faz um resgate profundo dos debates da intelectualidade ocidental em diferentes momentos dos séculos XIX e XX a respeito em especial da Revolução Francesa, da Revolução Americana e a Guerra de Secessão,

⁶¹ Com a exceção de sua aparição no compilado de textos *Historiadores pela Democracia*, onde faz um comentário muito brando sobre o fato de Temer ser um vice-presidente sem decore, mas sem caracterizá-lo como um golpista. (FICO in MATTO, H.; BESSONE, T.; MAMIGONIAN, B.G., 2016, pg.139-140)

da Revolução Russa e o que chama de *Segunda Guerra dos Trinta Anos* – o conjunto do período que engloba as duas Guerras Mundiais do século XX.

Avaliando a produção historiográfica de autores como Edmund Burke, François Furet, Hannah Arendt, junto de uma miríade de outros autores ingleses, estadunidenses, francêses e alemães, Domenico Losurdo identifica o complexo e contraditório processo através do qual se constitui uma política-estratégica para operar a contrarrevolução permanente no campo da luta ideológica, a partir de meados do século XIX até os dias atuais. Em busca de orientar o enfrentamento ao movimento popular e suas expressões teórico-ideológicas, Losurdo identifica que no campo da historiografia – fração da luta ideológica geral – as classes dominantes e sua intelectualidade orgânica construíram um conjunto de práticas e formas de interpretação da história, em especial dos episódios da história contemporânea⁶², que busca esterilizar o conteúdo revolucionário do período contemporâneo, obscurecer as relações de força, as motivações políticas e a filiação social dos agentes envolvidos nos processos históricos de maior importância desde finais do século XVIII. Tal política-estratégica o autor nomeia de *liquidação da tradição revolucionária*, construindo um conjunto de práticas revisionistas e negacionistas no seu interior.

Em *Guerra e Revolução*, Losurdo demonstra a facilidade e a frequência com que heróis são transformados em vilões, vítimas de perseguição política postos em bancos dos réus, e respostas violentas dos oprimidos são tacitamente equiparadas ao poder de fogo de Estados nacionais inteiros ou moralmente postas em balanças anacrônicas, para coibir ou constringer a tradição revolucionária inaugurada em 1789. Para Losurdo, trata-se de movimento imprescindível para a afirmação do que chama de neoliberalismo⁶³, e com isso suscita e apresenta posições de Ludwig von Mises e Friedrich Hayek. É justamente a destruição desta tradição revolucionária, se comunicando e confirmando a tese da chamada *decadência ideológica burguesa*, no sentido da autofagia dos elementos civilizatórios postos em marcha pela burguesia na segunda metade do século XVIII, que move este tipo específico de reinterpretação e revisitação violenta e mistificadora do passado histórico, garantidora da liquidação do processo civilizatório contemporâneo em favor da acumulação livre de capitais e de ordens sociais competitivas que se adequem aos ritmos de deterioração de um capitalismo envelhecido. Losurdo retoma com cuidado toda a trajetória de momentos decisivos dos conflitos sociais desde a Revolução Francesa e identifica

⁶² Entendida aqui como os processos históricos passados no período aberto pela Revolução Francesa.

⁶³ Ponderações importantes que concretamente qualificam e superam o entendimento raso imposto por esta categorização “neoliberalismo” da atual política econômica ortodoxa burguesa podem ser encontradas em (BARBOSA, 2001)

a necessidade crescente de demonização – pasmem – dos “vencedores” parciais dos conflitos sociais a partir do final do século XVIII: a coroa francesa, decapitada pelo furor revolucionário teria sido terrorificamente decepada com um gesto de desumanidade; o nazismo, transformada em mal menor e sócio maior no combate à Revolução Russa de 1917; a Guerra de Secessão, uma precipitação contra humildes e prestativos fazendeiros que viviam da força de trabalho escravizada no sul dos Estados Unidos da América.

Losurdo, no entanto, não defende uma posição teleológica, ou uma filosofia da história que, contrariada, acusaria tantas outras vertentes com a pecha de *revisionistas*. O filósofo entende a natureza interpretativa e plural da disciplina histórica, mas identifica nestes momentos decisivos da história contemporânea um fio condutor de narrativas que possuem intencionalidades em comum, no sentido de corroborar com políticas contemporâneas ocultando ou mistificando tacitamente o conteúdo objetivo ou subjetivo – no entendimento da interpretação política coeva de então -, de experiências históricas. Para Losurdo:

Não há dúvidas que a pesquisa historiográfica seja uma incessante revisão dos resultados de pesquisas anteriores. É uma proposição até mesmo tautológica. Mas, atendendo-se a essa tautologia, não se capta a especificidade de um fenômeno cultural e político que se manifesta num contexto bem determinado e em relação a acontecimentos e a um ciclo histórico bem determinados. Exceto quando houver referência a esse movimento bem determinado, este livro falará de releituras e reinterpretções, mais que de revisões da história. (LOSURDO, 2017, p.41)

O autor também entende que não há uma única forma de revisionismo ou negacionismo. A possibilidade de adesão à perspectiva da liquidação da tradição revolucionária não acontece de maneira monolítica e homogenia. Como diversos processos sociais e dinâmicas da luta de classes, a construção da luta ideológica também compreende um certo grau de diversidade de posições no interior de seus polos mais dinâmicos, com divergências entre autores e matizes diferentes da ordem de utilidade mesma para os objetivos estratégicos e táticos das classes em conflito. Neste sentido, Losurdo defende uma perspectiva comparativa para o estudo da história, assim como diferencia o que é revisionismo de negacionismo:

Utilizando-nos da lógica hegeliana, podemos dizer que um juízo negativo simples pode se limitar a negar a espécie, ou um dos seus indivíduos, sem que se discuta o gênero: esta rosa não é vermelha, mas, a despeito disso, ela pertence ao gênero rosa; uma revolução tem características singulares que a diferenciam de outra, mas ambas continuam sendo enquadradas na mesma categoria revolução. Porém, existe também o juízo negativo infinito, que nega o gênero como tal: isto não é uma rosa; esta não é uma revolução, mas um golpe de Estado; isto não é um genocídio, mas algo diferente, a ser determinado posteriormente mediante negações ulteriores e, portanto, mediante relações ulteriores. Em todos os casos, a comparação é inevitável. A única alternativa a ela é o silêncio diante do inafável. Para ser falado, descrito e compreendido, um fenômeno histórico deve ser comparado, por mais horrível que seja. (LOSURDO, 2017, p.42)

Nos interessa em especial a leitura de Demian Melo sobre a obra de Losurdo, justamente por posicionar a historiografia brasileira – e internacional – sobre o Golpe Militar, no interior deste processo revisionista. Em seu texto *Revisão e revisionismo histórico, os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas* (MELO, 2013), o professor da UFF, ao compilar o pensamento de muitos dos autores também analisados por Domenico Losurdo, acresce ao balanço historiográfico internacional produzido pelo italiano a experiência brasileira referente ao período militar. Com ênfase nas intervenções de Argelina Cheibub, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis, Demian Melo demonstra como de fato a vacilação e as argumentações frágeis no sentido da explicação das origens e da legitimidade construída pelo Golpe Militar de 1964 construíram uma perspectiva que se soma ao processo de liquidação da tradição revolucionária que Losurdo aponta em seus escritos. A narrativa segundo a qual Jorge Ferreira desenha o golpe como uma reação assustada de empresários contra “os ímpetus radicais de Jango”, ou mesmo como Aarão aponta, uma ação das classes dominantes em defesa “da democracia” – mesmo que qualificando o sentido destas categorias em seus contextos de maneira não literal – são fios condutores que ligam o processo nacional ao panorama global do revisionismo histórico.

Neste caso, os três autores analisados neste trabalho colaboram com a narrativa revisionista, mesmo que em diferentes graus, e com pesos diversos na imprensa ao longo do período. Em especial no início da década de 2000, os três são chamados a defender e confirmam a posição da suposta “disposição golpista das esquerdas”, tese que desmoraliza e desmobiliza qualquer efeito valorativo sobre a resistência armada ao Golpe e à Ditadura, no bojo do mesmo processo revisionista que em diferentes momentos iguala a violência que luta contra a tirania, àquela aplicada pela tirania.

Vale lembrar as passagens pontiagudas do artigo do jornal O Globo *Resistência democrática, dogma que desaba* (MOTTA, OTAVIO, LAMEGO; 2004) de 29 de março de 2004 onde todos os autores aqui analisados, em conformidade com o tom proposto pelos jornalistas, exararam posições extremadas contra a resistência armada:

Um dogma precioso aos adversários da ditadura militar iniciada a 31 de março de 1964 está em xeque. Novos estudos realizados por especialistas no período – alguns deles integrantes dos grupos de oposição ao regime autoritário – propõem uma mudança explosiva, que semeia fúria nos defensores de outras correntes: chamar de resistência democrática a luta da esquerda armada na fase mais dura do regime está errado, historicamente falando.

- Falava-se em cortar cabeças, essas palavras não eram metáforas. Se as esquerdas tomasses o poder, haveria, provavelmente, a resistência das direitas e poderia acon-

tecer um confronto de grandes proporções no Brasil – atesta Daniel Aarão Reis, professor de História da UFF e ex-guerrilheiro do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) – Pior, haveria o que há sempre nesses processos e no coroamento deles, fuzilamentos e cabeças cortadas.

(...) – As esquerdas radicais se lançaram na luta contra a ditadura, *não porque a gente queria uma democracia, mas para instaurar o socialismo no país por meio de uma ditadura revolucionária, como existia na China e em Cuba.* Mas, evidentemente, elas falavam em resistência, palavra muito mais simpática, mobilizadora, aglutinadora. Isso é um ensinamento que vem dos clássicos sobre a guerra. [diz Aarão]

Professor de sociologia da Unicamp, *Marcelo Ridenti argumenta que o termo “resistência” só pode ser usado se for descolado do adjetivo “democrática”.* - Houve grupos que planejaram a ação armada ainda antes do golpe de 1964, caso do pessoal ligado ao Francisco Julião, das Ligas Camponesas. Depois de 1964, *buscava-se não só derrubar a ditadura, mas também caminhar decisivamente rumo ao socialismo.*

Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ autor do aclamado “Como eles agiam”, sobre o funcionamento do regime, *Carlos Fico chama de ficção a idéia de resistência democrática.* Ele também ataca a crença de que a luta armada foi uma escolha motivada pela imposição do AI-5. – A opção de pegar em armas é anterior ao ato institucional. Alguns grupos de esquerda defenderam a radicalização antes de 1968 – garante ele. (...) (MOTTA, OTAVIO, LAMEGO; 2004, grifos nossos)

A medir pela reação e a leitura dos historiadores, a única condição em que pareceria legítima uma posição de oposição ao regime ilegal de exceção seria aquela que, de maneira conservadora e restauradora, propugnasse *pela harmoniosa e progressista república de 1964 antes do 1º de abril.* A criminalização do ideário dos sujeitos que optaram pela luta armada em simplificações inadvertidas, as suposições futurologistas sobre a possibilidade da tomada do poder pelas esquerdas e, fundamentalmente, o juízo sobre a validade da luta armada, todos estão completamente encharcados pelo espírito revisionista explicado por Melo e Losurdo. Reforçamos aqui mais uma vez a ausência de qualquer debate sobre o mérito da violência, a qualidade da democracia antes e depois do regime e a substância real do poder.

Evidentes ficam as posições dos autores pelo fortalecimento das interpretações que criminalizam a ideologia socialista por si e que, no caso em questão, transformam sujeitos que se levantaram contra o regime militar em vilões que buscavam constituir uma ditadura de outra espécie. Equiparam a violência que se fundava no combate à ditadura à violência que impusera, dirigira e construíra a Ditadura, continuidade histórica da violência de coerção para garantia da forma brasileira de capitalismo autocrático. Nem mesmo os fundadores do liberalismo moderno poderiam negar o direito de um povo a tomar armas contra a tirania – mas mesmos estes preceitos foram apagados pela voracidade e incivilidade completa da ideologia burguesa decadente, que transforma guerrilheiros socialistas em sanguinários. A pergunta que estão respondendo os autores, e não apenas em 2004, mas como antes demonstrado no capítulo anterior em diversos momentos das duas décadas, é, na verdade: “são criminosos os socialistas?”, e a esta resposta todos os autores estão respondendo positivamente.

Releva-se o fato de que estes socialistas não tomaram o poder, não apresentaram sua interpretação de socialismo para a sociedade brasileira e foram trucidados pelo Estado brasileiro, lutando contra um regime ilegal, imoral, policial e que liquidava qualquer oposição substantiva. A estes sujeitos que se levantaram com armas, os historiadores lançam crítica mais profunda. “Cortariam cabeças”, “fuzilariam sem piedade”, “fariam uma guerra acontecer”. A esta sequência futurológica vergonhosa poderíamos responder: Eles cortaram? Fuzilaram? Foram eles que brandiram guerra contra a sociedade brasileira? Atentamos o leitor para a profundidade e o alcance da ideologia dominante no meio acadêmico do maior prestígio no Brasil. A quem serve dizer que Carlos Lamarca desertou, passou meses de penúria e foi alvejado por 7 disparos, deixando esposa e dois filhos, lutando contra a Ditadura, para, na verdade, cortar cabeças com ideias putrefeitos e violentos sem qualquer razão? Talvez com menor intensidade e carga dramática, façamos outro exercício: a quem serve dizer, nas décadas de 2000 e 2010, que Dilma Rousseff, José Dirceu ou José Genoíno foram soldados de forças ditatoriais (sem maiores qualificações do termo) no Brasil?

Tais posições voltam em cena novamente em 13 e 14 de janeiro de 2012, em coluna de Demerval Pereira para O Globo (PEREIRA, 2012^a), (PEREIRA, 2012b). No artigo em questão, Demerval relata à homenagem recebida por Luiz Werneck Vianna, no 15º Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia, que o ornou com o prêmio Florestan Fernandes. Em entrevista no mesmo dia, Luiz Werneck Vianna se colocaria fortemente contrário à revisão da Lei de Anistia e apresentaria os seguintes argumentos relatados por Demerval na coluna, debate que estava em voga no momento:

(...) A minha posição não acompanha as posições majoritárias aí na *intelligentsia*. Acho que a gente deve recuperar a história, mas *o passado passou, é página virada*. A esta altura, rasgar a Lei da Anistia seria jogar o país numa crise, não sei para que. – O mais importante no raciocínio de Werneck Vianna, no entanto, é o que toca em outro tabu da política brasileira: os que estão querendo reabrir a questão são, na sua definição, “as forças derrotadas, ou seja, a luta armada”. E os que fizeram acordos “que nos trouxeram à democracia” foram as grandes lideranças políticas que, segundo o sociólogo, “tiveram muito clara esta questão: anistia real, geral e irrestrita”. Werneck Vianna insiste: “Não foram elas (as forças derrotadas) que nos trouxeram à democracia. Nos momentos capitais, elas não estavam à frente, na luta eleitoral, na luta política, na Constituinte. (O deles) era outro projeto.” A ideia de rever a anistia é, para o sociólogo, “politicamente anacrônica”. Para ele, “os direitos humanos dizem respeito aos vivos. Aos mortos, o velho direito de serem enterrados como Antígona (protagonista da tragédia grega de Sófocles) quis enterrar o irmão em solo pátrio. É o que esta Comissão da Verdade está fazendo.” (...) O historiador Carlos Fico, da UFRJ, em trabalho justamente sobre as negociações políticas que desembocaram na anistia, lembra que “a Lei de Anistia de 1979 foi uma das etapas do longo processo de superação do regime militar. Assim, para que se possa interpretá-la corretamente, é fundamental considerar o contexto em que foi aprovada”, mostrando que “a maioria dos membros da oposição no contexto da negociação política que se estabeleceu, aceitou a anistia tal como foi proposta pelo governo.” (...) Carlos Fico lembra que Geisel tomou várias

iniciativas que atenuaram a opressão política como o abrandamento da censura à imprensa e o restabelecimento do habeas corpus para crimes políticos.” (...) Mas o projeto de governo incluía o perdão para os chamados “crimes conexos”, fórmula obscura, segundo Fico, adotada porque o governo não estava apenas preocupado com torturadores. Ao anistiar os “crimes políticos ou praticados por motivação política”, o projeto garantia que, no futuro, nenhum militar seria punido em função das ilegalidades praticadas durante a ditadura. Como registrou o brasileiro Thomas Skidmore, a anistia foi “uma transação política, com o objetivo de conciliação”. (PEREIRA, 2012a, grifos nossos com exceção de “intelligentsia”)

A coluna recebeu resposta imediata do deputado federal e historiador Chico Alencar (PSOL-RJ), que fazia parte da Comissão Parlamentar da Verdade e da Justiça, no dia seguinte, que fulminou as posições de Werneck e Fico:

Segundo o deputado, atuará “com firmeza, serenidade e visão do processo histórico”. Ele garante que “ninguém quer torturar torturadores, realizar prisões arbitrárias, negar direitos de defesa nem praticar crimes de qualquer revanchismo, mas sim fazer valer o direito ao conhecimento histórico, à memória coletiva e à Justiça.” Também professor de História, Chico Alencar admite que “toda lei, em qualquer sociedade, é resultado das circunstâncias conjunturais, sem dúvida”. Mas acha que “por isso mesmo nenhuma lei é pétrea, intocável, perene”. Ninguém quer, como afirma Werneck Vianna, “rasgar a Lei da Anistia”, e sim reinterpretá-la de acordo com as necessidades do Brasil do século XXI, diz Alencar, alegando que “até a Corte Interamericana de Direitos Humanos entende assim. Isso é avanço civilizatório e não anacronismo.” (...) O deputado do PSOL diz que quando se alega que também houve prática “terrorista” por parte daqueles que se insurgiram contra a ditadura, igualando-os aos torturadores, “omite-se que estes agiam, sem legitimidade para tanto, em nome do Estado, sobre pessoas já imobilizadas, e aqueles pagaram seus atos com prisão, sevícias cruéis, banimento, morte”. (...) O que queremos, diz o deputado, “é que as novas gerações da hierarquia militar não se solidarizem com processos espúrios que só desonraram seus estamentos”. Que corporativismo é esse que assume como seu “patrimônio” práticas que atentam contra os mais elementares direitos dos homens e dos animais? pergunta Chico Alencar. (...) Ele lembra que, na África do Sul, muitos “dos que ainda estão vivos e conscientes” tiveram “a hombridade de reconhecer que praticaram atrocidades, caminhando assim para o que em direito se chama de arrependimento eficaz”. Chico Alencar acha que “nossa gente precisa reverenciar é a luta daqueles que nos trouxeram a democracia, mesmo com suas limitações atuais, inclusive os jovens que pegaram em armas contra o fascismo brasileiro, em inglória batalha”. Ele lembra que, ao contrário de Werneck Vianna agora, “todos os que resistiram ao arbítrio pela via exclusivamente institucional reconhecem a coragem histórica dessa geração e seu papel na redemocratização – a começar por Ulysses Guimarães.” Alencar acha que a chamada “transição pelo alto”, pactuada, negociada, “só aconteceu também porque alguns colocaram suas próprias vidas em risco para romper o círculo de ferro do regime militar”. (PEREIRA, 2012b)

Estes dois documentos sintetizam o conjunto mais profundo do problema político de interpretação e análise sobre a história do Brasil, desde o Golpe de 1964 ao período de abertura e ao conjunto das tensões de força na sociedade nacional. Quem deu o Golpe? Por que deu o Golpe? Para que serviu o regime militar? Quem distensionou o regime? Por que distensionou? Para quem serviu a distensão? O que temos de entender do conjunto deste processo? Pelas palavras de Werneck Vianna podemos acessar um conjunto importante de informações sobre a interpretação das classes dominantes a respeito de todas essas perguntas. Vianna aponta sem pudor: não foram os derrotados que refizeram a “democracia” - foram os vencedores. Vianna

não aponta se estes seriam da estirpe de Ulysses Guimarães ou João Figueiredo, mas faz questão de explicitar que o regime se autossuperou. Foram seus elementos internos que decidiram, colidiram e resolveram a distensão. Foi a oposição esterilizada do MDB que dirigiu o processo, já encharcada de concessões e conciliações com o conjunto da ARENA. Neste sentido, analisar todo esse processo, levando em conta que a oposição ao regime militar era apenas aquilo que foi o MDB; não só é uma inverdade, mas é a narrativa do regime. Quem fundou o MDB não foi a oposição ao regime militar, pelo contrário. O regime militar estabeleceu o pequeno cercado que iria delimitar o que aturaria por oposição legal, esta que passaria por processo de domesticação e esterilização mais profunda.

Por óbvio que o processo da anistia foi uma pactuação para abertura, mas que abertura? Pensemos em termos militares. Em uma situação de equilíbrio perigoso de forças, em que um dos exércitos avança e toma posição privilegiada, desorganiza a capacidade de enfrentamento do inimigo, persegue suas lideranças, chacina dirigentes políticos, desmonta as condições sociais e culturais para a guerra e depois dirige uma Anistia, que Anistia é essa? Imaginemos que uma força estrangeira ocupa mais de 80% do território de um povo com forte apoio imperialista durante quase um século, estabelece colônias e assentamentos, segrega e controla a capacidade de reprodução social e política do povo autóctone, não reconhece seus líderes e trata com a autoridade, que esta mesma força invasora definiu como representante dos povos originários – imaginemos que depois de tudo isso a força estrangeira queira trégua em seus termos. Que termos são estes? Que trégua? Se interpretamos que esta paz é restauração verdadeira estamos mentindo. Se louvamos esta paz por si, servimos o invasor. Fico opera nesta coluna como um legitimador do discurso do regime, que por competência e decência foi contraposto por Chico Alencar, em valente documento exarado no dia seguinte.

Analisando estas posições, Demian Melo vai além quando analisa a obra de Aarão Reis. Para Melo, a cruzada de Aarão pela cristalização de sua proposta de periodização, a pregação pela categoria “ditadura civil-militar”, e tantas batalhas categoriais do autor no sentido de reforçar e sublinhar as ligações civis do regime também está profundamente envolvida com o discurso revisionista. Para Melo, Aarão busca construir uma narrativa que explique simplesmente que o golpe e o regime são reflexos de uma sociedade autoritária, o que para além do óbvio, tem outro uso, o da desresponsabilização e o da dispersão relativa da legitimidade do regime. Ora, se o regime teve como cúmplice a maior parte da sociedade, ou construiu esta cumplicidade, o que fazer? Esta é a pergunta que Aarão não responde, e que, em aberto, legitima a violência autoritária contra as oposições armadas e também relativiza a responsabilidade pela

quebra do direito e o golpeamento do Estado pelas Forças Armadas – apesar do autor não negar a existência do golpe ou da violência.

Demian Melo contribui também para pensarmos a possibilidade de categorização destas obras como revisionistas, advertindo aos perigos de uma história inconteste ou oficial, mas também alerta aos modismos e à falta de lastros objetivos e subjetivos que possam efetivamente contribuir com o progresso do conhecimento histórico percebendo a incorrência do revisionismo.

Por fim, vale uma breve nota. Após realizar uma genealogia do revisionismo, Enzo Traverso acaba por sugerir que a crítica historiográfica deveria abandonar tal termo (Traverso, op. cit., p. 101). Tal postura advém da preocupação de que o termo implicasse na aceitação de uma História “teologizada” que acabasse por produzir uma visão normativa sobre o passado – algo como uma “História oficial”. Ora, o que esse tipo de postura acaba deixando de lado é aquilo que talvez seja o mais essencial das polêmicas historiográficas discutidas neste artigo: que é a produção de uma visão normativa da História oriunda da própria operação revisionista; ou seja, de que, sem que seja submetido a um combate consequente, o revisionismo venha a ser tomado como norma (Cf. Soutelo, op. cit., pp. 102-3). Nesse sentido, abrir mão de criticar as operações revisionistas arroladas nesse texto conduz a uma visão ingênua sobre a evolução da historiografia contemporânea, contribuindo para a mistificação segundo a qual essa evolução seja uma mera sucessão de modas intelectuais, e pior, de que as narrativas mais recentes sejam necessariamente melhores do que os trabalhos considerados clássicos. (MELO, 2013, p. 71)

Importante notar como o combate feito por revisionista a respeito da Ditadura Militar também pode e incorre em visões normativas dogmáticas. Poderíamos inclusive apontar que Aarão incorre de tal forma ignorando as evidências concretas sobre o governo João Figueiredo por exemplo, para adequar ao seu modelo revisionista da participação civil e do fim do regime propriamente ditatorial em 1979.

Em síntese, a questão no âmbito deste trabalho, não é a de buscar culpados, erros ou julgar a atitude destes historiadores como intelectuais que contribuem para a luta de classes. O que queremos é compreender onde se inserem neste conjunto de determinações da luta de classes que está posto e atravessa suas produções; ou seja, de sua filiação política ao projeto revisionista e de suas consequência no interior deste interim, das primeiras décadas de nosso século XXI.

Aderindo às posições que privilegiam o combate aos combatentes da Ditadura, em detrimento do combate à tirania, estes autores prepararam caminho contribuindo pra sucessão caótica de crises políticas que deslegitimaram o conjunto da esquerda que é tributária e possui ascendência histórica no combate à Ditadura Militar, tanto na luta armada quanto fora dela. Neste sentido, a contínua construção de desprestígios estruturais, como problemas das raízes do pensamento das esquerdas, são regra durante todo o período, com exceções pontuais. Os três

historiadores, em alguns mais e outros menos – por exemplo, apesar de tudo, Daniel Aarão foi o único dos três a defender a revisão da anistia – contribuíram com a interpretação oriunda das forças do regime militar sobre si.

Cabe pontuar com toda certeza que os principais responsáveis pela irradiação de uma historiografia revisionista, filiada a posições reacionárias internacionalmente, são os meios de imprensa fundamentalmente, que possuem alcance muito maior e condições político-comunicativas muito mais eficazes para construção e disputa de consciência na sociedade. Nosso trabalho se pautou pelo estudo dos historiadores nestes meios, onde tiveram espaço drasticamente limitado. O grau de limitação de sua autonomia, com os instrumentos desta pesquisa não podemos aferir. Foram os meios que escolheram os historiadores, determinaram seus espaços, o tamanho de suas autonomias relativas, considerando, no entanto, que os historiadores não tiveram o controle determinante destes elementos, mas para além disso, guardam-se outras determinações. Cabe alerta que os conglomerados de mídia aqui estudados foram os mesmos meios que consolidaram o consenso golpista em 1964 e 2016. No entanto, a responsabilidade dos meios não diminui o fato de que as posições historiográficas revisionistas ou mistificadoras dos autores são de sua responsabilidade, e precisam ser levadas à crítica, apesar de suas intenções pessoais ou características políticas laterais. Daniel Aarão e Carlos Fico não integram nem integraram a intelectualidade orgânica que maquinou o Golpe de Estado de 2016 em seus momentos táticos determinantes, nem muito menos construíram interpretações apologéticas da Ditadura Militar, não obstante, suas interpretações, ainda mais as tomadas parcialmente e pontualmente no interior do processo político contemporâneo fortaleceram posições reacionárias e conservadoras na sociedade.

Tal situação também é consequência do estatuto desengajado e mistificador que defende Norberto Bobbio para o intelectual no interior da política contemporânea, como pudemos debater no primeiro capítulo deste trabalho. Desligado das tensões explícitas de classe centrais e de entendimentos mais totalizantes a respeito do conflito social, o intelectual-historiador é facilmente manobrado para posições hegemônicas que cumprem funções sociais concretas, com consequências sociais concretas – mesmo que isso não esteja de acordo com seu pensamento e ideais. Estes historiadores são todos filhos do seu tempo, foram formados e são cotidianamente educados no conjunto de ideais das classes dominantes e não foram formados para imediatamente assumirem posturas realmente críticas às raízes da formação social brasileira.

Se partirmos da intenção social manifestada pelos autores no conjunto do seu entendimento sobre a história, isto é, ao redor da luta pela supremacia civil do poder de Estado, da

radicalização da democracia e cotejamos com o conjunto de posições que asseveraram nestes anos, não podemos deixar de retomar as palavras de Florestan Fernandes sobre a constituição desta “oposição”, como salientamos no início deste trabalho:

Pode-se concluir, pois, que está em curso uma dupla "abertura". Ela não leva à democracia burguesa, mas à consolidação da autocracia burguesa: 1º) por pretender ampliar e consolidar a democracia de cooptação, abrindo-a "para baixo" e *para a dissidência esterilizada ou esterilizável*; 2º) por querer definir o alcance do poder legítimo excedente, que deve ser conferido constitucional e legalmente ao Estado autocrático. Não se trata de um "retorno à democracia", que nunca existiu, nem de uma tentativa de abrir o caminho para uma "experiência democrática" autêntica. (FERNANDES, 2020, p.443, grifos nossos)

Ou seja, estes autores, querendo ou não, se inseriram no conjunto do processo de esterilização da oposição à ditadura e fundamentalmente aos seus atores sociais e econômicos internos e externos, que por fim colaboraram com o processo de desagregação da Constituição de 1988, como vivemos atualmente. Este processo, enquadrado nos parâmetros historiográficos que Losurdo e Melo nos apresentam, deve ser entendido como vertente articulada globalmente nas tensões atuais da luta de classes mundial, especificamente na luta ideológica por memória e entendimento histórico da realidade social na fase mais decadente do capitalismo.

Podemos salientar, a título de alerta, que estes autores não são infalíveis e nem devem ser cobrados enquanto tal. Os debates atuais do campo da história do presente anotam a relação que existe entre o grau de exposição dos historiadores para a opinião pública junto da possibilidade de erros analíticos dado o momento de acometimento rápido pela oportunidade de expressar posição e aproveitar o espaço dado. No entanto, a continuidade do conjunto mais geral de posições dos autores ao longo dos vinte anos analisados nos impedem aqui de apontar que suas filiações, junto do pensamento e dos interesses dominantes a respeito da Ditadura Militar, sejam apenas uma série coerente de acidentes. Isso não significa que estes autores apoiaram pessoalmente o processo de destruição do pacto político-social de 1988 e seus desdobramentos, ou que tenham sua importância acadêmica diminuída pela contribuição que deram à posição dominante, mas que seus trabalhos fortalecem esse processo.

Conclusão

A despeito das limitações de escopo, da falta de diversidade de fontes, podemos arriscar algumas conclusões a respeito da intervenção dos três autores na imprensa no período em questão.

Como intelectuais orgânicos importantes, chamados a legitimar posições presentes com interpretações do passado envolvidas em projetos de futuro mais ou menos identificados com as evidências e com rigor científico, os historiadores na mídia nestes anos tiveram espaço reduzido e tutelado. Pela própria natureza dos veículos analisados, que exige aparecimentos pontuais e debate mais sintético, o aparecimento de historiadores foi diminuto. Aqueles que mais tiveram condições para apresentar posições se filiaram a posições grosso modo revisionistas, em maiores ou menores graus de adesão aos editoriais do conjunto dos três jornais analisados, pelo menos até 2017 com maior fôlego; e com isso, contribuíram para os processos políticos dirigidos pelo conjunto das classes dominantes brasileiras neste período.

Manobrados pela possibilidade de aparição em respeito ao seu acionamento por parte dos editoriais, o reaparecimento de posições críticas – em alguma medida até derrotistas – desde fins de 2018 em diante, também podem indicar pistas sobre o tipo de relação que os grandes conglomerados midiáticos nutrem com o governo Bolsonaro e suas posições atualmente. No seio de conflitos entre as oligarquias fisiológicas e as velhas classes dominantes brasileiras com a extrema-direita, identificada com o bolsonarismo, o militarismo e o fechamento do regime, tais posturas também podem se inserir. Apesar de operar significativa desmoralização política, fazer oposição e denunciar flertes autoritários mais abertos de Bolsonaro com o conjunto das liberdades democráticas, – como também se expressa na intervenção de Daniel Aarão em outubro de 2018 nas páginas dos jornais (REIS, 2018d) -, a imprensa como porta voz das classes dominantes brasileiras tradicionais esbarra em contradições determinantes. A qualidade e o alcance do enfrentamento dado pela imprensa dominante, a ligação do regime atual com o regime de 64 que busca obscurecer, fica escondida no interior de um sentimento de inevitabilidade do bolsonarismo, acompanhada da concordância explícita com a aplicação de sua política econômica e social que segue a ortodoxia das academias pseudo-liberais, neoconservadoras e profascistas – a da desindustrialização, da destruição do trabalho formal e de garantias legais de proteção trabalhista, da reprimarização econômica acelerada e da venda acelerada do patrimônio público.

O aparecimento tardio de críticas a Bolsonaro e a postura mais abertamente ofensiva dos historiadores contra o atual presidente acontece justamente neste processo contraditório através do qual a grande imprensa e significativos extratos das classes médias e altas buscam uma posição de oposição política formal à Bolsonaro ao passo que concordam e coadunam com seu programa sócio-econômico em larga escala. Atuam com o ambiente já esterilizado. Neste bojo, a crise de desagregação substantiva da Constituição de 1988 acontece ao mesmo tempo fortalecida e contraposta pela ação midiática – à medida que busca frear a forma reacionária e extremista, incorpora e fortalece o conteúdo do arrocho fiscal, estrangulamento do investimento estatal e da defesa da soberania nacional, que em muitos momentos pode prescindir de elementos mais ou menos autoritários a depender da situação política nacional.

No contexto geral dos debates a respeito deste episódio marcante e determinante da história política brasileira, nos últimos vinte anos, os historiadores tiveram pouco espaço para apresentar reflexões aprofundadas a respeito das origens, das permanências, das características do regime militar e de sua relação com o regime contemporâneo. Aqueles que tiveram mais possibilidades para apresentar e suscitar reflexões incorreram em argumentações revisionistas, e tiveram espaço peculiarmente reduzido nos anos de 2015 a 2018, momentos determinantes para a construção de ambiente político favorável ao processo golpista. O maior expoente entre os historiadores foi um revisionista que cumpriu papel de intelectual orgânico para as classes dominantes brasileiras, apesar das tantas mediações que apresentamos anteriormente. Cabe a reflexão também, pela aparência de que, quanto maior a liberdade política e a estabilidade progressista nacional, maior foi o espaço conferido para a atividade de historiadores nas folhas dos jornais.

Aparenta também, que a falta de debate filosófico-histórico sobre a qualidade do que chamamos de “democracia”, “violência” e “poder” em nossa sociedade foi substrato fértil para o fortalecimento destas posições revisionistas e a pobreza analítica que favoreceu o ambiente social golpista de 2016. Ademais, a falta de filiação clara dos autores, em especial nos momentos pós-2016 pelo combate ao processo golpista atesta a absorção dos valores bobbianos, que impregnam grande parte da comunidade acadêmica nacional.

Tomando por base a hipótese de que a crise do nosso tempo presente depende também de uma crise interpretativa da Ditadura Militar e do seu processo parcial de desagregação, podemos concluir que a atividade restrita e limitada dos historiadores analisados neste trabalho, onde tiveram autonomia relativa e posicionamento político, favoreceu uma interpretação mistificadora do processo interno de luta social no interior da Ditadura Militar, a desqualificação

de agentes presentes e a normalização e naturalização de instituições de Estado frágeis que cederam e estão cedendo à pressão reacionária no momento atual.

Para melhor constituir um quadro sofisticado da intervenção destes e demais autores na cena política nacional é necessário que se continue a pesquisar o debate público para além das searas impressas, para os meios audiovisuais contemporâneos, a internet e a grande mídia em todas as suas faces contemporâneas, em tempos em que o jornal impresso perde públicos substanciais para outras formas de comunicação de massa. Além disso, a ação política independente destes agentes – em partidos, entidades de classe, no movimento popular e na vida pública em geral -, somada as suas contribuições teórico interpretativas completas, não puderam ser analisadas neste trabalho, momentos também determinantes que colaborarão, sem dúvida, para uma compreensão mais total do processo de intervenção destas figuras no interior da crise política contemporânea.

Anexos

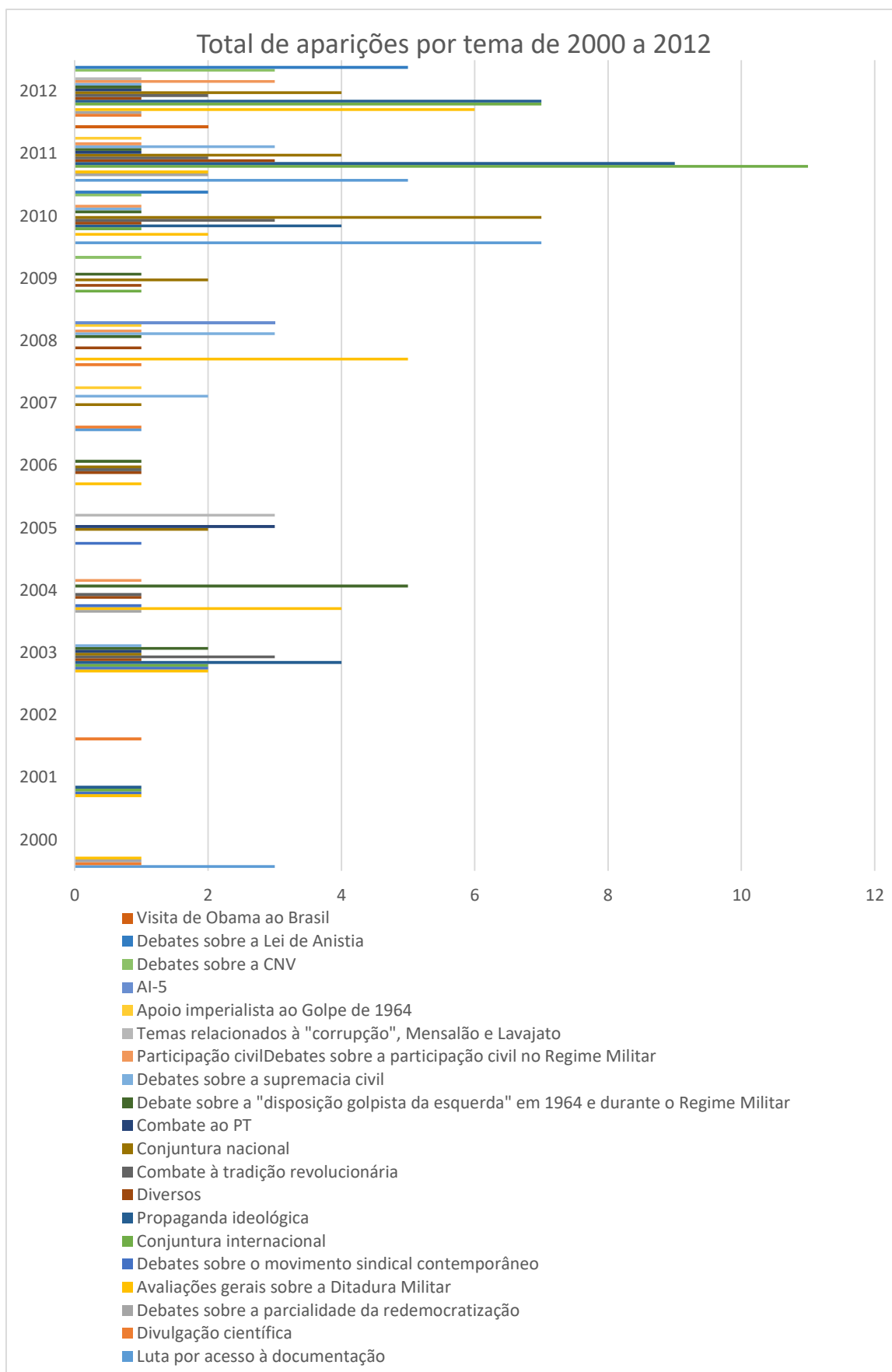


Gráfico 6 - Total de aparições por tema de 2000 a 2012

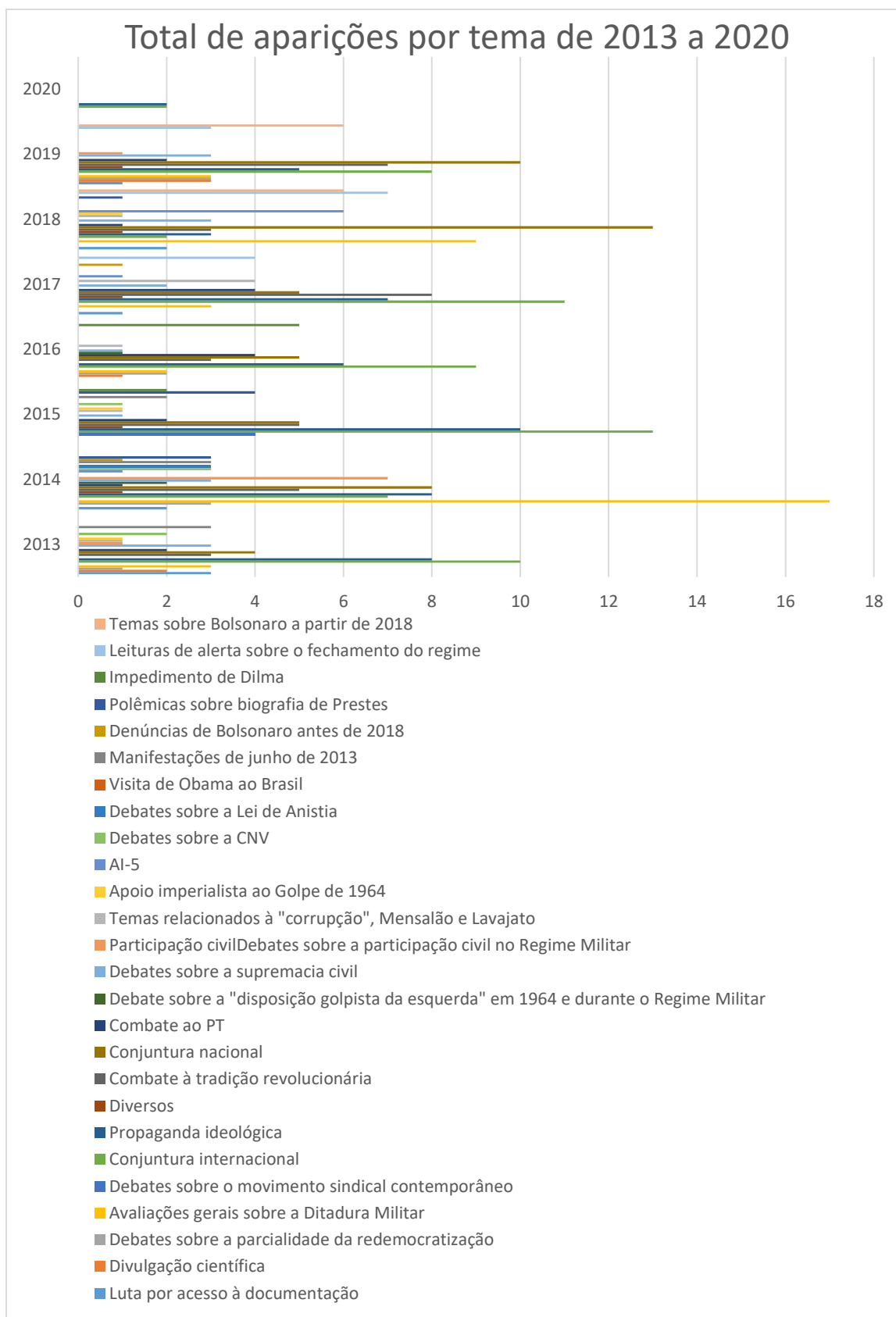


Gráfico 7 - Total de aparições por tema de 2013 a 2020

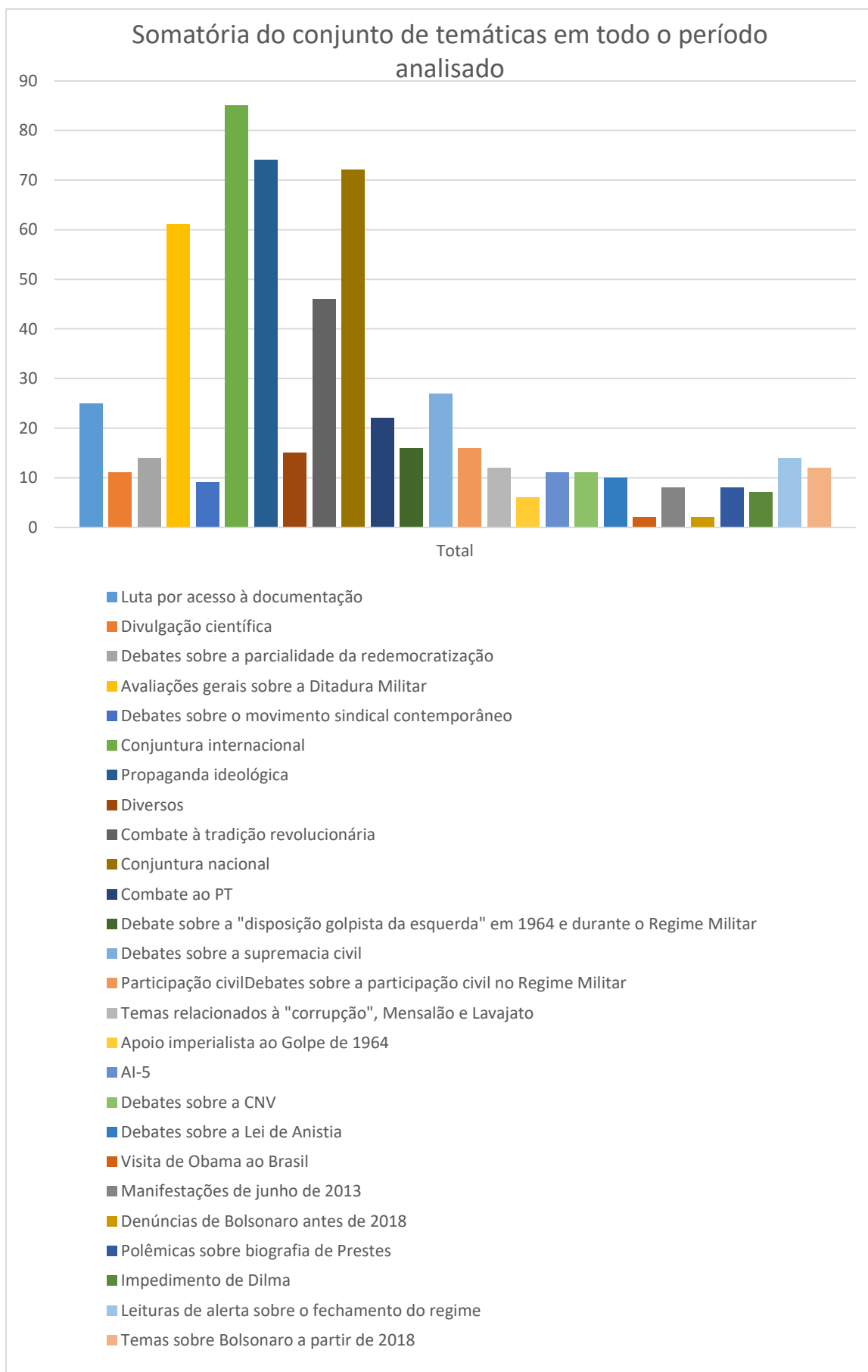


Gráfico 8 - Somatória do conjunto de temáticas em todo o período analisado

Fontes

- REIS, Daniel Aarão. *A cruz, a espada e o partido*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 de janeiro de 2003. Jornal de resenhas.
- REIS, Daniel Aarão. *A longa noite da repressão*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 de janeiro de 2003. Caderno Mais.
- RIDENTI, Marcelo. *Gaspari demonstra o sabido sempre negado*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 de novembro de 2003. Ilustrada.
- REIS, Daniel Aarão. *O dragão da moralidade*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 de julho de 2005. Opinião, p.7
- REIS, Daniel Aarão. *Entre fogueiras e reformas*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2005. Opinião, p.7
- MOTTA, Aydano André; OTAVIO, Chico; LAMEGO, Cláudia. *Resistência democrática, dogma que desaba*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 de março de 2004. O País, p.8
- ALVES, Gustavo. *Luz em tempos sombrios*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 de maio de 2006. Prosa & Verso, p.5.
- RIDENTI, Marcelo. *Quem tem medo das ossadas?*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 de setembro de maio de 2000. Opinião, p.7.
- REIS, Daniel Aarão. *A hora do condor*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 de maio de 2000. Opinião, p.7.
- CONDE, Miguel. *Um passado presente*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 de abril de 2007. Prosa & Verso, p.7-9
- FRANCO, Bernardo Mello. *Militares querem mais adidos no exterior*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2008. O País, p.10.
- ALMEIDA, Cássia. *Daniel Aarão Reis - 'Controle militar é um equívoco'*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 de abril de 2007. Economia, p.20.
- OTÁVIO, Chico. *Visão sobre civis no AI-5 divide historiadores*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2008. O País, p.10
- OTÁVIO, Chico. *Os 'guarda Costa' da ditadura no Congresso*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 2008. O País, p.8
- RIDENTI, Marcelo. *Ditadura: nunca mais!*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 de março de 2009. Opinião, A3
- FREITAS, Guilherme; CONDE, Miguel. *O julgamento da Anistia*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 2010. Prosa & Verso, p.1-3
- REIS, Daniel Aarão. *Anistia, uma revisão*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 2010. Opinião, p.7.
- KRAMER, Dora. *Fantasma ao meio-dia*. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 de março de 2012. Nacional, A6
- FICO, Carlos. *Impunidade e transição sem ruptura motivam protestos*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 de março de 2012. Poder, A12
- PEREIRA, Merval. *Conciliação*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2012. O País, p.4

HISTORIADORES ELOGIAM RELATÓRIO SEM 'NOVIDADES'. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 de dezembro de 2014. Poder, A10

REIS, Daniel Aarão. *A Comissão da Verdade vai ser à brinca ou à vera?. O Globo, Rio de Janeiro, 15 de maio de 2012. Opinião, p.6*

MENDONÇA, Ricardo. *Maior parte da população quer anular a Lei de Anistia. Folha de São Paulo, São Paulo, 31 de março de 2014. Poder, A4*

RIDENTI, Marcelo. *O golpe de 1964, aqui e agora. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 de março de 2014. Opinião, A3*

PILAGALLO, Oscar. *Visões do Golpe. Folha de São Paulo, São Paulo, 29 de março de 2014.*

OTÁVIO, Chico. *'As relações, agora, passam pelo mundo empresarial'. O Globo, 20 de março de 2011. O País, p.14*

REIS, Daniel Aarão. *Os cabeças raspadas. O Globo, Rio de Janeiro, 29 de março de 2011.*

RIDENTI, Marcelo. *Vilões e heróis. Folha de São Paulo, São Paulo, 2 de dezembro de 2013. Opinião, A3*

VENCESLAU, Pedro. *'Não faz sentido chamar petistas de presos políticos'. O Estado de São Paulo, São Paulo, 23 de novembro de 2013. Política, A12*

FALCÃO, Márcio; RODRIGUES, Fernando. *Senado derruba sigilo eterno de documentos. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 de outubro de 2011. Poder, A8*

REIS, Daniel Aarão. *A primavera chegou no inverno. O Globo, Rio de Janeiro, 9 de julho de 2013. Opinião, p.14*

RIDENTI, Marcelo. *Que juventude é essa?. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 de junho de 2013. Opinião, A3*

FILHO, Antonio Gonçalves. *Revisão polêmica. O Estado de São Paulo, São Paulo, 22 de Março de 2014. Caderno 2, C3*

A volta dos protestos: demandas variadas e algo em comum. O Globo, Rio de Janeiro, 16 de março de 2015. País, 11B

AMADO, Guilherme. *50 anos do golpe – inquéritos seletivos – Comissão de investigação arquivou denúncias contra amigos do regime, mas devassou contas de opositores. O Globo, Rio de Janeiro, 16 de março de 2014. País, p.6.*

FICO, Carlos. *Os riscos da leitura vitimizadora. O Globo, Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2014. Prosa & Verso, p.6*

GÓIS, Ancelmo. *Ancelmo Góis. O Globo, Rio de Janeiro, 17 de março de 2014. Rio, p.12*

CAZES, Leonardo. *Entrevista – As conexões civis. O Globo, Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2014. Prova & Verso, p.2*

FERNANDES, Letícia; KRAKOVICS, Fernanda. *Cúpula do regime dava aval a atos de repressão, dizem historiadores. O Globo, Rio de Janeiro, 31 de março de 2014. País, p.5*

REIS, Daniel Aarão. *Uma estranha derrota. O Globo, 25 de março de 2014. Opinião, p.14*

FILHO, Antonio Gonçalves. *Entrevista, Daniel Aarão Reis – 'Tradição nacional-estatista prevalece'. O Estado de São Paulo, São Paulo, 22 de março de 2014. Caderno 2, C3*

RIDENTI, Marcelo. *1964: por que e para quê?. Folha de São Paulo, São Paulo, 31 de março de 2014. Opinião, A3*

- REIS, Daniel Aarão. *Pela esquerda, com a direita. Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 de outubro de 2014. Eleições 2014, p.7
- SANCHES, Mariana. *O olhar de ex-petistas e ex-militantes sob o país. O Globo*, Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 2015. País, p.9
- REIS, Daniel Aarão. *'Lula poderá aparecer como vítima'.* *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 de março de 2016. País, p.9
- REIS, Daniel Aarão. *Achar a porta que esqueceram de fechar. O Globo*, Rio de Janeiro, 29 de março de 2016. Opinião, p.22
- GÓIS, Ancelmo. *Ponto Final. O Globo*, Rio de Janeiro, 29 agosto de 2016. Rio, p.11
- RIES, Daniel Aarão. *Impeachment, golpe e democracia. O Globo*, Rio de Janeiro, 1 de setembro de 2016. País, p.21
- REIS, Daniel Aarão. *Aqui e agora. O Globo*, Rio de Janeiro, 25 de abril de 2017. Opinião, p.16
- GODOY, Marcelo. *Ex-petistas 'já sabiam' que Lula ia negar tudo. O Estado de São Paulo*, São Paulo, 12 de maio de 2017. Política, A7
- FICO, Carlos. *2018 o ano da incerteza. O Globo*, Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 2017. Rio, p.9
- FICO, Carlos. *Qual a ditadura que mais mal fez ao Brasil: a de 1937 ou a de 1964?. O Globo*, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2017. Rio, p.13
- GRILLO, Marco. *Condenação Unânime – Espólio em disputa – PT sai enfraquecido, e seu eleitorado vira alvo de cobiça. O Globo*, Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2018. País, p.12
- REIS, Daniel Aarão. *E se fosse uma filha sua?. O Globo*, Rio de Janeiro, 27 de março de 2018. Opinião, p.14
- DANTAS, Dimitrius; CARVALHO, Cleide. *Toffoli chama golpe militar de 'movimento de 64'. O Globo*, Rio de Janeiro, 2 de outubro de 2018. País, p.9
- FRANCO, Bernardo Mello. *Revisionismo de toga. O Globo*, Rio de Janeiro, 2 de outubro de 2018. País, p.5
- REIS, Daniel Aarão. *O que fizemos da democracia?. O Globo*, Rio de Janeiro, 6 de outubro de 2018. Opinião, p.3
- REIS, Daniel Aarão. *O guarda da esquina. O Globo*, Rio de Janeiro, 3 de novembro de 2018. Opinião, p.3
- FICO, Carlos. *Tiroteio. Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 de dezembro de 2018. Poder, A4
- BALLOUSSIER, Anna Virginia. *Eleito fez referência a área de desova de mortos pela ditadura. Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 de dezembro. Poder, A8
- RIDENTI, Marcelo. *50 anos de um pesadelo. Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 de dezembro de 2018. Ilustríssima, p.4-5
- REIS, Daniel Aarão. *Ninguém solta a mão de ninguém. O Globo*, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2018. Opinião, p.3
- VALENTE, Rubens. *Militares já se espalham por 21 áreas do governo, de banco estatal à Educação. Folha de São Paulo*, 20 de janeiro de 2019. Poder, A4
- KAPA, Raphael. *Vélez quer revisão da ditadura em livros didáticos. O Globo*, Rio de Janeiro, 4 de abril de 2019. Sociedade, p.25

- REIS, Daniel Aarão. *Os militantes do incêndio*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 de maio de 2019. Opinião, p.3
- REIS, Daniel Aarão. *Fantasma à direita e à esquerda*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 de março de 2019. Ilustríssima, p.3
- ALMEIDA, Marco Rodrigo. *Discurso de posse foi pura ideologia, dizem intelectuais*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 de janeiro de 2019. Poder, A10
- REIS, Daniel Aarão. *Muito pouco e muito tarde*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 de maio de 2011. Opinião, p.7
- REIS, Daniel Aarão. *Choro dos cubanos será pelos êxitos e fracassos*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2016. Opinião, p.3
- REIS, Daniel Aarão. *A revolta dos povos árabes*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 2011. Opinião, p.6
- REIS, Daniel Aarão. *Novas alianças estratégicas?*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de junho de 2012. Opinião, p.6
- REIS, Daniel Aarão. *Um herói do nosso tempo*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 de julho de 2017. Opinião, p.14
- REIS, Daniel Aarão. *Podres até o coração*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2016. Opinião, p.14
- REIS, Daniel Aarão. *A Comuna de Xangai*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 de setembro de 2018. Opinião, p.3
- REIS, Daniel Aarão. *O mito e o espectro de Hugo Chávez*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 de abril de 2013. Opinião, p.16.
- REIS, Daniel Aarão. *Entre passarinhos e elefantes*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 de maio de 2013. Opinião, p.16
- FILHO, Valmar Hupsel; VENCESLAU, Pedro; AMENDOLA, Gilberto. *'Silencia-se sobre governos autoritários'*. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 de julho de 2017. Política, A5
- REIS, Daniel Aarão. *Walesa, o mito refeito homem*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 de junho de 2014. Opinião, p.16
- REIS, Daniel Aarão. *Em fevereiro, há cem anos*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2017. Opinião, p.16
- REIS, Daniel Aarão. *Liberalismo, socialismo e democracia*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 de junho de 2010. Opinião, p.6
- CAZES, Leonardo. *As faces do líder*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2014. Prosa & Verso, p.1-3
- REIS, Daniel Aarão. *As armas e as palavras*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2018. Opinião, p.12
- REIS, Daniel Aarão. *Outubro, cem anos depois*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2017. Opinião, p.14
- GODOY, Marcelo. *Ecos de Outubro*. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 29 de outubro de 2017. Aliás, E4
- REIS, Daniel Aarão. *As armas e as palavras*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2018. Opinião, p.6

REIS, Daniel Aarão. *Os cadáveres em pé. O Globo*, Rio de Janeiro, 31 de março de 2015. Opinião, p.14

REIS, Daniel Aarão. *A primavera russa. O Globo*, Rio de Janeiro, 20 de março de 2012. Opinião, p.6

REIS, Daniel Aarão. *Nós somos o povo. O Globo*, Rio de Janeiro, 2 de novembro de 2019. Opinião, p.3

REIS, Daniel Aarão. *A terceira margem. O Globo*, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2020. Opinião, p.3

RIDENTI, Marcelo. *Morre aos 96 anos o ex-ministro Jarbas Passarinho. Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 de junho de 2016. Poder

PEREIRA, Merval. *Conciliação. O Globo*, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2012. O País, p.4

PEREIRA, Merval. *Conciliação II. O Globo*, Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 2012. O País, p.4

Referências

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco e Poética*. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.D. Ross. São Paulo: Nova Cultural, 1991
- BARBOSA, Geraldo Pereira. *Crítica do uso e abuso das noções de “globalização” e “neoliberalismo”*. Voz Operária – Jornal da Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes, primeiro semestre de 2001, nº6. Disponível em: <http://acoluna3.hospedagemdesites.ws/wp-content/uploads/2019/08/Cr%C3%ADtica-do-uso-e-abuso-das-no%C3%A7%C3%B5es-de-Neoliberalismo-e-Globaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 12 de dezembro de 2020.
- BLOCH, Marc. *A apologia da história: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997
- BRASIL, Emenda Constitucional nº103 de 12 de Novembro de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 20 de novembro de 2020.
- BRASIL, Emenda Constitucional nº95 de 15 de Dezembro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 20 de novembro de 2020.
- BRASIL, Lei nº 13.415 de 16 de Fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 20 de novembro de 2020.
- BRASIL, Lei nº 13.429 de 31 de Março de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm. Acesso em: 20 de novembro de 2020.
- BRASIL, Lei nº 13.467 de 13 de Julho de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 20 de novembro de 2020.
- DIMITROV, Georgi. *The united front: the struggle against fascism and war*. Londres: Lawrence & Wishart, 1938
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Curitiba: Contracorrente, 2020
- FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2010
- FERNANDES, Florestan. *Nova república?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986
- FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1984
- FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2015
- FICO, Carlos. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012, p. 43-59
- GOMES, Ângela de Castro, HANSEN, Patrícia Santos. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016

- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, vol.2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, vol.3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, vol.5: o risorgimento, notas sobre a história da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002
- HEGEL, G.W.F. *A fenomenologia do Espírito, parte 1*. Petrópolis: Editora Vozes, 1983
- HEGEL, G.W.F. *A razão na história: uma introdução geral à filosofia da História*. São Paulo: Centauro, 2008
- HOBBSBAWM, Eric. *O presente como história*. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 243-256
- LARA, Ricardo. Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia. *Rev. Katálisis*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011
- LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- LOSURDO, Domenico. *Guerra e revolução: o mundo um século após outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2017
- MAIACOVSKI, Vladimir. *Antologia poética: estudo biográfico e tradução de Emilio C. Guerra*. Tradução: Emíli C. Guerra e Isadora Coutinho Guerra. São Paulo: Max Limonad, 1987
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978
- MARX, Karl. *O dezoito de brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2003
- MATTO, H.; BESSONE, T.; MAMIGONIAN, B.G. (ORGS.). *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016
- MELO, Demian Bezerra de Melo. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. *Marx e o Marxismo*. 2013, Vol.1, n.1, jul/dez, p.49-74
- MELO, Demian. A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. *Marx e o marxismo: insurreições passado e presente*. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Agosto de 2015
- MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do Capital. *Outubro*, 4 ed., p. 7-15, fev. 2000
- MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo e Campinas: Editora Boitempo e Unicamp, 2002
- MIGUEL, Luiz Felipe. *Revolta em Florianópolis – A Novembrada de 1979*. Florianópolis: Insular, 1995
- PRESTES, Anita Leocádia. A que herança devem os comunistas renunciar? *Oitenta*, Porto Alegre, LP&M, nº 4, 1980, p. 197-223
- PRESTES, Anita Leocádia. O historiador perante a história oficial. *Germinal: Marxismo e Educação em debate*. 2010, Vol. 1, nº2, p. 91-96

PRESTES, Anita Leocádia. Três regimes autoritários na história do Brasil republicano: o Estado Novo (1937-1945), a Ditadura Militar (1964-1985) e o regime atual (a partir do golpe de 2016). *Revista de história comparada*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 108-129, 2019

PRESTES, Luiz Carlos Prestes. Carta aos comunistas. *Marxist.org*. [Online] 25 de Março de 2010. [Citado em: 26 de Outubro de 2020.] Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm>

SANTOS, Clarissa Grahl do. *Das armas às letras: os militares e a constituição de um campo memorialístico de defesa à ditadura empresarial militar*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 184. 2016.

SAYURI, Juliana. O papel dos intelectuais no Le Monde Diplomatique. 2016. Belo Horizonte: *Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, Vol. VII, n.3, 2016, p. 106-130

SAYURI, Juliana. O que um influenciador pode ensinar a um intelectual – e vice-versa. *TAB – UOL*, 24 de maio de 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/24/o-que-um-influencer-pode-ensinar-a-um-intelectual--e-vice-versa.htm>. Acesso em: 01 de novembro de 2020.